

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ANNAIS

DO

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

VOL. XII

1951



1961



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ANNAIS

DO

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

VOL. XII

1951




1961

NH
140/91

BIBLIOTECA DO INSTIT.
FRENCHIAN DE ROMA

SUMÁRIO

	Pág.
VULTOS DO BRASIL IMPERIAL NA ORDEM ER- NESTINA DA SAXONIA 1 a	220



VULTOS DO BRASIL IMPERIAL
NA
ORDEM ERNESTINA DA SAXÔNIA



DUQUE ERNESTO, O PIEDOSO, DE SAXE, EM CUJA MEMÓRIA FOI FUNDADA A ORDEM, EM 1690, POR SEU FILHO O DUQUE FREDERICO I.

(Gravura de J. Sandrart, Nürnberg, 1677).

DOM CARLOS TASSO DE SAXE-COBURGO E BRAGANÇA

VULTOS DO BRASIL IMPERIAL
NA
ORDEM ERNESTINA DA SAXÔNIA



MCMLXI

ÊSTE TRABALHO É DEDICADO À MEMÓ-
RIA DOS COMPATRIOTAS ILUSTRES QUE,
PELAS SUAS INSÍGNES VIRTUDES E ALTOS
MERCIMENTOS, FIZERAM JÚS A DUCAL
ORDEM ERNESTINA DA SAXÔNIA.

INTRODUÇÃO

Pertence hoje à História, sepultada pelo tempo e pelos acontecimentos, que marcaram estes últimos cinquenta anos, a Ducal Ordem Ernestina da Saxônia.

Mudou a face do mundo e mudaram as concepções dos homens.

O nosso trabalho tem, sobretudo, um propósito, evocar os Homens eminentes de nossa terra, que, por motivos vários, pertenceram a esta venerável Ordem.

A mesma transpôs os estreitos limites dos Ducados da Saxônia, que a criaram, para tornar-se internacionalmente conhecida.

Com a crescente importância política alcançada, no século passado e nos primórdios do atual, pela Casa de Saxe-Coburgo e Gotha, em seu conjunto, a Ordem Ernestina penetrou principalmente nos países onde um Príncipe daquela Casa era o Soberano ou o Consorte da Rainha.

Este não foi o caso do Brasil, onde, todavia, a sucessão da Princesa D. Isabel, até 1875, era garantida exclusivamente pela pessoa do Príncipe D. Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança e na de seu irmão, D. Augusto, também Príncipe da Casa Imperial do Brasil.

Considerando a parcimônia das concessões, tivemos um número relevante de agraciados, sendo o nosso país, o quinto, conjuntamente com Portugal, em número de condecorados, somente ultrapassados pela Alemanha, Áustria, França e Bélgica.

Evitamos detalhes dispensáveis, sobretudo na parte da fundação e posterior restauração da Ordem. Particularmente, omitimos os Estatutos de 1690, cujos fragmentos chegaram até nós, bem como as longas e complicadas negociações entre os três Ducados de Saxe, de 1825 a 1833. Tudo isto foi apenas citado, pois, esta não é uma História da Ordem Ernestina, que nos levaria a tratar, inclusive, dos acontecimentos da Alemanha na época, afastando-nos do objetivo. A Ordem Ernestina no Brasil e, em particular, as personalidades patrióticas que a ela pertenceram, são o motivo dêste estudo.

Esperamos ter alcançado o nosso objetivo, pois, grandes foram as dificuldades de tóda sorte. A primeira, entre elas, decorreu do fato de o Arquivo da Ordem, antigamente instalado no Castelo de *Friedenstein*, na cidade de *Gotha*, encontrar-se na zona russa da Alemanha, nada se sabendo sôbre o seu paradeiro.

O Arquivo da Casa de *Saxe-Coburgo e Gotha*, na cidade de *Coburgo*, nos forneceu alguns elementos. Quanto às fontes no Brasil, acreditamos tê-las quase esgotadas, mas sômente conseguimos o nosso intento, graças ao grande número de Amigos, cuja valiosíssima colaboração nos foi indispensável.

Grande seria a lista das pessoas que, direta ou indiretamente, colaboraram para o bom término desta pequena obra, mas, entre elas, queremos agradecer, particularmente, ao Embaixador *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao Dr. *Clado Ribeiro de Lessa*, à D. *Octavia Corrêa dos Santos Oliveira*, do Museu Histórico Nacional, ao Dr. *Manuel Ignácio Cavalcanti de Albuquerque*, ao Prof. *Francisco Marques dos Santos*, Diretor do Museu Imperial, Dr. *Vilhena de Moraes*, Ex-Diretor do Arquivo Nacional, Almirante *César Augusto Machado da Fonseca*, Diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha, D. *Sylvia de Souza Prates*, Dr. *José Machado Coelho de Castro*, Diplomata *João Hermes Pereira de Araujo*, Prof. *Américo Jacobina Lacombe*, Diretor da Casa de *Rui Barbosa*, Ministro *Ayres de Maya Monteiro*, Prof. *Leopoldo Alves Campos*, Dr. *Fernando Monteiro*, Diretor do Museu do Banco do Brasil, Prof. *Emanoel Adolpho Pinheiro Hasselmann*, D. *Maria Gomensoro Pizarro*, Ministro *Mário Cardoso de Miranda*, Dr. *Carlos G. Rheingantz*, Sr. *Joseph F. Ridgway*, Dr. *Ricardo Gumbleton Daunt*, D. *Constança Wrigth*, do Arquivo Histórico do *Itamaraty*.

Também ao antigo Diretor do Arquivo da Casa Ducal de *Saxe-Coburgo e Gotha*, o Dr. *Heins*, e ao Inspetor do mesmo, Sr. *Otto Mutzbauer*, aqui fica consignado o nosso reconhecimento.

*Antonio Carlos de Saxe-Coburgo
e Gotha.*

HISTÓRICO DA ORDEM ERNESTINA.



ARMAS DOS DUQUES DE SAXE.

DA FUNDAÇÃO E RESTAURAÇÃO

Na história da *DUCAL ORDEM ERNESTINA DA CASA DE SAXE*, temos duas fases distintas, separadas uma da outra por mais de cento e quarenta anos.

A primeira é a fase da sua fundação e efêmera existência, no ano de 1690.

A Ordem Ernestina é a mais antiga Ordem Alemã, depois do Tosão de Ouro¹.

Também, não tendo o caráter de uma Ordem de Cavalaria, muito numerosas na idade média, é uma das mais antigas Ordens do Mundo, instituída apenas com o intuito de recompensar os merecimentos dos agraciados para com o Estado e a Casa Reinante. Já muito antes de 1690, existia comprovadamente, o plano da criação de uma Ordem, que, segundo documentos chegados aos nossos dias, deveria ter recebido o nome de *Ordem do Tronco do Crancelin da Saxônia*². Mas, no já citado ano, o Duque Frederico I de Saxe-Gotha instituiu a *Ordem da Lealdade Alemã*³, a fim de homenagear a memória do seu ilustre pai, o Duque Ernesto o Piedoso, cuja figura, durante muitas gerações, foi considerada, na Alemanha, como o símbolo da perfeição humana. Mas, já em 1691, falece

(1) A Ordem do Tosão de Ouro não nasceu, todavia, na Alemanha, tendo sido adquirida, por herança, pela Casa de Habsburgo.

(2) Não chegou a ser criada esta Ordem, a qual, em alemão, deveria ter-se chamado "Orden des Sächsischen Rautenstocks".

(3) "Orden der Deutschen Redlichkeit".

o Duque Frederico I, e, com êle, desaparece a recém fundada Ordem.

A Ordem da Lealdade Alemã chegou, porém, a ter Estatutos, não se sabendo, todavia, o nome dos seus primeiros membros, nem tão pouco o número dos mesmos. Infelizmente, estes primitivos Estatutos chegaram incompletos até nós, dando-nos, contudo, uma idéia dessa fase inicial. Versam os mesmos, por exemplo, que a Ordem deverá ser regida por um “Diretor”, que deverá ser sempre o Duque mais velho de Saxe-Gotha. Condições primordiais também eram as cláusulas que exigiam do agraciado ser “verdadeiro Cristão” e “apto a usar a espada”. Desconhece-se, também, o aspecto que deveriam ter tido as insígnias.

No ano de 1825 extinguiu-se o Ramo de Gotha, cujo fundador havia sido o Duque Frederico I, que instituiu a Ordem da Lealdade Alemã.

O Ducado, com seus domínios de Gotha e Altenburg, foi dividido entre os três Ramos restantes da Linha Ernestina.

O Duque Ernesto I de Saxe-Coburgo e Gotha vinha cultivando a idéia da criação de uma Ordem, quando se apresentou a ocasião. Seria restaurada a Ordem da Lealdade Alemã, em conjunto, pelos três Ducados, de Saxe-Coburgo e Gotha, Saxe Meiningen e Saxe-Altenburg, em memória do Ramo extinto, e com a velha divisa de “*Fideliter et Constanter*”. Longas conferências dos Plenipotenciários das três Côrtes foram necessárias para se chegar a um entendimento, quanto aos Estatutos, às insígnias e outros detalhes.

Após oito anos, em 1833, se chegou a um acôrdo definitivo. Surge, então, a segunda fase da Ordem, que renasce sob o nome de “*DUCAL ORDEM ERNESTINA DA CASA DE SAXE*”.

No dia 25 de Dezembro de 1833, dia do aniversário do nascimento do Duque Ernesto o Piedoso, reuniram-se no Castelo de Friedenstein em Gotha, os três Duques Reinantes de Saxe, a saber: o Duque Frederico de Saxe-Altenburg, representado pelo Príncipe Herdeiro, o Duque Ernesto de Saxe-



DUQUE FREDERICO I DE SAXE.

Fundou a Ordem da Lealdade Alemã em 1690, em memória de seu Pai, o Duque Ernesto o Piedoso.

(Gravura de autoria de Wolf Kilian, segundo o quadro de C. Richter, C.B.N. de Viena, sob n.º NB 506.349-II).

Coburgo e Gotha e o Duque Bernardo Henrique Freund de Saxe-Meiningen, a fim de assinar os Estatutos. No dia seguinte, pela manhã, em solene cerimônia, o Duque Ernesto I, pronunciou palavras alusivas a êste símbolo de união fraternal entre os três Ducados, que acabava de ser restaurado, condecorando-se os Duques reciprocamente com as insígnias.

Cinquenta tiros de canhão anunciaram a nova instituição da Ordem.

Em seguida, realizou-se festiva cerimônia religiosa na Igreja de Santa Margarida, onde se encontram sepultados o Duque Ernesto o Piedoso, a Duquesa sua Espôsa e nove dos seus Filhos. Um banquete foi servido ao meio dia, que reuniu todos os Príncipes presentes e os recém nomeados membros da Ordem Ernestina. À noite, em sessão de gala, foi apresentada a Ópera "Zampa".

A Ordem Ernestina começou, então, a sua existência, conforme o previam os seus Estatutos, tendo por Chanceler, sempre o Ministro de Estado mais velho dos três Ducados⁴.

Em 1864 foi aprovado, pelos três Duques então reinantes, um anexo aos Estatutos, que introduzia várias modificações importantes, dentre as quais se destaca a criação de um colar para a categoria de Grã-Cruz, a ser concedido mediante decreto especial.

(4) Em face das grandes dificuldades, não existindo mais, que se saiba, o Arquivo da Ordem, conseguimos reunir os nomes dos seguintes Chanceleres:

- a) 1833-1843. Conselheiro Efetivo e Secreto do Ducado de Saxe-Meiningen, Friedrich von Krafft.
- b) 1843-1854. Conselheiro Efetivo e Secreto, Ministro do Ducado de Saxe-Altenburg, Carl Johann Heinrich Ernst von Braun.
- c) 1854-1864. Conselheiro Efetivo e Secreto, Ministro de Estado do Ducado de Saxe-Meiningen, Barão von Wechmar.
- d) 1864-1890. Conselheiro Efetivo e Secreto, Ministro de Estado do Ducado de Saxe-Coburgo e Gotha, Barão von Seebach.
- e) 1890-1897. Conselheiro Efetivo e Secreto, Ministro de Estado do Ducado de Saxe-Meiningen, Barão von Giseke.
- f) 1897-1902. Conselheiro Efetivo e Secreto, Ministro de Estado do Ducado de Saxe-Altenburg, Georg Heinrich von Hellendorff.

No ano de 1889, novamente os Estatutos sofreram um acréscimo, que ampliou o art. 6, e no ano de 1897 encontramos a última disposição assinada pelos três Grão-Mestres, relativa ao Art. 4.

O Duque Alfredo de Saxe-Coburgo e Gotha, o sucessor de Ernesto II, decretou, isoladamente, a 28 de Janeiro de 1894, que tôdas as pessoas condecoradas por atos de bravura militar (com espadas sobrepostas às insígnias) poderiam conservar e usar as mesmas também em caso de promoção a grau superior na Ordem (sem espadas). Neste caso usariam as duas insígnias.

A Ducal Ordem Ernestina da Casa de Saxe é, talvez, uma das poucas, senão a única Ordem no Mundo, a possuir três Grão-Mestres ao mesmo tempo.

Com o desfecho da Guerra 1914-1918, e a consequente queda dos Reinos e Ducados Alemães, extinguiu-se, também, oficialmente, a Ordem Ernestina, que, após esta data, era concedida em casos excepcionalíssimos pelos Ex-Duques Re-nantes. São, atualmente, Grão-Mestres “de Jure”, o Príncipe Frederico Josias de Saxe-Coburgo e Gotha, Bernardo Príncipe de Saxe-Meiningen e o Príncipe Jorge Maurício de Saxe-Altenburg.



1

DUQUE DE SAXE-ALTENBURG.



2

DUQUE DE SAXE-COBURGO E GOTHA.



3

DUQUE DE SAXE-MEININGEN.

OS RESTAURADORES DA ORDEM

(Os N.ºs. 1 e 3 são litogravuras da Coleção do Castelo de Ehrenburg, sendo a 1 de autor desconhecido e a 3 de J. Schoppe. A N.º 2 é uma gravura de autoria de H. Mansfeld, da Coleção de Retratos da Biblioteca Nacional de Viena, sob N.º NR 596 347-B).

DUQUE ERNESTO O PIEDOSO

A figura do Duque Ernesto o Piedoso, brilha realmente no meio de todos os Príncipes do século XVII, como um dos mais nobres e veneráveis entre êles.

Suas qualidades de coração, seus sentimentos com relação à verdade, à justiça e do temor de Deus, tornaram-se proverbiais.

Sexto dos oito filhos do Duque João de Saxe-Weimar (1570-1605) e da Princesa Dorotéa de Anhalt (1574-1617), nasceu no Castelo de Altenburg, a 25 de Dezembro de 1601. Foi esmeradamente educado pelo grande historiador da época, Hortleder. Participou em várias campanhas da guerra dos 30 anos, ajudando a causa do Rei Gustavo Adolfo.

Foi muito religioso desde criança, contando-se, por exemplo, que o primeiro presente de Natal que pediu à sua Mãe, a Duquesa Dorotéa Maria, foi uma Bíblia. Aprofundou-se cada vez mais em seu sentimento religioso, tornando-se o seu lema "In Silentio et Spe" muito conhecido. Este bem traduz a resignação e a esperança na Fé que o dominavam. Costumava, também, dizer que "Um Soberano, que não obedece a Deus, não está apto a governar os homens".

Foi ímpar como administrador dos seus domínios, onde promoveu inúmeras inovações, instituiu novas coleções de arte, construiu escolas, bibliotecas e o famoso Castelo de Friedenstein, na cidade de Gotha.

Casou em 24 de Outubro de 1636, com a Princesa Elisabeth Sofia de Saxe-Altenburg, da qual teve dezoito filhos.



ERNESTO, O PIEDOSO.

*(Gravura de autor desconhecido, da coleção do
Castelo de Ehrenburg, Coburgo).*



ERNESTO, O PIEDOSO.

(Gravura de Jacob Sandrart, segundo o quadro de Werenfels, Nürnberg. Coleção de Retratos da Biblioteca Nacional de Viena, sob N.º NB 506.345 P).

Sete filhos lhe sobreviveram, originando os sete sub-ramos da Casa de Gotha, da Linha Ernestina, a saber: Gotha, Coburgo, Meiningen, Römhild, Eisenberg, Hildeburgshausen e Saalfeld.

Dos sete filhos, o “Senior Familiae” foi o Duque Frederico I de Gotha, o fundador da *Ordem da Lealdade Alemã*.

Ernesto o Piedoso faleceu no Castelo de Friedenstein, em Gotha, a 26 de Março de 1675, tendo sido sepultado na Igreja de Santa Margarida, na mesma cidade.

ESTATUTOS DA ORDEM



SAXE-ALTENBURG.



SAXE-MEININGEN.



SAXE-COBURGO E GOTHA.

ESTATUTOS DA RENOVADA DUCAL ORDEM ERNESTINA DA CASA DE SAXE

Pela Graça de Deus, Nós Frederico, Nós Ernesto, Nós Bernardo Henrique Freund, Duques de Saxe, Jülich, Kleve e Berg, também de Engern e Westfália, Landgrávios da Turíngia, Marqueses de Meissen, Condes-Principescos de Henneberg, Condes da Mark e Ravensberg, Senhores de Ravenstein etc., tomamos a decisão conjunta, como Regentes do País, do Ramo de Gotha, da Linha Ernestina da Casa de Saxe, criado pelo nosso antepassado, o Duque Ernesto o Piedoso de Saxe-Gotha e em honrosa memória da, em 1825, extinta Linha Especial de Saxe-Gotha e Altenburg, de renovar, dentro das condições atualmente vigentes, a “Ordem da Lealdade Alemã” (Orden der Deutschen Redlichkeit), fundada no ano de 1690, pelo filho primogênito do Duque Ernesto o Piedoso, o Duque Frederico I, com a divisa “Fideliter et Constanter”. Renovação esta que servirá, ao mesmo tempo, como distinção de honra aos membros da Nossa Casa e um reconhecimento público ao merecimento. Nós renovamos esta Ordem, portanto, sob a denominação de: “DUCAL ORDEM ERNESTINA DA CASA DE SAXE”.

Ordenamos que, em vez das disposições originariamente vigentes, a Ordem seja, segundo a nossa vontade comum, concedida a servidores do Estado e súditos que, com lealdade alemã através de atos excepcionais, especial fidelidade, devotamento e afeição, tenham servido ao Duque e à Pátria.

Distinguir e premiar aquêles que, através de serviços relevantes, mereceram a atenção e o reconhecimento do Estado, conforme Estatutos que se seguem:

Art. 1

A Ordem é formada de quatro Classes:

- 1) Grã-Cruzes.
- 2) Comendadores de 1.^a Classe.
- 3) Comendadores de 2.^a Classe.
- 4) Cavaleiros.

Art. 2

Além dessas Classes existe, ainda, um distintivo de honra filiado à Ordem:

- a) Cruz do Mérito.
- b) Medalha do Mérito.

Art. 3

Todos os Príncipes da Casa Ernestina de Saxe da Linha de Gotha são Membros natos desta Ordem; alcançam, todavia, seu ingresso na qualidade de Grã-Cruz aos 18 anos completos, em consequência à proposta do Chefe da Família da Linha a que pertencem.

Art. 4

O grau de Grã-Cruz pode também ser conferido a Personalidades de dignidade, que não seja a Principesca, desde que, por excelentes predicados, dele sejam merecedoras. Todavia, é condição que o mesmo tenha a função de Conselheiro Secreto (Geheimer Rat) ou posição equivalente.

Cada uma das três Côrtes Ducais não poderá conceder mais do que três Grã-Cruzes, no máximo, a servidores dos Seus respectivos países.

Com a outorga da Grã-Cruz a um súdito não Nobre, lhe são concedidos todos os direitos da Nobreza de sangue.

Art. 5

Os graus restantes da Ordem serão limitados para os súditos, na seguinte proporção:

- 12 Comendadores de 1.^a Classe
- 18 Comendadores de 2.^a Classe
- 36 Cavaleiros.

Dêstes números de cada grau, um terço poderá ser conferido por cada Ducado. O número de Cruzes e Medalhas ao Mérito é ilimitado.

Art. 6

A Cruz de Comendador de 1.^a Classe poderá ser recebida, normalmente, somente por pessoas que possuam o cargo de Conselheiro Secreto Efetivo (Wirklicher Geheimer Rat), ou tenham assento e voto num Ministério.

A Cruz de Comendador de 2.^a Classe somente poderá ser recebida por pessoas que exerçam função civil, cargo de um Presidente, de um Diretor de Colégio Superior, ou correspondente, e em cargo militar tenham o grau de Coronel ou Tenente Coronel.

Art. 7

Para concessão da Cruz de Comendador de 1.^a Classe são necessários 15 anos e para a de 2.^a Classe e a de Cavaleiro 10 anos de excelentes, dedicados e fiéis serviços.

Exceções relativas a tempo e grau somente poderão ser feitas:

- a) quando um servidor do Estado tiver prestado relevantes serviços para o bem geral da Pátria Alemã;
- b) quando êle tiver merecido pela preparação e real conclusão de convênios que proporcionem vantagens especiais ao País, ao Duque e sua Família;
- c) quando êle, por um ato rápido e esclarecido, tenha evitado grande dano para o País ou para o Duque;



INSIGNIAS DA ORDEM ERNESTINA.

(60% do tamanho original).

(42^a, Banda de Grã-Cruz, com pendente, de espada, segundo o Art. 14 — dos Estatutos. 42^b, reverso da parte central do pendente. 42^c, placa de Grã-Cruz, com espadas. 43, colar da Ordem, usado, por quem o possuía, sòmente em grandes solenidades, conjuntamente com a placa, e sem a faixa).

(Reproduzido de Schweiber, "Orden und Ehrenzeichen der Sächsischen Herzogtümer").



INSÍGNIAS DA ORDEM ERNESTINA.

(60% do tamanho original).

(44.^a, Cruz de Comendador. 44.^b, Placa de Comendador (1.^a Classe) tipo antigo. 44.^c, Placa de Comendador após a renovação dos Estatutos, em 1864. 45, Insignia de Cavaleiro, antes de 1864, e posteriormente para Cavaleiro de 1.^a Classe. 46, Cruz de Cavaleiro de 2.^a Classe, com espadas. 47.^a, Cruz do Mérito, forma antiga. 47.^b, reverso da parte central da mesma. 48, Cruz do Mérito, com espadas. 49, reverso da Cruz do Mérito. renovada. 50.^a e 50.^b, fitas para farda).

(Reproduzido de Schreiber, "Orden und Ehrenzeichen

- d) quando eficazmente tiver contribuido para o aprimoramento da organização Social, da Constituição, das Leis, da Administração e da aplicação do Direito, grangeando, com sua ação, o reconhecimento do seu Duque e a gratidão dos seus patrícios, ou então;
- e) quando na guerra se tiver distinguido por merecimentos e atos de bravura.

A todos os estrangeiros que saírem do serviço de seu País para ingressar no serviço dos Ducados, serão contados também os anos durante os quais serviram na sua Terra com excepcional distinção. Nesta exceção são incluídos, também, súditos que não estejam ao serviço do Estado.

Art. 8

A escolha dos respectivos súditos a serem agraciados com o número de comendas destinadas a cada Casa, é livre para cada um dos três Duques; porém, deve notificar, cada vez, as outras duas Casas, as pessoas achadas dignas e as causas que motivaram as distinções.

Art. 9

A outorga da Ordem a estrangeiros não está fixada em número determinado; exige, todavia, o consentimento de, pelo menos, duas Casas Ducais, e será feita então na forma prevista no Art. 10.

Na concessão da Ordem a estrangeiros serão seguidas, em síntese, as graduações acima mencionadas.

Art. 10

A suprema direção sobre esta Ordem é dos Duques das três Casas Ducais consecutivamente e, para este fim, se reunirão pessoalmente, de 2 a 3 anos, aproximadamente.

O local desta reunião será fixado nos três países, alternadamente, mediante entendimento prévio.

Caso um dos três Duques reinantes esteja impedido de comparecer pessoalmente à reunião, terá o direito de conceder procuração a um dos Príncipes de sua Casa, de maior idade, a fim de comparecer em seu lugar, tendo também direito de comparecer o Tutor de um Duque reinante de menor idade.

Não podendo o Duque impedido ser representado desta forma, a reunião será adiada, devendo, posteriormente, tratar dos assuntos da reunião, entabulando negociações, servidores das três Côrtes Ducais, munidos de procurações especiais e instruções, segundo o previsto no Art. 13.

Nessa reunião serão:

- a) os Príncipes das três Casas Ducais, os quais se encontrem nas condições previstas no Art. 3 sobre sua admissão como Grã-Cruzes, solenemente revestidos das insígnias da Ordem.

Todos os demais Príncipes já revestidos das insígnias serão, igualmente, convidados;

- b) também citadas, por cada um dos três Duques reinantes presentes na reunião, aquelas pessoas que os Mesmos pretendem agraciar com comendas relativas às suas Casas, no momento vacantes;
- c) tomadas as decisões sobre a concessão da Ordem Ducal, que pertence às três Casas, a pessoas Principescas, não pertencentes à Casa de Saxe, como também a estrangeiros, e a concessão das mesmas, ou por um manuscrito Ducal ou por diploma assinado pelo Chanceler, com a aplicação do Sêlo da Ordem.

Art. 11

Para Chanceler da Ordem será sempre indicado aquêlê que for o mais velho em idade, entre os três Chefes do Ministério, que pode ser Ministro ou Conselheiro Secreto Efetivo.

Ao mesmo compete manter em dia o registro dos Membros da Ordem, do qual trata o Artigo seguinte, registrar as deci-

sões dos Duques Reinantes em suas convenções e assinar os diplomas concedidos por decisão coletiva.

Ao mesmo serão entregues os dados precisos para conservação no arquivo da Ordem, das comendas outorgadas por cada Duque independentemente, mediante um manuscrito Ducal ou entrega pessoal de cada Duque.

O arquivo da Ordem estará sob a guarda do Chanceler e depositado no Arquivo Secreto da Côrte Ducal, à qual o mesmo pertencer.

Art. 12

De todos os condecorados com a Ordem ou com o Distintivo de Honra será feito um registro, no qual constará, ao lado do nome completo, da idade e do dia da admissão, também os motivos pelos quais foi condecorado.

O original dêste registro será guardado no Arquivo da Ordem e entregue a cada uma das Côrtes Ducais uma cópia.

Por ocasião de reunião dos três Duques Reinantes, o Chanceler da Ordem terá que levar os registros para o local da reunião.

Art. 13

À reunião dos três Soberanos deve preceder, cada vez no mesmo lugar, um encontro de Conselheiros enviados das três Côrtes Ducais, para prover e discutir importantes problemas comuns, a fim de que, depois da chegada dos Soberanos, os apresentem aos mesmos para a decisão final; isto para que a criação da Ordem Ernestina venha a ser também um meio desejável para manter a estreita união entre todos os Ramos e Membros da Casa Ducal, facilitando e resolvendo assuntos de interêsse comum.

Nesta ocasião devem também ser entabuladas as discussões preliminares para admissão de novos agraciados.

Art. 14

As insígnias da Ducal Ordem Ernestina da Casa de Saxe são as seguintes:

a) Para Grã-Cruzes:

Uma cruz de oito pontas, esmaltada de branco, com moldura e bolas de ouro nas oito pontas.

Entre as pontas se encontram leões de ouro, dos quais dois são marcados em vermelho e dois em preto.

Na metade da parte frontal da cruz há um escudo redondo de ouro, com o busto de Ernesto o Piedoso em ouro, circundado por um anel esmaltado de azul, com a legenda em ouro “fideliter et constanter”.

Este anel é circundado por uma coroa de carvalho verde entrelaçada de fitas de ouro.

No verso, no meio da cruz, pousa o escudo da Casa de Saxe da coroa do Crancelim envolto por um anel azul, no qual está inscrito, com letras e cifras de ouro, o dia da fundação da Ordem.

Este anel também é circundado por uma coroa de carvalho verde, entrelaçado com fitas de ouro.

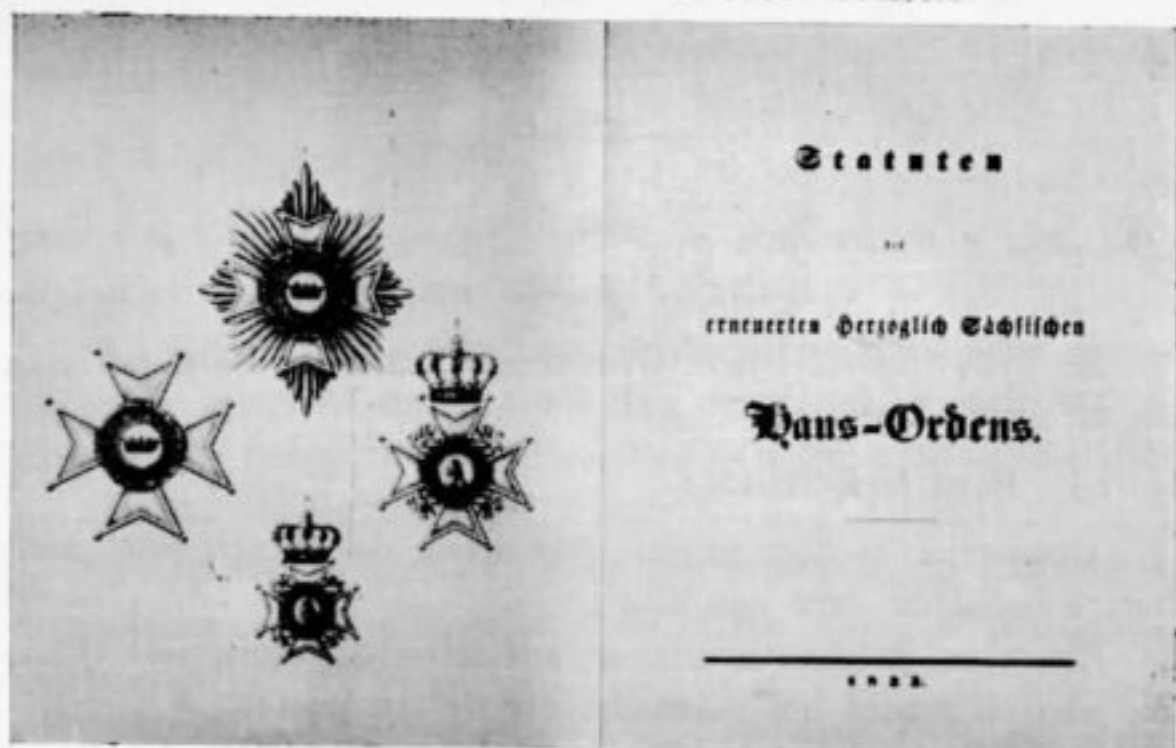
Sobre as duas pontas superiores está suspensa uma coroa de ouro.

Na parte superior da cruz está gravado, em letras de ouro, o nome daquele fundador, em cujo Ramo e País a cruz da Ordem será conferida.

As cruzes da Ordem a serem conferidas a estrangeiros não possuem a coroa de carvalho circundando o anel azul.

Militares que estejam no campo da luta ou tenham servido com excepcional valor, obtêm na cruz da Ordem, em vez da coroa de carvalho, uma coroa de louros e, entre os braços da cruz, duas espadas cruzadas.

A cruz será usada numa fita côm vermelho aguado, emoldurada por bordos verdes, da largura de uma palma de mão e colocada do ombro direito para o quadril esquerdo.



A 1ª PÁGINA DO FOLHETO IMPRESSO COM OS ESTATUTOS DA ORDEM, QUE ERA ENTREGUE A CADA AGRACIADO. (1ª Edição, 1833).

(Coleção do autor).



O CASTELO DE FRIEDENSTEIN, NA CIDADE DE GOTHA.

Neste Castelo estava conservado, até 1945, o Arquivo da Ordem Ernestina; sendo, hoje, ocupado pelos Russos, há pouca esperança na sua sobrevivência.

(Desenho do inglês Douglas Morison, 1846, da coleção do Castelo de Ehrenburg, em Coburgo).

Os Grã-Cruzes usam, além disso, também uma placa no peito, do lado esquerdo. A placa é uma estrêla octogonal, de pontas alternadamente de ouro e de prata.

Sôbre esta estrêla pousa a cruz branca com moldura e pontas de ouro, em cujo meio há um escudo redondo com a coroa verde do Crancelim; êste escudo é rodeado por um anel azul com a inscrição de ouro “fideliter et constanter” e está circundado por uma coroa de carvalho entrelaçada com fitas de ouro, a qual falta nas estrelas, quando concedidas a estrangeiros.

b) Para Comendadores de 1.^a Classe:

Êstes usam a mesma cruz como os Grã-Cruzes, numa fita da mesma côr e da largura de três dedos, em volta do pescoço e no peito, do lado esquerdo, a placa como está descrita para os Grã-Cruzes, sem, todavia, a estrêla de baixo.

c) Os Comendadores de 2.^a Classe:

Usam a mesma cruz na mesma fita, como os Comendadores de 1.^a Classe, no pescoço, porém, sem placa no peito.

d) Os Cavaleiros:

Usam a mesma cruz em tamanho menor, numa fita da largura de dois dedos na lapela ou no peito, do lado esquerdo.

Art. 15

A Cruz do Mérito de Prata contém, no anverso, o busto de Ernesto o Piedoso e, no reverso, as Armas com a divisa da Ordem; a Medalha contém, no anverso, o busto do fundador daquêle Ramo, que a concede e, no reverso, a cruz da Ordem com a divisa da mesma.

Art. 16

As insígnias da Ordem devem ser sempre usadas pelos seus membros, desde que compareçam oficialmente em público.

Art. 17

Os membros da Ordem têm que acrescentar o grau de sua admissão entre seus Títulos e são autorizados a acrescentar as insígnias da Ordem ao seu escudo d'Armas.

O último acontece para os Grã-Cruzes sobrepondo o escudo à placa, para Comendadores de 1.^a Classe sobrepondo o escudo à cruz maior sòmente. Tanto para Comendadores de 1.^a, como para os de 2.^a Classe, a cruz pendente da fita em volta ao escudo.

Para os cavaleiros, a cruz estará prêsa ao laço.

Art. 18

As insígnias da Ordem serão devolvidas depois da morte do agraciado, ao Ministério competente, que oficiará a notícia do falecimento ao Chanceler da Ordem.

Esperançosos confiamos em que, com a criação dessa insígnia pública do nosso reconhecimento e distinção para o amor à Pátria, fidelidade dos súditos e zêlo dos servidores, essas virtudes sejam estimuladas e premiadas dignamente.

Esperamos seja para todos os nossos servidores do Estado e súditos, um novo estímulo para o labor conjunto em favor do bem e a honra da Pátria.

A êste decreto se incluem os Estatutos, dos quais todos os membros da Ordem receberão um exemplar impresso, elaborados e por nós assinados de próprio punho e munidos do nosso Sêlo Ducal.

Assim se cumpra, Gotha, em 25 de Dezembro de 1833.

Em nome, por Ordem e Graça do meu Senhor Pai.

(Sêlo) José, Duque de Saxe, Príncipe Herdeiro de Saxe-Altenburg.

(Sêlo) Ernesto, Duque de Saxe-Coburgo e Gotha.

(Sêlo) Bernardo Henrique Freund.

Rúbrica, Krafft
atual Chanceler da Ordem.

ANEXO AOS ESTATUTOS DA DUCAL ORDEM ERNESTINA DA CASA DE SAXE

Pela Graça de Deus, Nós Bernardo, Duque de Saxe-Meiningen, Nós Ernesto, Duque de Saxe-Coburgo e Gotha, Nós Ernesto, Duque de Saxe-Altenburg etc., elaboramos, de comum acôrdo, o seguinte anexo aos Estatutos de Nossa Ordem Ducal, fundada pelos nossos Antepassados e por Nós renovada em 25 de Dezembro de 1833:

§ 1

para o Art. 1

A Ordem se compõe, de agora em diante, de cinco categorias, sendo que a classe dos Cavaleiros se dividirá em duas categorias:

- a) Cavaleiros de 1.^a Classe, à qual pertencem os Cavaleiros atuais.
- b) Cavaleiros de 2.^a Classe.

§ 2

para o Art. 2

Além das categorias até agora existentes e ao lado da Cruz do Mérito, existirá, ainda, a Medalha ao Mérito de ouro e Medalha ao Mérito de prata.



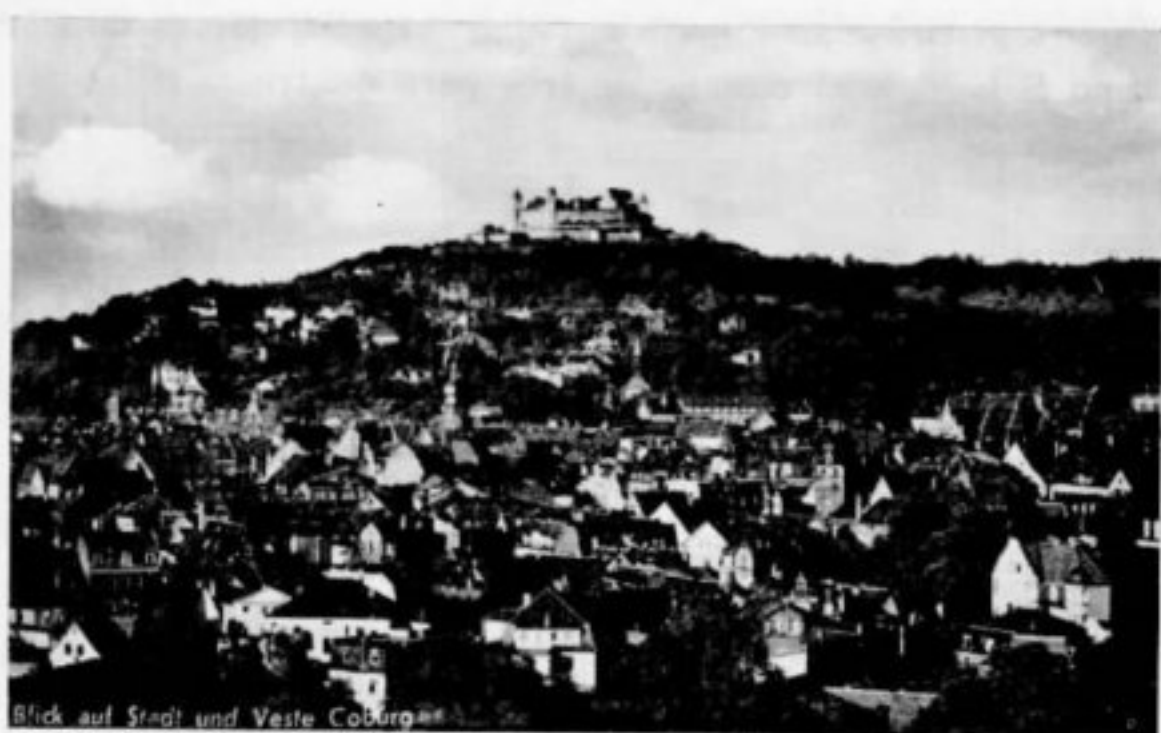
O CASTELO-FORTE DE COBURGO.

Aqui residiu, até 1945, o último Duque Reinante de Saxe-Coburgo e Gotha, S.A.R. o Duque Carlos Eduardo.



O CASTELO DE EHRENBURG EM COBURGO.

Esta era a Residência dos Duques, na cidade de Coburgo, sendo propriedade do Governo Alemão, desde 1918. Neste Castelo existem valiosas obras de arte, pinacoteca e biblioteca.



VISTA PARCIAL DA CIDADE DE COBURGO, TENDO AO FUNDO
O HISTÓRICO CASTELO-FORTE.

§ 3

para o Art. 3

Para a admissão de Príncipes Estrangeiros na Ordem é necessário que o Príncipe a ser agraciado tenha 18 anos completos.

§ 4

para o Art. 4

O número de Grã-Cruzes, que cada uma das três Côrtes Ducaes poderá dispor, para agraciar seus Servidores da Côrte e do Estado, será elevado de três para quatro.

§ 5

para o Art. 5

O número dos graus restantes da Ordem, a serem concedidos para súditos, será elevado:

de 12 Comendadores de 1.^a Classe para 15

de 18 Comendadores de 2.^a Classe para 24

de 36 Cavaleiros de 1.^a Classe para 48.

O número de insígnias de Cavaleiros de 2.^a Classe é, igualmente à Cruz e às Medalhas do Mérito, ilimitado.

§ 6

para o Art. 7

A concessão da Cruz de Cavaleiro de 2.^a Classe não exige o tempo de serviço já estipulado.

§ 7

para o Art. 9

Nenhuma das altíssimas Côrtes poderá conceder qualquer distinção através de condecorações da Ordem a súditos de uma das duas outras Côrtes Ducaes.

§ 8

para o Art. 10.º

A suprema direção sôbre esta Ordem é dos Duques das três Casas Ducais consecutivamente. O restante do art. 10 está suprimido.

§ 9

para o Art. 13

Os dispositivos previstos nêste artigo estão suprimidos.

§ 10

para o Art. 14

Na parte superior da cruz está gravado, em letras de ouro, o nome daquêle fundador, em cujo Ramo e País a cruz da Ordem será conferida.

Êstes dispositivos foram anulados em declarações posteriores.

Uma diferença entre as condecorações a serem concedidas a nacionais ou estrangeiros, não existirá mais.

para o ítem *a*)

Aos possuidores da Grã-Cruz poderá ser expressamente concedido, em vez da fita da Ordem, usar um colar. Êste se compõe de 7 Coroas de Saxe sustentadas por leões, com 7 E, virados ao contrário e cruzados por espadas (em recordação aos 7 filhos de Ernesto o Piedoso). O centro do colar é composto pelo Escudo de Saxe dentro de uma coroa do Crancelim de esmalte sustentado por leões.

O colar terá o comprimento que permita circundar o pescoço pela parte externa do uniforme e, na frente, esteja abaixo de outras condecorações que se usam no pescoço.

Em vez do item *b*)

Os comendadores de 1.^a Classe usam a mesma cruz que os Grã-Cruzes, numa fita da largura de três dedos e da mesma côr, em volta do pescoço, e no peito, do lado esquerdo, uma estrêla de prata de quatro pontas.

No centro da estrêla está posto um escudo redondo com uma coroa verde do Crancelim. Êste escudo é circundado por um anel azul com a divisa, em ouro: “fideliter et constanter”, e êste anel, por sua vez, é circundado por uma coroa de carvalho entrelaçada de fitas douradas.

Instituição do item *e*)

Os Cavaleiros de 2.^a Classe usam a mesma condecoração, segundo a descrição do item *d*), no qual se descrevem os Cavaleiros, atualmente de 1.^a Classe, com a única diferença que aquelas partes da cruz que estiverem feitas de ouro para os Cavaleiros de 1.^a Classe, são de prata para os de 2.^a Classe.

§ 11

para o Art. 18

Também alcançando um grau superior na Ordem, as insignias até então usadas, terão que ser devolvidas ao Ministério competente.

Assim se cumpra.

Meiningen, 13 de Fevereiro de 1864.

(Sêlo) Bernardo Henrique Freund

Gotha, 24 de Março de 1864

(Sêlo) Ernesto, Duque de Saxe-Coburgo e Gotha.

Altenburg, 15 de Abril de 1864.

(Sêlo) Ernesto, Duque de Saxe-Altenburg.

rubricado: V. Seebach
atual Chanceler da Ordem.

ANEXO AOS ESTATUTOS DA DUCAL ORDEM ERNESTINA DA CASA DE SAXE

Pela Graça de Deus, Nós Jorge, Duque de Saxe-Meiningen, Nós Ernesto, Duque de Saxe-Coburgo e Gotha, Nós Ernesto, Duque de Saxe-Altenburg etc., elaboramos e Nos unimos sôbre o seguinte anexo aos Estatutos de 25 de Dezembro de 1833, da Ordem fundada pelos^o Nossos Maiores.

Parágrafo único para o Art. 6

Além das pessoas nele citadas, podem receber a Cruz de Comendador de 2.^a Classe, pessoas que estejam servindo ativamente no cargo de Major, pelo menos dois anos, ou pessoas que ocupem posição equivalente a êste cargo militar.

Assim se cumpra.

Meiningen, 14 de Agosto de 1889

(Sêlo) Jorge.

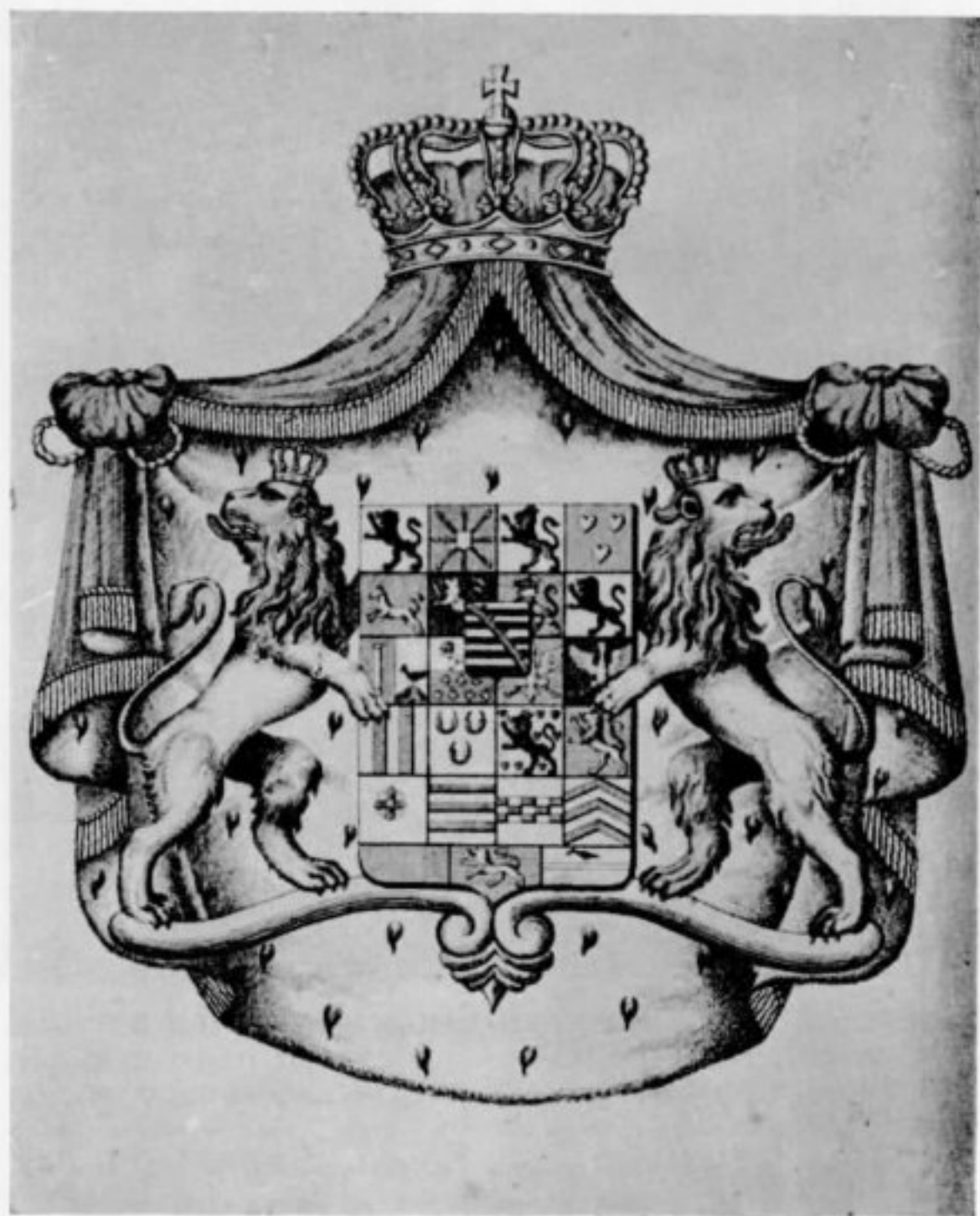
Gotha, 2 de Setembro de 1889

(Sêlo) Ernesto.

Altenburg, 11 de Setembro de 1889.

(Sêlo) Ernesto.

OS GRÃO MESTRES
DA
ORDEM ERNESTINA
DO
RAMO
SAXE-COBURGO E GOTHA



ARMAS DO DUCADO DE SAXE-COBURGO E GOTHA.



ERNESTO I, DUQUE DE SAXE-COBURGO E GOTHA, RESTAURADOR E 1º GRÃO MESTRE DA ORDEM, CONJUNTAMENTE COM OS DUQUES SAXE-ALTENBURG E SAXE-MEININGEN.

(Litogravura de autor desconhecido, da coleção do Castelo de Ehrenburg, Coburgo).



DUQUE ERNESTO II DE SAXE-COBURGO E GOTHA, 2º GRAO MESTRE DA ORDEM ERNESTINA, DO RAMO DE COBURGO-GOTHA, QUE AGRACIOU TODOS OS BRASILEIROS PERTENCENTES A MESMA.

(Quadro de autor desconhecido, da coleção do Castelo de Ehrenburg, Coburgo).

DUQUE ERNESTO I, RESTAURADOR E 1.^o GRÃO MESTRE DO RAMO DE SAXE- COBURGO E GOTHA

O Duque Ernesto, Antonio, Carlos, Luís de Saxe-Saalfeld-Coburgo, nasceu em Coburgo, a 2 de Janeiro de 1784. Filho do Duque Francisco de Saxe-Saalfeld-Coburgo e da Condessa Augusta de Reuss-Lobenstein e Ebersdorf.

Assumiu o poder no dia da morte de seu genitor, a 9 de Dezembro de 1806.

Durante as guerras Napoleônicas, manteve-se ao lado da Prússia, conduzindo pessoalmente suas tropas. Napoleão invadiu os seus pequenos Estados de Saalfeld e Coburgo, e a administração francesa dos mesmos foi um verdadeiro descalabro. Na paz de Tilsit, o Czar Alexandre I interveio em favor da restituição dos referidos Estados. Depois da batalha de Leipzig, o Duque Ernesto conduziu os exércitos dos pequenos Estados alemães. No Congresso de Viena fêz sentir a sua influência, em favor da sobrevivência do Reino da Saxônia. Êle mesmo foi contemplado com o Principado de Lichtenberg, perto do Reno, com 20.000 habitantes. O mesmo Principado foi por êle trocado, com a Prússia, por outros domínios próximos a Gotha.

Extinguindo-se, a 11 de Fevereiro de 1825, a Linha dos Duques de Saxe-Gotha, foi contemplado com o Ducado de Gotha, devendo ceder o Principado de Saalfeld aos Duques de Saxe-Meiningen. A partir de então, passou a chamar-se Ernesto I de Saxe-Coburgo e Gotha, dando origem a esta Casa.

Casou a 1.^a vez em Gotha, a 31 de Julho de 1817, com a Princesa Luisa de Saxe-Gotha-Altenburg, e a 2.^a, a 23 de Dezembro de 1832, com sua sobrinha, a Duquesa Maria do Württemberg.

Do 1.^o casamento teve dois filhos, o Duque Ernesto II, seu sucessor, e o Príncipe Alberto, que viria a ser o marido da Rainha Vitória da Inglaterra.

A esta figura notável de Príncipe clarividente e sensato, deve a Casa de Saxe-Coburgo e Gotha alianças matrimoniais brilhantes. Suas irmãs foram a Princesa Sofia, casada com o Conde Manuel de Mensdorff-Pouilly; Princesa Antonietta, casada com o Duque Alexandre do Württemberg; Princesa Juliana, casada com o Grão-Duque Constantino da Rússia; Princesa Vitória, casada em 1.^{as} núpcias com o Príncipe Enrich-Carlos de Leiningen e, em 2.^{as}, com o Duque de Kent. Dêste seu 2.^o casamento nasceu a Rainha Vitória da Inglaterra. Os Irmãos do Duque Ernesto I, foram: Ferdinando, casado com a Princesa de Kohary e Leopoldo que foi o 1.^o Rei da Bélgica.

Do casamento do Príncipe Ferdinando com a Princesa Maria Antonieta de Kohary, nasceram, entre outros: D. Fernando, Rei Consorte de Portugal; a Princesa Vitória, casada com o Duque de Nemours, pais do Conde d'Eu; Príncipe Augusto Luís Victor, casado com a Princesa Clementina d'Orléans, pais do Duque de Saxe, genro de D. Pedro II, e o Príncipe Ferdinando, Czar da Bulgária.

Foi extremamente democrático, mas conservador ao mesmo tempo. Outorgou a Constituição aos súditos de Coburgo, preservando as antigas tradições.

A êle deve-se, também, a reconstrução do Castelo-Forte de Coburgo, do Castelo de Reinhardsbrunn, em Gotha, bem como de muitos edificios públicos nas duas cidades.

Faleceu aos 60 anos de idade, em Gotha, a 29 de janeiro de 1844.

DUQUE ERNESTO II, 2.º GRÃO MESTRE DO RAMO DE SAXE-COBURGO E GOTHA

Ernesto, Augusto, Carlos, João, Leopoldo, Alexandre, Eduardo de Saxe-Coburgo e Gotha, nasceu em Coburgo, a 21 de Junho de 1818.

Filho primogênito do Duque Ernesto I e da Princesa Luisa de Saxe e Gotha.

Em 1836, viajou, em companhia de seu irmão, o Príncipe Alberto (futuro marido da Rainha Vitória), para a Inglaterra, França e Bélgica.

Estudou em Bonn e, posteriormente, ingressou no Exército do Reino de Saxe, na qualidade de Capitão de Cavalaria.

Contraiu núpcias em 3 de Maio de 1842, com a Princesa Alexandrina, filha do Grão-Duque de Baden.

Depois de várias viagens à Espanha, Itália, Portugal e África, sucedeu, em 29 de Janeiro de 1844, a seu Pai no governo. Participou na guerra contra a Dinamarca, comandando pessoalmente suas tropas, que brilharam na vitória de Eckernförde, a 5 de Abril de 1849.

Por causa de sua previsão e anteriores concessões, êle soube contornar os difíceis anos de 1848-49, tão cheios de revoluções. Outorgou uma Constituição única, que, pela primeira vez, uniu os Ducados de Coburgo e Gotha.

Tendo naufragado o plano da unificação da Alemanha, êle se uniu à assim chamada união dos três Reis, promovendo o Congresso dos Príncipes alemães em Berlim.

Foi muito amigo do Imperador Napoleão III, tendo sido o primeiro Príncipe Alemão a visitá-lo.



Por ocasião da eclosão da guerra da Criméia, em 1854, tentou evitar a aproximação da Prússia à Rússia. Em Bismark êle via a reacção, e foi um dos mais ardentes batalhadores da reunião dos Príncipes em Frankfurt, em 1863.

A par de tudo isso, êle sempre gozou de uma grande simpatia geral pelos seus modos afáveis e desprovidos de qualquer etiqueta.

O Duque foi um músico e compositor de renome, sendo suas as óperas: “Zaira”, “Casilda”, “Santa Clara”, “Diana de Solanges”, além de várias composições menores.

Em 1862 viajou, em companhia da Duquesa, sua Espôsa, e de grande comitiva, na qual estavam vários botânicos e zoólogos, para o Egito e para a Abissínia. Farto material foi colhido nesta viagem, que constituiu vários livros de interêsse.

Convém aqui lembrar, de maneira tôda especial, que todos os brasileiros que pertenceram à Ordem, o foram por sua mercê. Foi um bom amigo de D. Pedro II, e a Duquesa Alexandrina amiga sincera da Imperatriz D. Teresa Cristina.

Faleceu em Reinhardtsbrunn, a 22 de Agôsto de 1893, sem deixar descendentes. Seu sobrinho, o Duque Alfredo, segundo filho da Rainha Vitória e do Príncipe Alberto, foi seu sucessor.



DUQUE ALFREDO DE SAXE-COBURGO E GOTHA, DUQUE DE EDIMBURGO, 2º FILHO DA RAINHA VITÓRIA E DO PRÍNCIPE CONSORTE. — FOI O 3º GRÃO MESTRE DA ORDEM ERNESTINA DO RAMO COBURGO-GOTHA.

(Fotografia da col. do autor).



CARLOS EDUARDO, DUQUE DE SAXE-COBURGO E GOTHA, FILHO DO DUQUE DE ALBANY (FILHO DA RAINHA VITÓRIA), ÚLTIMO DUQUE REINANTE DE SAXE-COBURGO E GOTHA, 4º GRÃO MESTRE DA ORDEM ERNESTINA DO MESMO RAMO.

(Fotografia da col. do Castelo de Ehrenburg).

DUQUE ALFREDO, 3.º GRÃO-MESTRE DO RAMO DE SAXE-COBURGO E GOTHA

Alfredo, Ernesto, Alberto de Saxe-Coburgo e Gotha, Príncipe da Inglaterra, Duque de Edimburgo, nasceu no Castelo de Windsor, a 6 de Agosto de 1844, segundo filho da Rainha Vitória e do Príncipe Consorte Alberto.

Após acurada preparação, entrou, em 1858, Aspirante na Marinha Inglesa. Realizou, em vasos de guerra, várias viagens.

Em 1862 foi eleito Rei da Grécia, recusando, todavia, esta coroa. No ano de 1866 recebeu o Título de Duque de Edimburgo e Conde de Kent e de Ulster.

Comandando a Fragata "Galatea", realizou, em 1867, viagem à Austrália, Japão, China e India. Nesta ocasião visitou, também, o Brasil, tendo chegado ao Rio de Janeiro, a 15 de Julho. Esta visita de cortesia ao Brasil foi realizada, a-fim-de reestreitar as relações entre os dois países. Grandes festejos assinalaram a sua passagem pelo Rio.

Casou em São Petersburgo, a 23 de Janeiro de 1874, com a Grã-Duquesa Maria Alexandrowna, única filha do Czar Alexandre II.

Em 1886 foi nomeado Almirante da Marinha Inglesa, e de 1886 a 1888 comandou a frota do Mediterrâneo. Comandou a estação naval de Devonport de 1891. General de Infantaria do Exército Alemão em 1888. Com o falecimento de seu Tio, o Duque Ernesto II, sucedeu-lhe, a 22 de Agosto de 1893, no Governo do Ducado de Saxe-Coburgo e Gotha.

Teve 4 filhas e um filho, o Príncipe Alfredo, Oficial do Regimento dos Guardas n.º 1, em Potsdam, e, posteriormente, Capitão do Regimento de Infantaria N.º 115, de Hessen. Êste Príncipe faleceu a 6 de Fevereiro de 1899, perto de Merano, no Tirol, vitimado por incurável doença.

Faleceu o Duque Alfredo no Castelo de Rosenau, perto de Coburgo, a 30 de Julho de 1900, sucedendo-lhe no poder o seu sobrinho, o Duque Carlos Eduardo.

DUQUE CARLOS EDUARDO, 4.º GRÃO-MESTRE DO RAMO DE SAXE-COBURGO E GOTHA

O Duque Leopoldo Carlos Eduardo Jorge Alberto de Saxe-Coburgo e Gotha, nasceu em Claremont, a 19 de Julho de 1884. Filho do Príncipe Leopoldo da Inglaterra, Duque de Albany e Duque de Saxe, 4.º filho da Rainha Vitória, e da Princesa Helena de Waldeck Pymont. O Duque Carlos Eduardo era, portanto, também Príncipe Inglês, Cavaleiro da Ordem da Jarreteira, e educado, até aos 15 anos, na Inglaterra.

Com o falecimento do Príncipe Herdeiro Alfredo, filho único do Duque do mesmo nome, Carlos Eduardo é educado na Alemanha. Convém notar que, a rigor, o sucessor do Duque Alfredo teria sido seu irmão, o Duque de Connaught, e o filho dêste, mas, ambos renunciaram em favor do filho do já falecido Duque de Albany.

O Duque Carlos Eduardo tornou-se, portanto, Príncipe Herdeiro do Ducado, a 6 de Fevereiro de 1899. Estudou em Stuttgart e, em princípio de 1900, entrou na Escola de Cadetes de Potsdam e no Exército da Prússia, onde completou sua instrução militar.

Com o falecimento do Duque Alfredo, a 30 de Julho de 1900, Carlos Eduardo torna-se o Duque Reinante. Em face de sua minoridade, é nomeado um Regente, na pessoa do Príncipe Ernesto de Hohenlohe-Langenburg. A 19 de Julho de 1905 assume o Governo, do qual seria deposto a 14 de Novembro de 1918, quando da caída do Império Germânico. É perseguido pelos Comunistas, após o término da 1.ª Grande Guerra.

A partir de 1936, assume a direção geral da Cruz Vermelha Alemã, para a qual realizou maravilhoso trabalho.

Estando grande parte de suas propriedades particulares na zona oriental da Alemanha, sofreu, após a 2.^a Guerra Mundial, o confisco total das mesmas.

Casou em Glücksburg, a 11 de Outubro de 1905, com a Princesa Vitória Adelaide de Schleswig-Holstein-Sonderburg-Glücksburg, nascida em Grünholz a 31 de Dezembro de 1885.

Foi General de Infantaria do Exército Prussiano, General de Infantaria do Exército Búlgaro, Doutor em Direito "Honoris Causa" da Universidade de Oxford, Grã-Cruz da Ordem do Crancelim, do Reino de Saxe; da Ordem da Águia Negra, da Prússia; da Ordem de Sto. Humberto, da Baviera; da Ordem do Elefante, da Dinamarca; da Ordem dos Serafins, da Suécia; da Ordem dos Santos Kyrilo e Metodio, da Bulgária; da Ordem de Carol I, da Rumânia; etc.

Faleceu em Coburgo, a 6 de Março de 1954. Sucedeu-lhe seu filho o Príncipe Frederico Josias, que nasceu no Castelo de Callenberg, a 29 de Novembro de 1918. Sua filha, a Princesa Sibylla, casou com o Príncipe Gustavo Adolfo da Suécia, recentemente falecido, sendo mãe do atual Príncipe herdeiro daquele país.

A ORDEM NO BRASIL



Armas dos Principes de Saxe-Coburgo e Bragança, que
constituem o 2º Ramo da Casa Imperial do Brasil.

A ORDEM NO BRASIL

Desnecessário é explicar aqui o motivo da concessão da Ordem no Brasil, que, como se sabe, foi causada em sua grande maioria, pelo casamento da Princesa Dona Leopoldina, segunda filha de D. Pedro II e de D. Teresa Cristina, com o Príncipe Luís Augusto de Saxe-Coburgo e Gotha, Duque de Saxe.

Nesta ocasião, foram agraciados, além do próprio Imperador, parte do Ministério, Altos Dignitários da Côrte, o plenipotenciário Miguel Maria Lisboa, Barão de Japurá, que celebrou em Viena o pacto nupcial em nome do Imperador. Vários Diplomatas, que, direta ou indiretamente colaboraram na elaboração dêste pacto, foram também contemplados.

Em seguida, temos um segundo grupo de condecorados, que abrange o período de 1866 a 1889. No mesmo colocam-se pessoas, que serviram o Duque de Saxe na Campanha do Paraguai, ou que prestaram outros relevantes serviços ao principesco casal. Devemos lembrar aqui, também, o Dr. Cândido Borges Monteiro, Visconde de Itaúna, Médico da Princesa Dona Leopoldina, Dr. Manoel Pacheco da Silva, Barão de Pacheco, Preceptor dos Príncipes D. Pedro Augusto e D. Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança, e muitos outros.

Convém salientar, que o 1.º agraciado foi o Barão de Japurá, em 1864, e o último, o Barão de Penedo, em 1889, dois eminentes Diplomatas.

O primeiro iniciou sua carreira em Londres, enquanto o segundo a terminou no mesmo pôsto.

De cada agraciado compilamos pequeno resumo biográfico. Muitos são conhecidos, outros inteiramente ignorados.

As biografias, entre si, são desiguais em detalhes e extensão, e isto bem contra nossa vontade. Não se atribua, portanto, a certas lacunas, tratamento diferente, mas exclusivamente à falta de dados, não obstante as longas e exaustivas pesquisas realizadas.

Outras biografias, como as das personalidades de âmbito nacional, figuram simbòlicamente, pois teria sido impossível traçá-las em poucas linhas.

Quando isto nos foi possível, enriquecemos êste trabalho com o retrato dos condecorados.

Foi impossível estabelecer o dia e o mês de cada Decreto de outorga, bem como a causa certa que motivou cada concessão, conforme o previam os Estatutos, no seu Art. 12.º. Esta dúvida, sòmente poderia ser esclarecida, consultando-se o Arquivo da Ordem, que, como já dissemos, encontrava-se em Gotha, hoje ocupada pelos bolchevistas, nada se sabendo sòbre a sua sobrevivência.

Relativamente às datas de admissão, tivemos de nos contentar apenas com o ano, existindo algumas dúvidas sòbre o motivo da concessão a personalidades menos conhecidas.

Em anexo poderá ser encontrada a relação e alguns dados dos membros portugueses da Ordem Ernestina, apenas a título ilustrativo e comparativo, pois não estudamos a fundo a existência da Ordem na Nação Irmã.

Todos os nossos agraciados, sem exceção de um sequer, foram condecorados por ato do Duque Ernesto II, que, por isto mesmo, merece um destaque especial.

Os
A g r a c i a d o s
d a
DUCAL ORDEM ERNESTINA DA SAXÔNIA
n o
B r a s i l .

CAVALEIROS DE GRÃ-CRUZ (*)

FAMÍLIA IMPERIAL DO BRASIL:

S. M. o Imperador Dom Pedro II, (1864).

S. A. R. o Duque de Saxe, (1863).

S. A. R. o Conde d'Eu, (1864).

S. A. O Príncipe D. Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança, (1884).

S. A. o Príncipe D. Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança, (1894).

- 1) Miguel Maria Lisboa, Barão de Japurá, (1864).
- 2) Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, (1865).
- 3) Carlos Carneiro de Campos, Visconde de Caravelas, (1865).
- 4) José Liberato Barroso, Ministro do Império, (1865).
- 5) Cândido José de Araujo Viana, Marquês de Sapucahy, (1865).
- 6) Antonio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté, (1865).
- 7) Almirante Joaquim Raymundo de Lamare, Visconde de Lamare (1865).
- 8) Marcos Antonio de Araujo, Visconde de Itajubá, (1865).
- 9) Cândido Borges Monteiro, Visconde de Itaúna, (1867).
- 10) Cesar Sauvan Viana de Lima, Barão de Jaurú, (1872).

(*) Acompanha o nome dos agraciados o ano de sua admissão na Ordem.

- 11) Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro, (1879).
- 12) Francisco Ignácio de Carvalho Moreira, Barão de Penedo, (1889).

COMENDADORES DE 1.^a CLASSE

- 1) Conselheiro José Machado Coelho de Castro, (1867).
- 2) Antonio Manoel da Rocha Faria, Conde de Nioac, (1887).
- 3) Antonio Dias Coelho Neto dos Reis, Conde de Carapebús, (1887).
- 4) José Joaquim de Maia Monteiro, Barão da Estrêla, (1888).

COMENDADORES DE 2.^a CLASSE

- 1) Francisco Pinto de Melo, (1865).
- 2) Alexandre Vieira de Carvalho, Conde de Lages, (1865).
- 3) Júlio Constâncio de Villeneuve, Conde de Villeneuve, (1865).
- 4) Dr. Cândido Maria de Azeredo Coutinho, Diretor da Casa da Moeda, (1869).
- 5) José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, Visconde de Tocantins.
- 6) Capitão-Tenente Antonio Coelho Fragoso Júnior, (1879).
- 7) Dr. Manoel Pacheco da Silva, Barão de Pacheco, (1883).
- 8) Dr. Cláudio Velho da Mota Maia, Conde de Mota Maia, (1887).
- 9) Dr. Joaquim Pires Machado Portela, (1888).

CAVALEIROS DE 1.^a CLASSE

- 1) José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiilar, (1864).
- 2) Marcos Antonio d'Araujo e Abreu, 2.^o Barão de Itajubá, (1865).
- 3) Henrique Cavalcanti de Albuquerque, (1865).
- 4) Conselheiro Alfredo Sérgio Teixeira de Macedo, (1866).
- 5) Adolpho Fortunato Hasselmann, (1879).
- 6) Napoleão de Siqueira Lamaix, (1881).

CAVALEIROS DE 2.^a CLASSE

- 1) Luiz da Silva Cunha, (1869).
- 2) Carlos Francisco João Krauss, (1869).
- 3) Cesar Augusto Viana de Lima, (1872).
- 4) Dr. Ataliba Lopes de Gomensoro, (1883).

Seine Hoheit der Herzog

ERBSÜ

zu Sachsen Coburg und Gotha etc.

haben Sich in Brasilien bewegen gesehen, Sr Excellenz
Herrn Miguel Maria Lisbôa,
ausgezeichneten Bräutigam und bewährtesten Minister
Sr Majestät des Kaisers von Brasilien, in Anerkennung
seiner ausgezeichneten Eigenschaften sowie zum Zeichen
der Hochachtung befehlen, dass er die Großkreuz
der Königlich Sachsen Ehrenkreuzer 1. Klasse zu erhalten.
Zur Durchführung dessen ist Sr Excellenz zum auszeich-
neten Bräutigam und bewährtesten Minister Herrn
Miguel Maria Lisbôa dieses Diplom, unter Befehl
der Königlich Sachsen Majestät, ausgestellt und nach der
Intention des Kaisers von Brasilien zugestellt worden.
Coburg, am 15^{ten} December 1864.

Herzoglich Sächsisches Staats Ministerium

Am



Ordens Diplom.

h. g.

DIPLOMA DE GRÃ-CRUZ DE MIGUEL MARIA LISBÔA,
BARÃO DE JAPURÁ.

(Coleção Dr. Joaquim Miguel Arrojado Lisbôa).

Seine Hoheit der Herzog

ERHSH

von Sachsen Coburg und Gotha etc.

haben Wir in Gnaden benoget gefunden,
dem kaiserlich konstitutionellen Legationssekretär
Herrn Manoel Cavalcanti d'Albuquerque
in Berlin,
in Anerkennung seines ausgezeichneten Sigenshaftes
und zum Zeichen des Wohlwollens
das Ritterkreuz 1^{ten} Klasse
des Herzoglich Sachsen-konstitutionellen Hausordens zu
verleihen.
Zu Bekräftigung dessen ist dem Herrn Legations-
sekretär Manoel Cavalcanti d'Albuquerque dieses
Diplom mit Verleihung des Herzoglichen Ringels beige-
fertigt und nebst der Dekretation zugestellt worden.
Gotha, am 28. Mai 1872.

Herzoglich Sächsisch-Stateministerium.



Handwritten signature

Ordens-Diplom.

DIPLOMA DE CAVALEIRO DE 1ª CLASSE DO DR. HENRIQUE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

(Col. Dr. Manoel Ignácio Cavalcanti de Albuquerque).



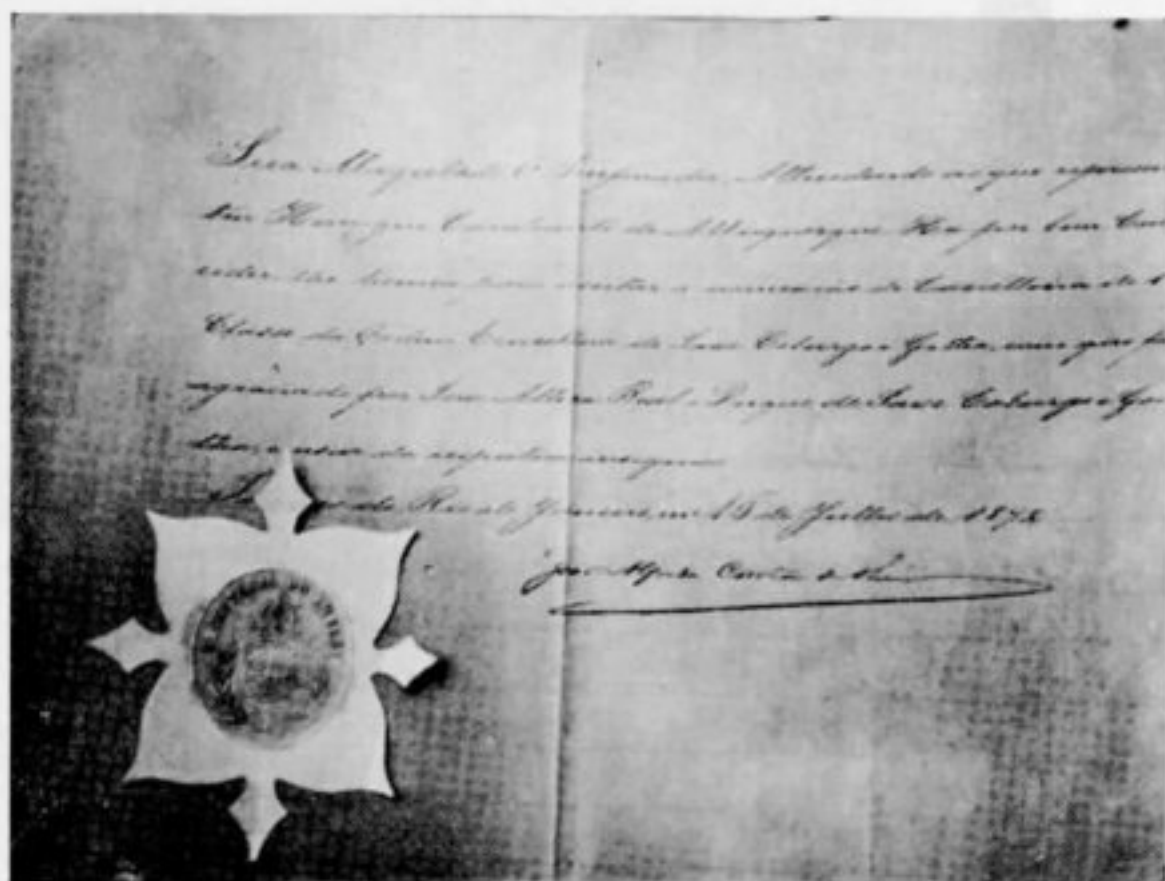
PENDENTE DE GRÃ-CRUZ, QUE PERTENCEU AO
CONSELHEIRO JOSÉ LIBERATO BARROSO.

(Coleção do Museu Histórico Nacional).



INSIGNIAS DE COMENDADOR DE 1ª CLASSE
QUE PERTENCERAM AO CONSELHEIRO JOSÉ
MACHADO COELHO DE CASTRO

(Coleção do Museu Mariano Procópio).



AUTORIZAÇÃO DO GOVERNO IMPERIAL, ASSINADA PELO
CONSELHEIRO JOÃO ALFREDO CORRÊA DE OLIVEIRA,
CONCEDENDO LICENÇA AO DIPLOMATA HENRIQUE CA-
VALCANTI DE ALBUQUERQUE, PARA ACEITAR E USAR
AS INSÍGNIAS DA ORDEM ERNESTINA.

(Coleção Dr. Manoel Ignácio Cavalcanti de Albuquerque).

200.4.69
 L. S. C. D. C. 4 = 2
 2º
 2º
 P. P.
 P. P. 4º
 1857.
 1857.
 1857.
 Luiz da Silva Cunha, cidadão brasileiro
 requer ao V. Ex.ª a fim de poder aceitar
 e usar as insignias de Cavaleiro de 2º Classe
 da Ordem de São Carlos de Portugal, em
 virtude de ter sido agraciado por S. M.
 o Imperador, com a Cruz de São Carlos
 de 2ª Classe, em 15 de Setembro de 1857.
 Luiz da Silva Cunha
 Comandante
 Luiz da Silva Cunha, cidadão brasileiro
 requer ao V. Ex.ª a fim de poder aceitar
 e usar as insignias de Cavaleiro de 2º Classe
 da Ordem de São Carlos de Portugal, em
 virtude de ter sido agraciado por S. M.
 o Imperador, com a Cruz de São Carlos
 de 2ª Classe, em 15 de Setembro de 1857.
 Luiz da Silva Cunha
 Comandante

REQUERIMENTO DIRIGIDO AO IMPERADOR, PELO COMAN-
 DANTE LUIZ DA SILVA CUNHA, A-FIM-DE PODER ACEITAR
 E USAR AS INSIGNIAS DE CAVALEIRO DE 2º CLASSE.

428 15

49

S. M. I.



Dix José Pedro Werneck Ribeiro de
 Aguiar, natural de Portugal e natural de
 Brasil em Vienna, que tendo sido agraciado
 com a data de 15 de Dezembro ultimo
 por Sua Magestade e Senhor D. Pedro
 Ernesto de Saxe-Coburgo e Gotha e com
 o Habito de Cavalleiro de primeira classe
 da Real Ordem Christiana da Casa Ducal
 de Saxe, successiva e Supplimento a
 licença de Vossa Magestade Imperial,
 para poder aceitar, e usar d'essa
 ordem: por isso

Sob o humilhado de Vossa
 Magestade Imperial S.
 Digna comarcha da sua
 Graça: e espera

Vienna, 3 de Março de 1865

José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar *J. P. W.*

REQUERIMENTO DIRIGIDO AO IMPERADOR, POR JOSÉ
 PEDRO WERNECK RIBEIRO DE AGUILAR, A-FIM-DE
 PODER ACEITAR E USAR AS INSIGNIAS DE CAVALEIRO
 DE 1ª CLASSE.

(Arquivo Nacional).

1888
N.º 25-88.

374

Senhor

R. P. M. 9 88

Out. 198

O supplicante Joaquim Pires Machado Portella, Director
esta no caso de *Des. Proch. Publico de Tondoro*, com requisi-
obter a licença *tesamente puzer a S. Magestade de Dign.*
que requer. *de conceder-lhe licença para usar de insignias*
do Comendador de *da Comenda de Ordem Brasileira com grau*
2.ª Classe de *2.ª Classe de 2.ª Classe* por sua *Altoza e Br. Magestade*
Altoza e Br. Magestade *Altoza e Br. Magestade*
de *Altoza e Br. Magestade*
1888.
J. P. M.

J. P. M. deferimento



J. P. M.

Rio de Janeiro 6 de Setembro de 1888

Joaquim Pires Machado Portella

REQUERIMENTO DIRIGIDO AO IMPERADOR, PELO DR. JOAQUIM
PIRES MACHADO PORTELLA, A-FIM-DE PODER ACEITAR E USAR
AS INSIGNIAS DE COMENDADOR DE 2ª CLASSE.

(Arquivo Nacional).



Nos abeyto aprenhede
 Carlos Machadinho. Cidadão Brasileiro
 Comendador Livramento de nome
 de cavaleiro publico e Intendente Commercial
 na cidade de Rio de Janeiro Tribunal
 de Commercio della mesma Rio de Janeiro.

Certifica que present
 que me foi apresentada de um comendador
 exple na lingua allieua com e posto
 depois a sua traducção para a lingua
 nacional e que tudo feito a minha
 e em lenthendo de e seguinte

Traducção

Sua Magestade o Duque
 Ernesto
 de Saxe Coburg e Gotha e
 seu Grande Chanceler e Senhor
 2.º seu Conselho Archadeo de Castello
 Comandante Imperial de Rio de Janeiro,
 em testemunho da particular ordem
 de sua Magestade, com o Comendado de
 segunda classe da Ordem Ernestina,
 de Casa Ducal de Saxe,
 em virtude de que se ven a
 este Diploma, juntando o selo



Ducal, remettet a emissão com
 as honras da Ordem e sem embargo
 dos Estatutos da mesma de nome
 de Cavaleiro, habendo o selo Comendador
 de Casa Ducal de Saxe
 Comendador de Estado Ducal de Saxe
 (abrigado) Senhor
 (Honra e selo das Ordens Ducas)
 Diploma de Comendador
 (aprenhede) de Saxe

A esta mais contendo e de
 Comendador de Saxe e que
 tenha o selo e quem se e apresentara
 Comendador de Saxe e que
 que se apresentara e de nome de Saxe
 Comendador de Saxe e que
 Comendador de Saxe e que
 Comendador de Saxe e que
 Comendador de Saxe e que
 Comendador de Saxe e que
 Comendador de Saxe e que
 Comendador de Saxe e que
 Comendador de Saxe e que
 Comendador de Saxe e que



TRADUÇÃO DO DIPLOMA ORIGINAL DE COMENDADOR DE 2ª CLASSE DA ORDEM
 ERNESTINA, DO CONSELHEIRO JOSÉ MACHADO COELHO DE CASTRO.

(Arquivo Nacional).

CAVALEIROS DE GRÃ-CRUZ

FAMÍLIA IMPERIAL DO BRASIL.



S. M. DOM PEDRO II

(Lithogravura de Lopes, Biblioteca Nacional).

S. M. O IMPERADOR D. PEDRO II

Dom Pedro de Alcantara, João, Carlos, Leopoldo, Salvador, Bibiano, Francisco, Xavier de Paula, Leocadio, Miguel, Gabriel, Raphael, Gonzaga, de Bragança e Habsburgo, nasceu no Rio de Janeiro a 2 de Dezembro de 1825.

Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, desde 7 de Abril de 1831.

Tomou as rédeas do Governo a 23 de Julho de 1840 até 15 de Novembro de 1889.

Casou, a 30 de Maio de 1843, com S. A. R. a Princesa Dona Teresa Cristina Maria de Bourbon das Duas Sicílias.

Faleceu em Paris, a 5 de Dezembro de 1891.



DUQUE DE SAXE.

Enverga a farda de 1º Tenente da Marinha Austriaca e ostenta a Grã-Cruz da I. Ordem do Cruzeiro e a Placa da Grã-Cruz da Ordem Ernestina.

(Fotografia colorida, Stahl — Wahschatte — Rio de Janeiro — 1864. Col. do autor).

ALMIRANTE DUQUE DE SAXE

O Príncipe Luiz, AUGUSTO, Maria, Eudes, de Saxe-Coburgo e Gotha, Duque de Saxe, nasceu no Castelo d'Eu, a 9 de Agôsto de 1845.

Filho do Príncipe Augusto Luiz Victor de Saxe-Coburgo e Gotha e da Princesa Clementina d'Orléans.

Segundo Tenente da Armada Austríaca, participou, a bordo da corveta "Elisabeth", sob o comando do Almirante Wullersdorf, da campanha de Schleswig-Holstein. Distinguiu-se, particularmente, na batalha travada perto da ilha de Sylt.

Era Presidente do Conselho Naval, Almirante Efetivo da Imperial Armada do Brasil. Participou da Guerra do Paraguai, ao lado de seu Sogro, com o qual seguiu para o Rio Grande do Sul, a bordo do vapor "Sta. Maria".

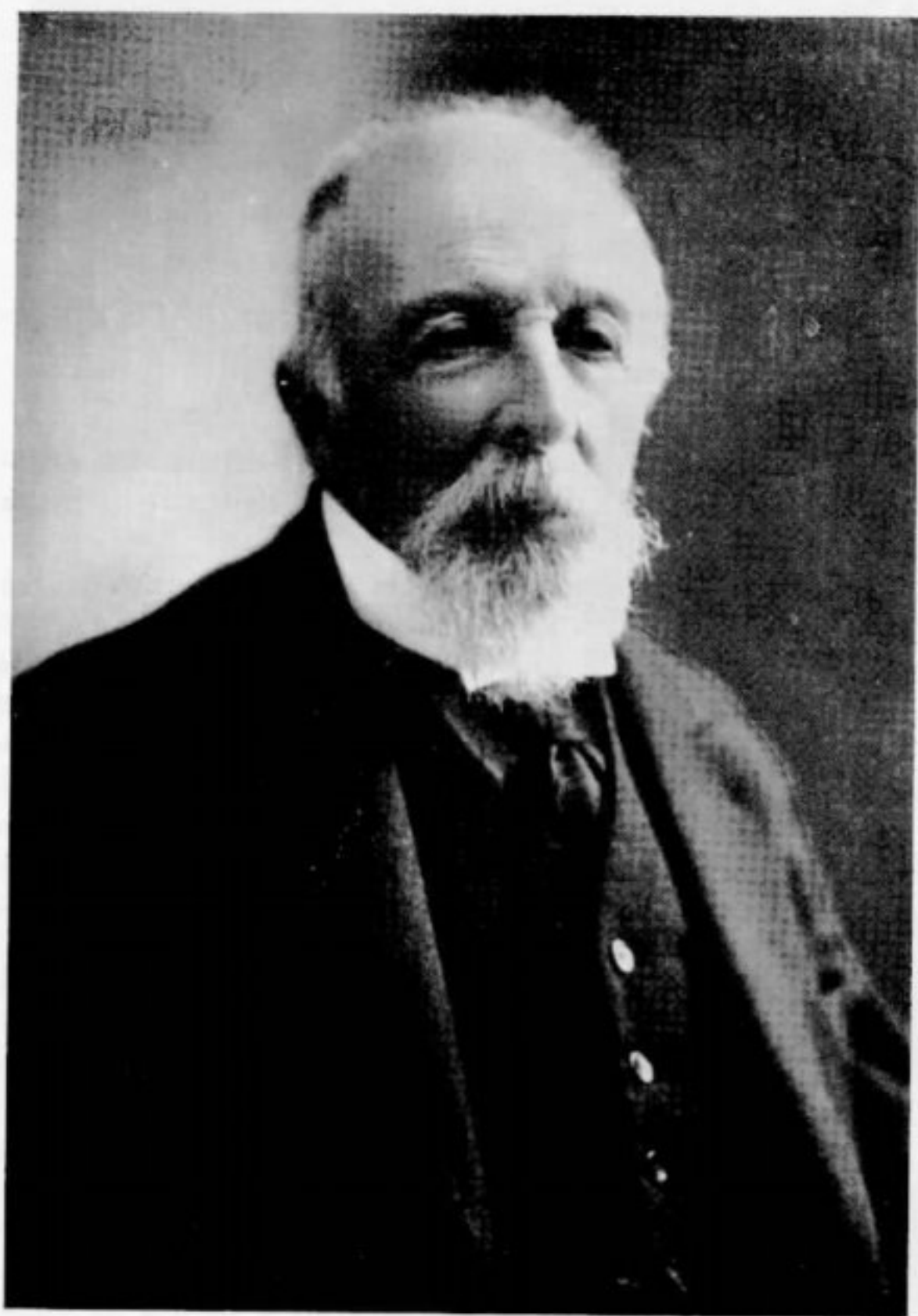
Foi Presidente da Comissão Brasileira na Exposição Universal de Viena, em 1873.

Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Possuía as seguintes condecorações: Grã-Cruz de tôdas as Ordens Brasileiras; a Medalha Militar da Rendição de Uruguaiana; a Medalha Militar da Campanha de Schleswig-Holstein; a Grã-Cruz da Ordem de Leopoldo, da Bélgica; Grã-Cruz da Muito Nobre e Antiga Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, de Portugal; Grã-Cruz da Ordem de S. Alexandre, da Bulgária, etc.

Casou no Rio de Janeiro, a 15 de Dezembro de 1864, com a Princesa Dona Leopoldina, filha de D. Pedro II.

Faleceu no exílio, em Carlsbad, a 14 de Setembro de 1907.



CONDE D'EU

(Fotografia da coleção do Museu Imperial de Petrópolis).

MARECHAL CONDE D'EU

O Príncipe Luís Felipe, Maria, Fernando, GASTÃO, d'Orléans, Conde d'Eu, nasceu em Neuilly-sur-Seine, a 28 de Abril de 1842, filho do Duque de Nemours e da Princesa Vitória de Saxe-Coburgo e Gotha.

Distinguiu-se na Campanha de Marrocos, na qual combateu com os galões de Capitão de Artilharia do Exército Espanhol.

Era Conselheiro de Estado, Marechal Efetivo do Exército Brasileiro. Convém lembrar aqui, também, sua brilhantíssima atuação como Comandante em Chefe das Fôrças do Brasil em operação no Paraguai, quando foram escritas páginas de heroísmo e de bravura, pelas nossas gloriosas Fôrças Armadas.

Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Possuía as seguintes condecorações: Tôdas as Grã-Cruzes das Ordens Brasileiras; Condecorado com as medalhas Brasileiras de Uruguaiana, Mérito Militar, da Campanha Geral do Paraguai, idem da República Argentina; a Medalha Espanhola da Campanha d'África; Grã-Cruz das Seguintes Ordens, da Muito Nobre e Antiga Ordem da Tôrre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, de Portugal; de S. Estevão, da Áustria-Hungria; de N. S. Jesus Christo e de S. Bento de Aviz, de Portugal; de Leopoldo, da Bélgica; da Legião de Honra, da França; da Imperial Ordem da Águia Mexicana e do Sol Nascente, do Japão; Cavaleiro de 1.^a Classe da Real e Militar Ordem Espanhola de S. Fernando.

Casou no Rio de Janeiro, a 15 de Outubro de 1864, com a Princesa Dona Isabel, filha de D. Pedro II.

Faleceu a bordo do "Massilia", a 28 de Agosto de 1922.



PRINCIPE DOM PEDRO AUGUSTO DE SAXE-COBURGO E
BRAGANÇA.

(Aquarela de Omar Guedes, segundo fotografia da época).

PRÍNCIPE D. PEDRO AUGUSTO DE SAXE-COBURGO E BRAGANÇA

D. Pedro Augusto, Luiz, Maria, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga, de Saxe-Coburgo e Bragança, Príncipe da Casa Imperial do Brasil, nasceu no Paço de São Cristovão, no Rio de Janeiro, a 19 de Março de 1866.

Filho primogênito da Princesa D. Leopoldina e do Duque de Saxe, e Neto predileto de D. Pedro II.

Bacharel em Letras pelo I. Colégio D. Pedro II, Engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Publicou vários trabalhos, sôbre Mineralogia e Numismática.

Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 2 de Agosto de 1889.

Possuia as seguintes condecorações: a Grã-Cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro; de D. Pedro I e da Rosa; a Muito Antiga e Nobre Ordem da Tôrre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, de Portugal e a Grã-Cruz da Ordem de Leopoldo, da Bélgica.

Faleceu em Tulln (perto de Viena), a 7 de julho de 1934.



PRINCIPE DOM AUGUSTO DE SAXE-COBURGO E BRAGANGA

Enverga a farda de Capitão de Corveta da Marinha Austriaca e ostenta, de cima para baixo, as seguintes Grã-Cruzes: 1) Ordem de São José da Toscana, da qual também usa a fita; 2) Ordem Ernestina da Casa de Saxe; 3) Ordem de Sto. André da Bulgária.

(Fotografia de Viena, 1903, assinada: D. Augusto Leopoldo de Coburgo Bragança).

(Coleção Dr. Guilherme Catramby).

PRÍNCIPE D. AUGUSTO DE SAXE-COBURGO E BRAGANÇA

D. Augusto, Leopoldo, Felipe, Maria, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga, de Saxe-Coburgo e Bragança, Príncipe da Casa Imperial do Brasil, segundo neto de D. Pedro II, sendo filho da Princesa D. Leopoldina e do Almirante Duque de Saxe, nasceu em Petrópolis, a 6 de Dezembro de 1867.

Seguindo a vocação paterna, ingressou na Armada Brasileira, como Aspirante, em 15 de Dezembro de 1882. Serviu em várias unidades de nossa Armada, entre as quais, o "Riachuelo", a Corveta "Niterói" e o Cruzador "Almirante Barroso". Realizou várias viagens de instrução nas costas do Brasil, inclusive uma em 1887, a Belém do Pará. Foi Ajudante de Ordens do Almirante Eduardo Wandenkolk. Em 1888 realizou a viagem de circumnavegação, na qualidade de 2.º Tenente. Seria a última realizada pela nossa Armada, durante o Regime Monárquico. Comandava o Cruzador "Almirante Barroso" o então Capitão de Mar e Guerra, Custódio José de Mello. Por ocasião da chegada do Cruzador Brasileiro a Colombo, na ilha de Ceilão, chegou, também, a notícia da proclamação da República no Brasil. O Almirante Wandenkolk, Ministro da Marinha do Governo Provisório, mandou desembarcar seu antigo Ajudante de Ordens, neste porto. D. Augusto pediu instruções telegráficas ao Avô, D. Pedro II, que, de Lisboa, lhe enviou a resposta: "Sirva o Brasil, seu Avô Pedro". Despediu-se, portanto, em Colombo, dos seus colegas, distribuindo entre eles os seus haveres, como lembrança. Nunca mais lhe seria concedida a alegria de vol-

ver à sua terra natal, que tanto amou, e que, no penoso exílio, constantemente evocava.

Ingressou na Marinha Austríaca, a 26 de Abril de 1893, com licença especial do Imperador Francisco José, que o admitiu como Príncipe Brasileiro, concedendo-lhe, inclusive, a exterritorialidade, e sem que, com isso, perdesse seus direitos de Brasileiro.

Na Marinha austríaca, onde tanto lhe valeram os conhecimentos adquiridos na Escola Naval do Brasil, serviu nos seguintes vasos de guerra: “Novara”, “Wien”, “Monarch”, “Radetzky”, “Alpha”, “Maria Thereza” e “Francisco José”. Ocupou o posto de 2.º Tenente, de 1893 a 1896, de 1.º Tenente até 1900. Em 1902 é nomeado Capitão de Corveta, em 1912 entra na Reserva, como Capitão de Fragata. Em 1917, sempre na Reserva, é promovido a Capitão de Mar e Guerra, não participando, portanto, da 1.ª Grande Guerra.

Casou a 30 de Maio de 1894, com D. Carolina de Habsburgo, Arquiduquesa d'Áustria-Toscana. Grã-Cruz das Ordens de D. Pedro I; da Rosa; de S. Alexandre, da Bulgária; da Torre e Espada, de Portugal; de Leopoldo, da Bélgica; de São José, da Toscana e de várias medalhas militares. Faleceu, no exílio, no Castelo de Schladming, na Áustria, a 11 de Outubro de 1922.

CAVALEIROS DE GRÃ-CRUZ.



BARÃO DE JAPURÁ.

(Quadro de autor desconhecido, de propriedade do Dr. Joaquim Miguel Arrojado Lisboa, em Belo Horizonte).

BARÃO DE JAPURÁ

Miguel Maria Lisboa, Barão de Japurá, nasceu no Rio de Janeiro, a 22 de Maio de 1809.

Filho do Conselheiro José Antônio Lisboa e de D. Maria Eufrásia de Lima.

Fez seus cursos secundários no Rio de Janeiro, onde estudou com ótimos professores.

Em 1826 viajou para a Europa, onde fez os estudos de Ciências Sociais na Universidade de Edimburgo.

Foi um dos mais antigos Diplomatas do Império, tendo começado sua carreira no tempo de D. Pedro I, quando, por Decreto de 15 de Novembro de 1828, foi nomeado Adido de 2.^a Classe em Londres. Assumiu o cargo em princípios de 1829. Nesta época ainda estava estudando em Edimburgo, para onde periodicamente devia dirigir-se, a-fim-de prestar seus exames.

Em 1831 foi nomeado Secretário da Legação, servindo nesta qualidade até 1835, ano em que foi Encarregado de Negócios.

No ano de 1836 regressou ao Brasil, exonerado que foi do cargo de Secretário em Londres.

Após ter servido algum tempo na Secretaria de Estado dos Negócios do Império, recebeu, em Abril de 1838, a nomeação de Encarregado de Negócios no Chile, com plenos poderes para negociar um aditivo ao acôrdo comercial. Ainda no Chile, viu-se de frente a outro assunto da maior importância, e para o qual não tinha recebido nenhuma instrução, ou seja, o Congresso de Plenipotenciários das Repúblicas Americanas no Panamá, estimulado por Bolívar. O Império do

Brasil não havia sido convidado para esta espécie de “Operação Panamericana”. Devemos a Miguel Maria Lisboa a brilhante e hábil solução dêste caso, que poderia ter colocado o Brasil em situação esquerda, com relação aos demais Países Irmãos do Continente. Diz o nosso Diplomata uma frase que poderia ter sido dita nos nossos dias: “O tempo mostrará a importância dêste serviço; assim como diàriamente nos está mostrando a falta que faz na América do Sul um Pacto Fundamental, que regule as relações políticas entre seus Estados e assegure ao Brasil a legítima influência a que deve aspirar”.

Encarregado de Negócios na Venezuela em 12 de Abril de 1842. Ministro na Bolívia em 18 de novembro de 1851. Ministro em comissão especial na Venezuela, Nova Granada e Equador em 10 de março de 1852. Na Venezuela assinou Tratado de Limites e de Extradicação em 25 de novembro de 1852 e de Navegação em 25 de janeiro de 1853. Na Nova Granada assinou um Tratado de Navegação e Extradicação, em 14 de junho de 1853 e de Limites, em 25 de julho de 1853. No Equador assinou Tratado de Extradicação, em 3 de novembro de 1853. Em disponibilidade a 25 de maio de 1854. Encarregado de Negócios e Ministro Plenipotenciário no Perú, em 7 de dezembro de 1855, tendo aí assinado uma Convenção Fluvial, em 22 de outubro de 1858. Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário nos Estados Unidos da América do Norte, em 7 de maio de 1859. Assinou em Viena, a 1.º de Novembro de 1864, na qualidade de Plenipotenciário, a convenção matrimonial da Princesa D. Leopoldina e do Príncipe Luís Augusto Maria Eudes de Saxe-Coburgo e Gotha, Duque de Saxe. Este ato foi assinado nos salões do Palácio Coburgo em Viena, tendo sido o Plenipotenciário do Duque Reinante de Saxe, o Barão Emil de Pawel Rammingen.

Ministro Plenipotenciário na Bélgica, em 21 de março de 1865, onde publicou várias obras importantes. A 22 de fevereiro de 1868 passou a ocupar o mesmo cargo em Lisboa.

Em Lisboa estava quando das primeiras duas viagens dos Imperadores ao velho Mundo, bem como por ocasião do falecimento da Imperatriz Viúva D. Amélia, em 1873.

Casou a 22 de maio de 1838, em Niterói, com D. Maria Isabel de Andrade Pinto.

O Barão de Japurá era sobrinho do Almirante Marquês de Tamandaré.

Foi Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 19 de janeiro de 1839. Detentor do Diploma de “Artium Magister” pela Universidade de Edimburgo. Membro da Academia Arqueológica da Bélgica, Membro da Real Academia Espanhola, Membro da Associação de Geografia de Lisboa.

O Barão de Japurá era, também, do Conselho de S.M. o Imperador, Veador de S.M. a Imperatriz, Grande Dignitário da I. Ordem da Rosa; Comendador da I. Ordem de Cristo; Grã-Cruz da Real Ordem de Cristo (1877) e a de N.S. da Conceição de Vila Viçosa, de Portugal.

Barão por Decreto de 17 de julho de 1872 e Carta de Brazão de Armas, a 20 de agosto de 1848.

Faleceu em Lisboa, a 8 de Abril de 1881, após ter consagrado mais de 50 anos de sua existência ao serviço da Pátria.



CONSELHEIRO PAULO BARBOSA DA SILVA.

(Fotografia da coleção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

CONSELHEIRO PAULO BARBOSA DA SILVA

Nasceu em Sabará a 25 de janeiro de 1794. Filho do Coronel de Milícias, Antônio Barbosa da Silva e de D. Ana Maria de Jesus Pinto.

Cadete agregado ao Regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais em 15 de Maio de 1804. Cadete efetivo da 6.^a Companhia em 1808. Em 1810 é promovido a Alferes. Em 1819 é promovido a 2.^o Tenente. Capitão em 1822. Em 1825 segue para a Europa com um grupo de Oficiais Brasileiros, para um curso de aperfeiçoamento. Em 1829 segue novamente para a Europa, em Missão Diplomática. Nomeado Secretário da Legação em Viena em 23 de Outubro de 1829. Em 1830 deixa a Diplomacia, passando a Major graduado, e a 20 de Outubro de 1830 a Moço da Imperial Câmara da Guarda Roupas. Em 30 de dezembro de 1833 é interinamente Mordomo da Casa Imperial. Major efetivo em 1837 e Tenente Coronel em 1839. Deputado por Minas Gerais no mesmo ano. Efetivado na Mordomia da Casa Imperial em 1840 e nomeado também Porteiro da Imperial Câmara e Guarda Joias. Em 1841 é Oficial Mór da Casa Imperial. Em 1842 recebeu o tratamento de "Excelência". Foi Mestre Sala e Mestre de Cerimônias de quase tôdas as solenidades no início do 2.^o Reinado. A 7 de Setembro de 1843 fôra nomeado Coronel Efetivo do I. Corpo de Engenheiros, e a 9 de Março reformado como Brigadeiro. Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Côrte de S. Petersburgo, em 13 de Dezembro de 1845. Em 1847 é removido, no mesmo cargo, para Berlim. Em 1849 representa o Brasil na Côrte de Viena. Em 1854

reassume a Mordomia da Casa Imperial. Na segunda fase da Mordomia, executa grandes trabalhos de reforma nos Palácios Imperiais. Em 1855 foi nomeado Gentil-Homem da Imperial Câmara.

Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 4 de Fevereiro de 1839.

Oficial da I. Ordem da Rosa; Cavaleiro da I. Ordem de S. Bento de Aviz; Grã-Cruz das Ordens de Sant'Ana, da Rússia; de S. Maurício e S. Lázaro, da Sardenha; Comendador das Ordens de N. S. de Vila Viçosa, de Portugal; S. Januário, de Nápoles; Coroa de Ferro, da Áustria; Legião de Honra, da França; de Medjidié de 2.^a Classe, da Turquia; Cavaleiro da R. Ordem de N. S. Jesus Cristo, de Portugal.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 28 de Janeiro de 1868.



3º VISCONDE DE CARAVELAS.

(Ilustração Brasileira, coleção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

3.º VISCONDE DE CARAVELLAS

Carlos Carneiro de Campos nasceu na Província da Bahia, a 1.º de Novembro de 1805, filho do Conselheiro Manoel Carneiro de Campos e de sua mulher, D. Maria Inácia de Jesus Ferreira França.

Foi praça no Batalhão de D. Pedro I.

Em 1827 formou-se, em Paris, em ciências jurídicas e sociais. Lente da Faculdade de Direito de São Paulo em 1828 e, posteriormente, nomeado seu Diretor.

Deputado pela Província de São Paulo nas 4.^a, 5.^a, 8.^a e 9.^a legislaturas de 1838 a 1856. Senador pela mesma Província em 1857. Presidente das Províncias de São Paulo e de Minas Gerais, em 1842 e 1857, respectivamente. Foi três vezes Ministro dos Estrangeiros, em 1862, 1864 e 1871. Conselheiro de Estado Ordinário em 1870. Foi Diretor do Banco do Brasil, Inspetor Geral do Tesouro Nacional, etc.

Era Grande do Império, do Conselho de S. Magestade o Imperador, Veador de S. M. a Imperatriz, Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 24 de Agôsto de 1839.

Comendador da I. Ordem de Cristo; Grão Cruz da Legião de Honra; de Leopoldo, da Bélgica; da Corôa da Itália; da Águia Vermelha, da Prússia e da Corôa de Ferro, da Áustria.

Visconde com grandeza, por decreto de 15 de Outubro de 1872.

Casou, em primeiras núpcias, com D. Fabrícia Ferreira França, e, em segundas núpcias, com D. Bárbara Galdina de Oliveira Jaques.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 28 de Abril de 1878.



CONSELHEIRO JOSÊ LIBERATO BARROSO.

Está ostentando a Grã-Cruz da Ordem Ernestina.

(Litogravura de A. Sisson, coleção do Museu Histórico Nacional).

CONSELHEIRO JOSÉ LIBERATO BARROSO

Nasceu em Aracatí, Ceará, em 21 de Setembro de 1830.

Filho do Coronel Joaquim Liberato Barroso, de origem pernambucana e de D. Francisca Ludovina Barroso.

Formou-se em 1852, doutorando-se em 1857, em Direito, pela Faculdade de Recife. Advogado nos Auditórios da Côrte. Membro do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil. Membro e Presidente da Associação Brasileira de Aclimação.

Foi lente catedrático da Faculdade Livre de Ciências Sociais e Jurídicas em 1862. Também lente substituto da Faculdade do Recife.

Deputado à 20.^a Legislatura. Ministro do Império do Gabinete de 31 de Agosto de 1864. Do Conselho de Sua Magestade o Imperador.

Casou a 13 de Fevereiro de 1855 com D. Ângela Ribeiro, filha de Antônio Manuel Alves Ribeiro e D. Alexandrina Mendes Ribeiro.

Faleceu no Rio de Janeiro a 1.^o de Outubro de 1885.



MARQUES DE SAPUCAHY.

*(Lithogravura de A. Sisson, Rio de Janeiro 1858.
Coleção do Museu Histórico Nacional).*

MARQUÊS DE SAPUCAHY

Cândido Cardoso Canuto da Cunha, Marquês de Sapucahy, nasceu em Congonhas de Sabará, Minas Gerais, a 15 de Setembro de 1793. Aos 13 anos, com a autorização paterna, adotou o nome de Cândido José de Araujo Viana.

Filho do Capitão-Mór Manuel de Araujo da Cunha e de D. Marianna Clara Vianna da Cunha, ambos naturais de Minas Gerais.

Estudou em sua terra natal, tendo, como Mestres, o Dr. José Teixeira da Fonseca Vasconcelos e o Padre Joaquim Machado Ribeiro.

Bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, em 1821. Ocupou todos os cargos da magistratura até o de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, em que se aposentou em 1860.

Deputado por Minas Gerais na Assembléia Constituinte de 1823 e igualmente nas quatro legislaturas, a partir de 1826 até 1839. Escolhido pela Regência para o Senado em 1839. Presidente da Província de Alagoas em 1828 e a do Maranhão de 1829 a 1831.

Foi Ministro da Fazenda no 3.º Gabinete de 1832, da Regência Permanente, e do Império no 2.º Gabinete de 1841.

Foi professor de ciências positivas e de literatura de D. Pedro II e das Princesas. Grande amigo do Imperador, que o distinguiu, designando-o como testemunha no casamento da Princesa D. Leopoldina e do Duque de Saxe.

Além da magistratura, da alta administração, do parlamento e do conselho de Estado, o Marquês de Sapucahy

exerceu, também, o cargo de comissário do govêrno no I. Colégio D. Pedro II, bem como no Instituto Comercial. Foi membro, também, da comissão examinadora dos candidatos à carreira diplomática. Foi procurador fiscal do Tribunal do Tesouro Público Nacional. Conselheiro de Estado extraordinário e ordinário em 1850 e 1859, e Secretário do mesmo Conselho em 1851. Era do Conselho de S. Magestade, Grande do Império, Gentil-Homem da Imperial Câmara, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, Sócio Fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seu Presidente, durante mais de 30 anos.

Dignitário das Imperiais Ordens da Rosa e de Cristo; Grã-Cruz da Ordem da Torre e Espada, de Portugal; da Ordem de S. Januário, de Nápoles.

Grão Mestre honorário do Grande Oriente do Vale do Lavradio.

Casou, a 22 de maio de 1822, com D. Ana Efigênia Vieira Ramalho de Castro Araujo Vianna. Visconde com grandeza por decreto de 2 de Dezembro de 1854. Marquês por decreto de 15 de Outubro de 1872.

Faleceu no Rio de Janeiro em 23 de Janeiro de 1875.



VISCONDE DE ABAETÉ.

*(Lithogravura de A. Sisson, Rio de Janeiro 1867.
Coleção do Museu Histórico Nacional).*

VISCONDE DE ABAETÉ

Nasceu em Lisboa a 22 de Setembro de 1798, Antônio Paulino Limpo de Abreu, o futuro Visconde de Abaeté. Era filho do Tenente Coronel de Engenharia, Manoel do Espírito Santo Limpo e de D. Maria Maternidade de Abreu e Oliveira.

Ainda muito jovem, ficou órfão de pai, tendo vindo para o Rio de Janeiro em companhia de sua mãe, pouco tempo depois da transferência da Côrte para o Brasil.

No Seminário Episcopal de S. José estudou as disciplinas necessárias para poder-se matricular na Universidade de Coimbra, na qual entrou, após seu regresso a Portugal, em 1815. — Em Coimbra licenciou-se em Leis em 1820, regressando, em Setembro do mesmo ano, ao Brasil.

Na Magistratura distinguiu-se como ouvidor geral, desembargador, Ministro do Supremo Conselho de Justiça Militar e do Supremo Tribunal de Justiça, cargo no qual se aposentou em 1848, não querendo receber por inteiro o ordenado ao qual tinha direito. Já como Ministro adjunto do Conselho Supremo Militar e de Justiça, havia oferecido os seus vencimentos para a despesa do Estado, que, naquela hora, estava debelando a rebelião no Rio Grande do Sul.

Foi um dos promotores do Ato Adicional.

Em 1842, em face de sua acentuada participação na revolução liberal em Minas, após a derrota em Santa Luzia, foi atingido com a pena da deportação para Portugal.

Tornou-se cidadão brasileiro e militou na política, tendo sido eleito deputado geral, em cinco legislaturas, pela Província de Minas Gerais. Como deputado, foi secretário, vice-

presidente e presidente da Câmara e membro das principais comissões técnicas. Nomeado Senador, presidiu a Câmara Alta do Império de 1861 a 1873.

Foi uma das testemunhas escolhidas por D. Pedro II, para o casamento da Princesa D. Leopoldina e do Duque de Saxe.

Distinguiu-se em vários cargos administrativos, que exerceu em diversas épocas. Durante a Regência foi presidente da Província de Minas Gerais, e diversas vezes ministro do Império e da Justiça. Depois da maioria ocupou as mesmas pastas no primeiro e quinto gabinete, a da Fazenda no oitavo e, finalmente, a chefia de um Gabinete, em que esteve à testa da pasta da Marinha.

Distinguiu-se na política exterior, tendo sido duas vezes Ministro dos Estrangeiros sob a Regência e três depois da Maioridade. Desempenhou, também, duas importantes comissões diplomáticas em países sul americanos. Nos últimos anos de sua existência foi nomeado Provedor do Asilo de Santa Leopoldina.

Conselheiro de Estado Ordinário a 26 de junho de 1852, do Conselho de S. M. o Imperador, Gentil-Homem da Imperial Câmara em 2 de Agosto de 1840, Grande do Império, Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 23 de janeiro de 1845. Dignitário da I. Ordem do Cruzeiro; Grã-Cruz da I. Ordem de Christo e de N. S. de Vila Viçosa, de Portugal. Visconde com grandeza, por decreto de 2 de Dezembro de 1854.

Casou em Paracatú, com D. Ana Luiza Carneiro de Mendonça.

Faleceu no Rio de Janeiro a 14 de Setembro de 1883.



VISCONDE DE ITAJUBÁ.

(Retrato atribuído ao mesmo, da coleção do Museu Imperial de Petrópolis).

VISCONDE DE ITAJUBÁ

Marcos Antônio de Araujo nasceu em Diamantina, em Minas Gerais.

Filho de Sebastião de Araujo e Abreu e de D. Ana Benedita da Costa.

Bacharel em Direito. Encarregado de Negócios interino e, depois, Cônsul Geral na Cidade livre de Hamburgo, em 1834.

Posteriormente, ocupou o mesmo cargo nos Grão-Ducados de Mecklenburg-Schwerin e Oldenburg. Em 1851 foi promovido a Ministro Residente, nos mesmos postos e no Reino de Hannover.

Ministro Plenipotenciário, com residência em Berlim, e acreditado simultâneamente na Prússia, Dinamarca e Suécia-Noruega, em 1857.

Removido para Paris em 1867, onde assinou vários protocolos e convenções com diversas nações sôbre a União Postal Universal, o Telégrafo e o Sistema Métrico.

A 24 de Setembro de 1871, servindo em Paris, como Embaixador, foi designado pelo Govêrno Imperial para Árbitro Brasileiro no Tribunal de Arbitramento de Genebra, na questão "Alabama", entre os Estados Unidos e a Grã Bretanha, em conjunto com os Árbitros da Itália e Suíça.

Casou em primeiras núpcias com Maria Cristina Josefina von Ghelle, falecida em Março de 1838. Em segundas núpcias em Hamburgo, a 9 de Abril de 1839, com Ida von Hildebrandt, natural de Hamburgo (veja-se auto de casamento do Visconde, de 1839, N.º 176, em Hamburgo).

Grande do Império, Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1839. Grã-Cruz da I. Ordem de Cristo; Grã-Cruz da Águia Vermelha, da Prússia; da Ordem dos Guelfos, de Hannover; de Pedro de Oldenburgo e da Ordem Dinamarquesa de Daneborg. Grande Oficial da Legião de Honra, Cavaleiro da Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa, de Portugal.

Barão, por Decreto de 6 de Janeiro de 1867. Visconde, por Decreto de 17 de Julho de 1871. Visconde com Grandeza, por Decreto de 18 de Julho de 1872.

Faleceu em Paris, a 7 de Fevereiro de 1884, estando sepultado no cemitério de Père Lachaise, na mesma cidade.



VISCONDE DE LAMARE.

(Lithogravura de L. Musso. Coleção do Museu Histórico Nacional).

VISCONDE DE LAMARE

Joaquim Raymundo de Lamare nasceu no Rio de Janeiro a 15 de Outubro de 1811. Era filho de Joaquim Raymundo de Lamare e D. Bernardina de Senna de Lamare.

Sentou praça de aspirante da Marinha em 16 de Setembro de 1826.

Matriculou-se na Academia de Marinha, onde concluiu o curso em 1829. Sua carreira foi brilhante e variou entre a Marinha e a Política. Serviu em 1840 na Divisão Naval em operações na Província do Rio Grande do Sul. Foi encarregado de inspecionar, na Europa, a construção de vários vapores de guerra em 1852.

Comandante da Divisão Naval estacionada no Rio da Prata em 1855 e do Corpo de Imperiais Marinheiros. Presidente da Província de Mato Grosso em 1858. Membro da Assembléia Geral pela mesma Província, na 11.^a legislatura de 1861 a 1864. Ministro de Estado da Marinha em 1862. Chefe da Esquadra em 1864. Como Vice-Almirante foi, em 1867, nomeado Oficial General Comandante em Chefe das Forças do Amazonas. Fez a campanha do Paraguai. Foi Presidente da Província do Pará, em 1867, e Comandante das Armas da mesma Província. Ajudante General da Armada em 1873. Em 1876 fez parte da comitiva que acompanhou o Imperador e a Imperatriz aos Estados Unidos. Senador pela Província de Mato Grosso em 1882, foi promovido e reformado no posto de Almirante em 1882, tendo ainda sido, em 1884, Ministro da Marinha.

Grande do Império, Gentil-Homem da Imperial Câmara, Veador de S. M. a Imperatriz, Guarda Roupas de S. Magestade, Conselheiro de Guerra, do Conselho de S. Magestade, Membro efetivo do Conselho Naval e Conselheiro de Estado efetivo. Grã-Cruz da I. Ordem de São Bento de Aviz; Comendador da I. Ordem de Cristo; Dignitário da I. Ordem da Rosa, Grã-Cruz da Real Ordem de Cristo, de Portugal, em 1864; da Ordem de S. Gregorio Magno; da Imperial Ordem de S. Estanisláu, da Rússia, em 1873; Grande Oficial da Legião de Honra; Comendador da I. e R. Ordem da Corôa de Ferro, da Áustria, em 1860; Grã-Cruz da Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa, em 1877.

Possuia as Medalhas de Ouro da Passagem de Toneleros, da Passagem de Humaitá, e da Campanha Geral do Paraguai, com passador de ouro.

Visconde com grandeza por decreto de 13 de Junho de 1888.

Casou em 1.º de Janeiro de 1843 com D. Rita Augusta de Lima, natural do Rio Grande do Sul, que faleceu no Rio de Janeiro a 28 de Setembro de 1905.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 10 de Junho de 1889.

... com a dignidade de Visconde de Itaboraé em 1855, sendo
... a D. D. ... e o Duque de ...
... em 1855, ...
... e ...



VISCONDE DE ITAÚNA.

(Da "Vida Fluminense" N.º 244, de 31-8-1872.
Coleção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

VISCONDE DE ITAÚNA

Nasceu Cândido Borges Monteiro, a 12 de Outubro de 1812, no Rio de Janeiro.

Filho do Capitão de Milícias, José Borges Monteiro, natural da Freguesia de São Martinho da Guarda — Pôrto —, e de D. Gertrudes Maria da Conceição, natural do Rio de Janeiro.

Fêz os estudos secundários no Rio de Janeiro, matriculando-se, em 1827, na Academia Médico-Cirúrgica, onde se formou em 1833. No mesmo ano, organizando-se a nova Escola de Medicina, foi nomeado, após rigoroso concurso, para lente substituto da seção de cirurgia. A 17 de dezembro recebeu, em sessão solene, o grau de Doutor em Medicina. Seguindo sua brilhante trajetória médica, ganhou em 1837, em novo concurso, a cadeira de lente de operações, anatomia topográfica e de aparelhos. Regeu em 1843 e 1844, na ausência do titular (Cirurgião-Mór do Exército, Dr. Manoel Feliciano Pereira de Carvalho), a cadeira de Clínica Externa. Foi notável como Operador e como Professor. Praticou várias intervenções ainda inéditas na época, escrevendo também trabalhos muito apreciados sôbre as mesmas. Médico da Imperial Câmara, teve o privilégio de ser o médico parteiro, que assistiu aos nascimentos das Princesas D. Isabel e D. Leopoldina, bem como aos de dois Filhos desta última, os Príncipes D. Pedro Augusto, e D. José de Saxe-Coburgo e Bragança, que foram o primeiro e terceiro netos de D. Pedro II.

Nas viagens que realizou à Europa (a 1.^a em 1866, acompanhando a Princesa D. Leopoldina e o Duque de Saxe, a 2.^a, na mesma qualidade, em 1869, e, por fim, a 3.^a em 1871, acompanhando D. Pedro II), sempre aprofundou os seus conhecimentos profissionais, visitando hospitais e entrando em contato com as maiores notabilidades médicas da época.

Não menos eminente foi Cândido Borges Monteiro na vida de homem público. Em 1848, Vereador na Câmara Municipal da Côrte, em 1849 ocupou a Presidência da mesma até o fim do mandato. Comissário do Govêrno, junto à Associação Central da Colonização em 1.^o de Agôsto de 1851, e Presidente da mesma em 28 de março de 1859. Foi Presidente da Província de São Paulo. Deputado Provincial na Assemblêia do Rio de Janeiro em 1850, e Geral de 1853 a 1856, tendo participado da Comissão de Poderes. Em 1857, na primeira eleição por distrito, naufragou sua candidatura a Deputado. No mesmo ano o Imperador o escolhe Senador na lista tríplice da Província do Rio de Janeiro. Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas a 20 de Abril de 1872, onde o seu último ato foi a instalação do cabo submarino entre o Brasil e Portugal. Foi, ainda, Oficial-Mór da Casa Imperial, do Conselho do Imperador, Grande do Império, Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 15 de Junho de 1839. Membro da I. Academia do Rio de Janeiro e de várias outras Sociedades Culturais.

Dignitário da I. Ordem da Rosa; Comendador da I. Ordem de Cristo; Grã-Cruz das Ordens Reais Portuguesas de N. S. Jesus Cristo e de N. S. da Conceição de Vila Viçosa e da I. Austriaca da Corôa de Ferro.

Barão e Visconde pelos Decretos de 7 de Outubro de 1867 e 18 de Julho de 1872, respectivamente.

Casou a 23 de Março de 1833 com D. Joanna Maria do Nascimento, que faleceu no Rio de Janeiro a 16 de Junho de 1896.

Faleceu em sua cidade natal, a 25 de Agôsto de 1872.

Os Imperadores, por ocasião do seu falecimento, encontravam-se no teatro, de onde se retiraram imediatamente, ao receber a notícia. Este tão dedicado Servidor do Brasil e Amigo devotado da Casa Imperial, que, ao falecer, era Ministro de Estado, quase que não deixou dinheiro suficiente para as despesas do seu entêrro. Sua família ficou na pobreza, devendo o Govêrno decretar uma pensão para a viúva e suas filhas!

BARÃO DE JAURÚ

Cesar Sauvan Vianna de Lima, nasceu em São Paulo em 1818, tendo sido batizado diante do oratório da chácara paterna na então aldeia de Pinheiros, a 15 de outubro do mesmo ano. Oficiou o batizado o vigário de Pinheiros, Bento Manoel dos Passos, tendo sido Padrinhos o General Francisco de Assis Mascarenhas, Conde de Palma, e D. Rita Huet Midon, ambos representados pelos seus procuradores, o Brigadeiro José Arouche de Toledo Rendon e o Coronel João Vicente da Fonseca, respectivamente.

O Barão de Jaurú era filho do Tenente Coronel Joaquim Pereira de Lima e de D. Leonor Carlota Midon. Neto, pelo lado paterno, de Manoel Pereira Vianna de Lima e de D. Mariana Gertrudes Sauvan Viana, e, pela parte materna, de Nicoláo Midon e de D. Rita Huet Midon.

Estudou na Europa e em 1850 entrou na Diplomacia, como Adido de 1.^a Classe em Viena. Secretário em Buenos Aires em 1853. Encarregado de Negócios no Reino da Sardenha, em 1861. Encarregado de Negócios no Grão Ducado de Hessen.

Foi Ministro em Assunção em 1864 (?), Ministro na Rússia em 1866, no Reino da Prússia em 1867 e no Império da Alemanha em 1871, até janeiro de 1890, quando foi aposentado.

Trocou, a 18 de maio de 1874, as ratificações da Convenção Postal entre o Brasil e a Alemanha, assinada no Rio de Janeiro a 30 de Setembro de 1873.

Era grande Dignitário da I. Ordem da Rosa; Grã-Cruz da Ordem de Cristo, de Portugal; Grã-Cruz de Alberto o Valoroso; do Leão de Baden; do Falcão Branco, de Saxe-Weimar; Grande Oficial da Ordem de São Maurício e Lázaro, da Itália; Comendador da Ordem de Frederico, do Württemberg e da Ordem de Medjidié, da Turquia.

Barão por Decreto de 11 de Janeiro de 1873.

Sua filha D. Amélia de Lima Jaurú, nascida no Rio de Janeiro, a 22 de Maio de 1850, casou em Berlim, a 14 de Janeiro de 1875, com o Barão Aloisio Seiler (n. 10-XII-1835 m. Viena 12-VI-1918), deixando descendência. (*)

Faleceu em Dresden, a 14 de Outubro de 1897.

(*) Não foi possível localizar o nome da espôsa, nem a data do casamento.



VISCONDE DO BOM RETIRO.

*(Lithogravura de A. Sisson, Rio de Janeiro 1858.
Coleção do Museu Histórico Nacional).*

VISCONDE DO BOM RETIRO

Em 7 de Maio de 1818, nasceu, no Rio de Janeiro, Luiz Pedreira do Couto Ferraz.

Filho do Desembargador Luiz Pedreira do Couto Ferraz e de D. Guilhermina Amália Correia Pedreira.

Formou-se em Direito na Faculdade de São Paulo, em 1839. Lente catedrático na mesma. Presidente da Província do Espírito Santo em 1846, da do Rio de Janeiro de 1848 a 1853. Ainda na vida pública distinguiu-se como Deputado Provincial, e como Deputado à Assembléia Geral pelo Espírito Santo, e pela Província do Rio de Janeiro de 1846 a 1864. Senador do Império em 1867.

Ministro do Império em 1853.

Foi, ainda, Desembargador aposentado, Inspetor Geral da Caixa de Amortização, Presidente do I. Instituto Fluminense da Agricultura. Ligou seu nome a importantes empreendimentos, como a construção da primeira estrada de ferro do Brasil, a de D. Pedro II, a de Pernambuco, Bahia e de São Paulo, etc., etc. Estimulou a imigração e a colonização na Província do Rio de Janeiro. Organizou, na qualidade de 2.º Vice-Presidente, os trabalhos da Comissão Diretora do Brasil às Exposições Internacionais de Viena, em 1873, e de Filadélfia, em 1876.

Conselheiro de Estado Extraordinário e Ordinário. Do Conselho de S. M. o Imperador, Veador de S. M. a Imperatriz, Grande do Império, Gentil-Homem da Imperial Câmara. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,

em 1855, da Comissão Redatora da Revista, em 1859, Vice Presidente em 1865, e Presidente em 1876, até a sua morte.

Membro correspondente do Instituto de Aclimação de Paris.

Grã-Cruz da I. Ordem de Cristo; Oficial das I. Ordens do Cruzeiro e da Rosa.

Grã-Cruz das Reais Ordens de Cristo e de N. S. de Vila Viçosa, de Portugal; Grã-Cruz das Ordens de Leopoldo, da Áustria; da de S. Maurício e Lázaro, da Itália; de Daneborg, da Dinamarca e da Legião de Honra, da França.

Fiel e dedicado amigo do Imperador D. Pedro II, a quem acompanhou em quase tôdas as viagens, dentro e fora do país.

Barão, por Decreto de 19 de outubro de 1867. Visconde com grandeza, por Decreto de 10 de Julho de 1872.

Faleceu, no Rio de Janeiro, a 12 de agosto de 1886.



BARÃO DE PENEDO.

(Quadro de Ethel Mortlock, pintado quando se encontrava em Londres pela 2.ª vez, como Ministro. Sala de Música do Palácio do Itamaraty).

BARÃO DE PENEDO

Nasceu na Vila de Penedo, Alagoas, a 25 de Dezembro de 1815.

Francisco Inácio Carvalho Moreira era filho do Capitão João Moreira de Carvalho e de D. Maria Joaquina de Almeida e Silva.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de S. Paulo em 1837. Brilhante advogado no Rio de Janeiro, ao lado de Teixeira de Freitas e Caetano Alberto. Foi um dos Fundadores da Ordem dos Advogados do Brasil, tendo sido também eleito seu Presidente, em sucessão à Montesuma.

Foi Deputado na 8.^a Legislatura, representando sua Província natal. O processo comercial, regulado pelo decreto de 25 de Novembro de 1850 foi, em grande parte, de sua autoria.

Foi o autor do Regulamento do Corpo Diplomático, de 1851.

Entrou na Carreira Diplomática, tendo sido nomeado a 18 de Novembro de 1851, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário nos Estados Unidos da América. Em 1854 foi removido para Londres, onde desempenhou função análoga, até 1862, quando, em virtude da questão Christie, foi obrigado a deixar a Inglaterra, estabelecendo-se em Paris.

Com o restabelecimento das relações diplomáticas entre o Império e a Grã Bretanha, retornou ao seu antigo posto, tendo tido a reparadora e rara honraria de receber o Título de Doutor "Honoris Causa", em Oxford, durante uma solene cerimônia.

Foi exonerado do seu cargo em Londres, pelo Ministério Zacharias, reintegrado, porém, pelo Ministério Rio Branco, onde permaneceu até 1889. Outras Missões Diplomáticas de importância teve que executar, o Barão de Penedo. Em 1858, foi encarregado de uma missão especial em Roma, para tratar da instituição dos casamentos mistos e da reforma dos conventos. No mesmo ano foi Plenipotenciário e Negociador no Tratado entre o Império e a Turquia.

Em 1865 desempenhou missão na França, para conseguir levantar o embargo deste país, com relação ao couraçado "Brasil", construído em estaleiros franceses. A pretensão do Brasil foi coroada de êxito, graças à intervenção de Penedo junto ao Imperador Napoleão III.

Sua segunda Missão, em Roma, em 1873, foi de grande importância, pois, o Brasil enfrentava, então, a chamada Questão dos Bispos.

O grande Diplomata do Império foi exonerado pelo Governo Provisório, por decreto de 7 de Dezembro de 1889, e aposentado no Governo do Marechal Floriano.

Foi Veador de S. M. a Imperatriz, e do Conselho de S. M. o Imperador. Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 19 de Agosto de 1841. Barão por decreto de 29 de Julho de 1864. Possuía a Grã-Cruz da I. Ordem da Rosa; Cavaleiro da I. Ordem de Cristo; Grã-Cruz das Reais Ordens de Cristo (1860) e da Real Ordem de N. S. de Villa Viçosa, de Portugal; Grã-Cruz de S. Gregório Magno; de Francisco I, de Nápoles; do Duplo Dragão da China; Grã-Cruz da Ordem de Medjidié, da Turquia (1858); Grande Oficial da Legião de Honra.

Casou em São Paulo com D. Carlota Emília da Costa Aguiar de Andrade, de tradicional família Santista, falecida no Rio de Janeiro a 18 de Maio de 1919, aos noventa e nove anos de idade.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 1.º de Abril de 1906

COMENDADORES DE 1.^a CLASSE



CONSELHEIRO JOSÉ MACHADO COELHO DE CASTRO

*(Quadro de autor desconhecido, de propriedade do Dr.
José Machado Coelho de Castro, no Rio de Janeiro).*

CONSELHEIRO JOSÉ MACHADO COELHO DE CASTRO

Nasceu no Rio de Janeiro, na Freguesia de Santana, onde foi batizado na Matriz do mesmo nome, nos primeiros dias de Janeiro de 1827.

Filho do Comendador Manoel Machado Coelho de Castro e de D. Luiza Maria da Conceição Machado.

Em 1846, com 19 anos de idade, iniciou o curso de Direito, na Faculdade de São Paulo, tendo sido um dos primeiros colaboradores da revista semanal, "Ensaio Literários", fundada pela sua turma, da qual também eram colaboradores, João Guilherme Whitaker e João de Almeida Pereira. Bacharelou-se a 19 de Outubro de 1850, tendo sido o ato presidido pelo Prof. José Inácio Silveira da Mota.

Cunhado de Mariano Procópio Ferreira Lage, com o mesmo participou na direção da Companhia União e Indústria, que construiu e explorou a nossa primeira estrada de rodagem, que, partindo de Petrópolis, seguia para Minas Gerais, passando por Juiz de Fóra.

Casou a 9 de fevereiro de 1852, na Capela particular de jurisdição da Freguesia de Santana, com D. Maria Umbelina Pereira Machado de Castro.

Em 1854, era um dos Diretores do Banco do Brasil, cargo que exerceu vários anos.

Empreendendo, em 9 de maio de 1866, os Duques de Saxe, a sua primeira viagem à Europa, foi o Dr. José Machado Coelho de Castro escolhido por D. Pedro II para fazer parte

da comitiva, na qualidade de Veador, seguindo também a Senhora do mesmo, como Dama da Princesa D. Leopoldina. Nesta oportunidade, o casal Coelho de Castro levou sua filha Eugênia, que veio a falecer durante a viagem no Velho Mundo.

Eleito Presidente do Banco do Brasil pela Assembléia Geral de Acionistas, realizada a 14 de Outubro de 1870, tomou posse em sessão do Conselho Diretor no dia 17 do mesmo mês.

Exerceu o mandato até 19 de maio de 1874, quando se licenciou.

Reeleito na assembléia de 19 de janeiro de 1875, reassumiu a Presidência em 1.º de julho do mesmo ano, exercendo-a até 1877. Em 1880 foi novamente eleito para o mesmo cargo, onde permaneceu até 1886. É certo que, pelo largo período de 12 anos de Presidência e vários anos de Diretor, Machado Coelho de Castro devia ter sido figura, não sòmente da maior respeitabilidade e competência, como também da mais ampla visão no campo financeiro, de equilíbrio e de bom senso, predicados êstes que, aliás, eram próprios dos maiores homens públicos do 2.º Reinado.

Foi Deputado pelo terceiro Distrito Eleitoral da Província do Rio de Janeiro. Tendo sido eleito suplente, exerceu o mandato na sessão de 1859.

Retirando-se do Banco do Brasil em 1886, fez, após a proclamação da República, sua terceira viagem à Europa, onde visitou D. Pedro II.

Regressando ao Brasil, viveu inteiramente afastado de qualquer atividade e quase esquecido.

Moço da Imperial Câmara (8-VII-1861), Guarda Roupas (3-VII-1861), Conselheiro (1-III-1877), Comendador da I. Ordem de Cristo (23-IV-1860) e Comendador da I. Ordem da Rosa (7-X-1867).

Faleceu em Petrópolis, a 31 de dezembro de 1896.



CONDE DE NIOAC.

(Fotografia de propriedade de D. Sylvia de Souza Prates).

CONDE DE NIOAC

Manuel Antônio da Rocha Faria, 1.º Barão, Visconde com grandeza e Conde de Nioac, nasceu em Pôrto Alegre, em 7 de março de 1830.

Era filho do Dr. Manuel Antônio da Rocha Faria, de velha cepa portuguesa e Magistrado no Rio Grande do Sul, e de D. Luisa Justiniana de Freitas Travassos.

Após terminar seu curso da Escola da Marinha, foi praticar na Marinha de Guerra Francesa, durante 5 anos.

Tomou parte nos combates da Criméa, no vapor “Napoléon”, e foi ferido em Marrocos, no combate de “Salá”, em 1852.

Por seus serviços recebeu o oficialato da Legião de Honra, aos 21 anos de idade.

Reformou-se no posto de 1.º Tenente, dedicando-se, então, à carreira comercial.

Foi Deputado Geral pela Província do Rio Grande do Sul, na 10.ª legislatura. Adido à Comissão Brasileira na Exposição Universal de Viena em 1873.

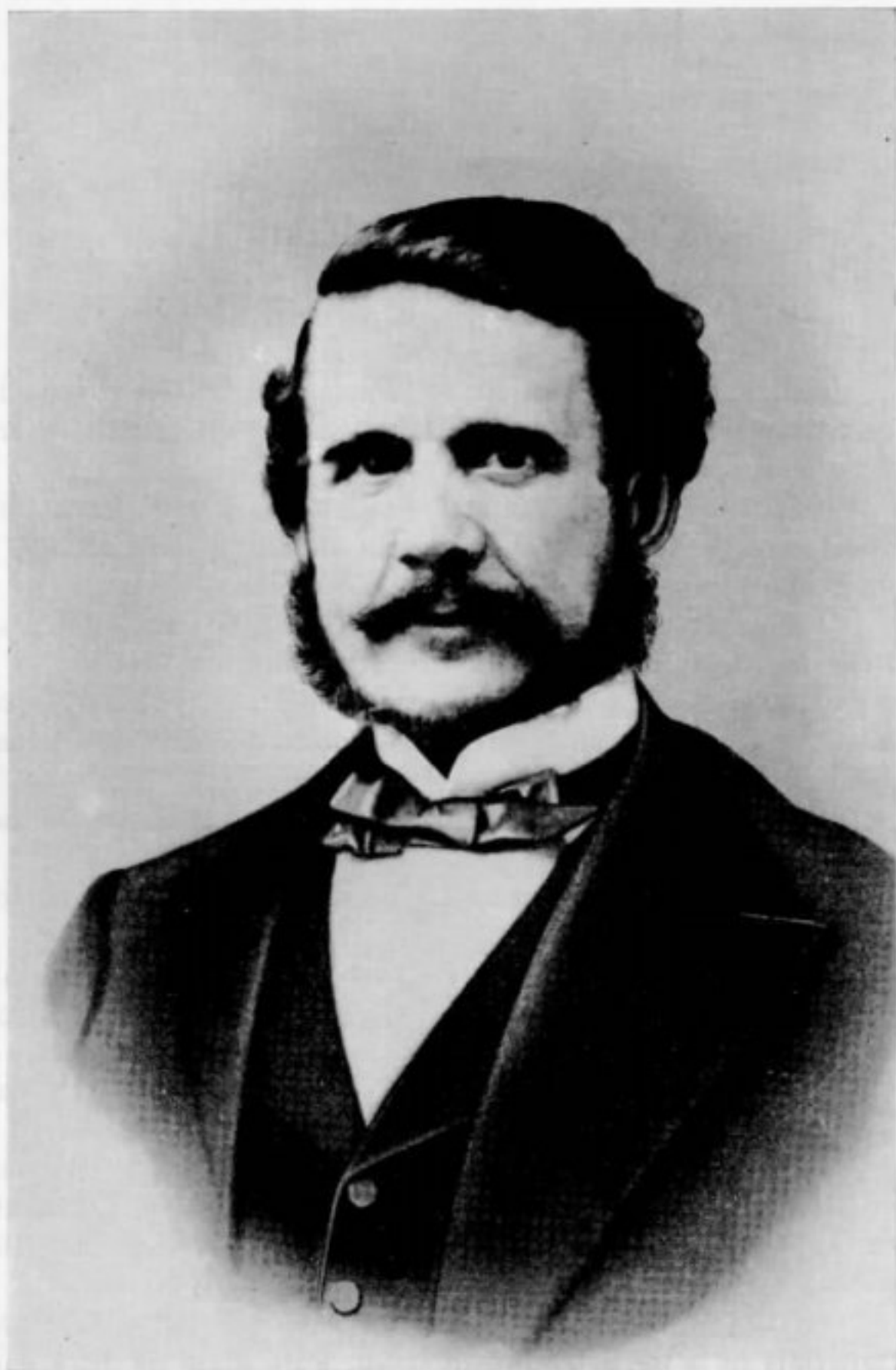
Era Grande do Império e Gentil-Homem da Imperial Câmara.

Cavaleiro das I. Ordens da Rosa e de Cristo; Comendador da Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa, de Portugal, em 1874. Em 1877, Grã-Cruz de N. S. da Conceição de Vila Viçosa e Comendador da Legião de Honra.

Barão, Visconde com grandeza e Conde pelos decretos imperiais de 2 de Setembro de 1870, 9 de Maio de 1874 e 8 de Agosto de 1888, respectivamente.

Casou com D. Cecilia Braga.

Faleceu em Cannes a 20 de Dezembro de 1894.



CONDE DE CARAPEBÚS.

(Fotografia da coleção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

CONDE DE CARAPEBÚS

Antonio Dias Coelho Netto dos Reis nasceu em Campos, no Estado do Rio de Janeiro, a 4 de Setembro de 1829, filho dos 1.ºs Barões de Carapebús, Joaquim Pinto Netto dos Reis e D. Antonia Joaquina da Cruz Netto dos Reis.

Formado em direito pela Universidade de Coimbra.

Foi membro da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, Tesoureiro Geral do Tesouro Nacional e Suplente de Deputado à Assembléia Geral pelo Distrito de Campos.

Era Grande do Império, Veador de S. M. a Imperatriz.

Adido à Comissão do Brasil na Exposição Universal de Viena em 1873. Comendador da I. Ordem de Cristo; Oficial da I. Ordem da Rosa; Grã-Cruz da Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa, em 1873 e de Cristo de Portugal, em 1882; Grã-Cruz das Ordens de Francisco José, da Áustria, em 1874; de Isabel a Católica, da Espanha, em 1881; de Sant'Ana, da Rússia; de S. Miguel, da Baviera; do Leão de Zähringen, de Baden; Grande Oficial da Ordem de Leopoldo, da Bélgica; Comendador de Legião de Honra, em 1881; Cavaleiro da Ordem de Malta; Grande Oficial da Ordem de S. Carlos, de Monaco, em 1889. Barão com grandeza, por decreto de 6 de Abril de 1867. Visconde com grandeza, por decreto de 9 de Maio de 1874 e Conde por decreto de 8 de Agosto de 1888.

Casou com D. Francisca Jacinta Nogueira da Gama, filha dos Condes de Baependi, em 1.º de Agosto de 1854.

Faleceu em Paris, a 9 de Fevereiro de 1896.



BARÃO DA ESTRELA.

(Coleção Ministro Ayres de Maya Monteiro).

BARÃO DA ESTRÊLA

José Joaquim de Maia Monteiro nasceu no Rio de Janeiro em 25 de Julho de 1858.

Era filho de Joaquim Manuel Monteiro, Visconde e 1.º Conde da Estrêla, por Portugal, e de sua segunda mulher, D. Luisa Amalia da Silva Maia.

Era irmão do Barão de Maia Monteiro.

Bacharel em Direito pela Universidade de Paris.

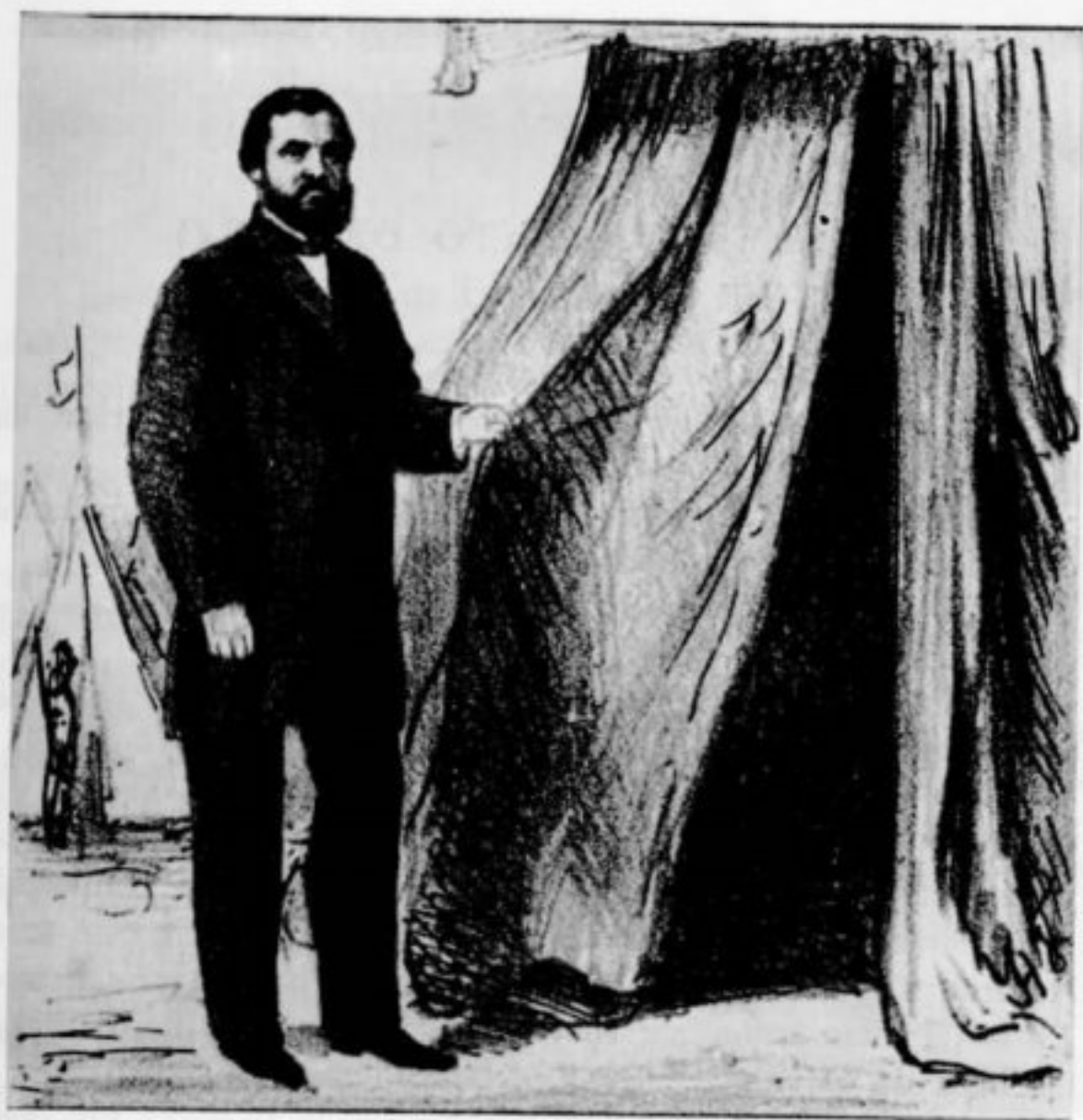
Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial e da Casa Real de Portugal.

Casou com D. Teresa de Vasconcelos Drumond.

Barão por decreto de 13 de outubro de 1876.

Faleceu em Caeté, Minas Gerais, em 25 de Outubro de 1910.

COMENDADORES DE 2.^a CLASSE



FRANCISCO PINTO DE MELO.

(Na campanha do Sul, 1865. "Semana Ilustrada", n.º
259, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

FRANCISCO PINTO DE MELO

Francisco Pinto de Melo, foi Encarregado interino da Manteiria da Casa Imperial, em 1858.

Em 1860, servia como Oficial da Secretaria da Mordomia Imperial e Encarregado da Manteiria da Casa Imperial.

Foi Tenente Agregado ao Estado Maior do 2.º Batalhão da Reserva da Guarda Nacional da Côrte.

No ano de 1862 exercia as funções de Almoхарife da Casa Imperial.

Por ocasião do casamento da Princesa D. Isabel e do Conde d'Eu, no dia 15 de Outubro de 1864, participou do jantar nupcial, na qualidade de Oficial da Casa Imperial. Antes do casamento, foi distinguido pelo Conde d'Eu com uma lembrança, pelos serviços prestados à sua pessoa. Francisco Pinto de Melo trabalhou sob as ordens do Conselheiro Paulo Barbosa da Silva.

Acompanhou D. Pedro II e o Duque de Saxe ao Sul, por ocasião da rendição de Uruguaiana, na qualidade de Mordomo, ocupando-se da parte material do serviço do Imperador.

O Conde d'Eu, em seu Diário sôbre a Campanha do Sul, cita, também, Francisco Pinto de Melo, várias vêzes.

Cavaleiro da Imperial Ordem Austríaca de Francisco José I, em 1860, Comendador da Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa em 13 de Março de 1873.

Casou no Rio de Janeiro, com D. Carolina Maria de Araujo, em 1859.

CONDE DE LAGES

Alexandre Vieira de Carvalho, 2.º Barão, Visconde com grandeza e Conde de Lages, nasceu em Rio Grande, a 21 de Fevereiro de 1817.

Filho do 1.º Marquês de Lages, João Vieira de Carvalho, e de D. Sebastiana Marques Portela, sua primeira espôsa.

Neto, pela parte paterna, do Coronel João Vieira de Carvalho e de D. Vicência da Silva Nogueira de Carvalho, e, pela parte materna, do Marechal Alexandre Elói Portela e de D. Joaquina Marques de Sousa.

Casou com D. Maria Caetana Eudoxia de Almeida Torres, filha do 2.º Visconde de Macaé, e que faleceu em Petrópolis, aos 86 anos de idade, a 21 de Agôsto de 1913.

Acompanhou, com sua espôsa, os Condes d'Eu, em sua 1.ª viagem à Europa.

Grande do Império.

Oficial da I. Ordem da Rosa; Grã-Cruz das Ordens de N. S. da Conceição de Vila Viçosa; de Isabel a Católica, da Espanha; de Francisco José e da Corôa de Ferro da Áustria e de S. Estanisláu, da Rússia.

Barão por Decreto de 18 de Outubro de 1829, cujo Diploma foi referendado e passado apenas a 21 de Junho de 1841.

Visconde com Grandeza, por Decreto de 3 de Fevereiro de 1866.

Conde por Decreto de 23 de Setembro de 1874.

Faleceu em Londres, a 11 de Dezembro de 1876, tendo sido sepultado no Cemitério do Catumbí, no Rio de Janeiro, a 17 de Julho de 1877.



CONDE DE VILLENEUVE.

(Fotografia da coleção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

CONDE DE VILLENEUVE

Júlio Constâncio de Villeneuve, nasceu no Rio de Janeiro, em Santa Teresa, a 3 de Janeiro de 1834. Filho de Junius de Villeneuve e de D. Sofia de Villeneuve.

A 13 de Março de 1844 seguiu com os pais para a Europa, onde haveria de transcorrer quase toda sua vida. Estudou em Paris, onde se bacharelou em letras aos dezesseis anos, em ciências aos dezessete e, aos dezenove, recebeu o diploma de licenciado em direito, em agôsto de 1853.

Entrou na carreira diplomática desde abril de 1853, como adido na Legação do Brasil em Paris.

A 7 de dezembro de 1855 foi designado 1.º Secretário interino em Washington, onde serviu sob as ordens do Ministro José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. De 1857 até 1861 serviu em Londres. Neste ano efetuou sua primeira viagem de regresso ao Brasil, que deixou novamente em março de 1862, quando foi designado 1.º Secretário em Paris. Em seguida serviu em Berlim, onde chegou a ser, repetidas vezes, o Encarregado de Negócios na ausência do Ministro, Marcos Antonio de Araújo, depois Visconde de Itajubá. Encarregado de Negócios na Suíça a 3 de outubro de 1866, onde assinou, com o Plenipotenciário Helvético, Dr. J. Dubz, o Acôrdo interpretativo do art. 9 da Convenção assinada no Rio de Janeiro, entre o Brasil e a Suíça, a 22 de janeiro de 1861. Membro e Secretário da Comissão Brasileira à Exposição de Paris em 2 de janeiro de 1867. A 2 de

julho de 1867 foi nomeado Encarregado de Negócios nos Reinos da Baviera e do Württemberg, e nos Grão-Ducados de Baden e de Hessen-Darmstadt.

Novamente na Suíça, mas agora como Ministro Residente, a 4 de outubro de 1871, onde notificou ao Conselho Federal a denúncia da Convenção Consular entre o Brasil e a Confederação Helvética. Em 1873 foi posto, em disponibilidade, a pedido. Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário interino e efetivo na Bélgica em 1 de outubro de 1881 e 5 de abril de 1884, respectivamente, sendo este seu último cargo diplomático, e o último representante do Brasil Império na Bélgica. Neste seu cargo assinou duas Convenções e denunciou outra. Como Diplomata, se bem que não teve uma atuação excepcional, cabe-lhe a glória de ter servido ao Brasil, quase sempre sem remuneração, custeando tôdas as avultadas despesas dos cargos ocupados. Apesar de ter vivido tão pouco em sua pátria, dela nunca se esquecia, defendendo-a com todos os meios, pela imprensa, através dos canais diplomáticos e com vultosas contribuições aos cofres da Nação, por ocasião da Guerra do Paraguai.

Com o falecimento de seu pai, a 5 de agosto de 1863, passou-lhe a pertencer o tradicional "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, não assumindo, todavia, a direção do mesmo, que deixara ao cunhado Francisco Antonio Picot, que já a exercia desde 1844.

Casou em Washington, em 1857, com D. Ana Maria Cavalcanti de Albuquerque (5-XII-1838 a 20-XII-1890), filha do seu então Chefe.

Sócio Honorário da Sociedade Brasileira de Geografia e do Real Gabinete Português de Leitura.

Conde de Villeneuve, Título transmissível em linha masculina primogênita, por Breve Papal (Leão XIII) de 5 abril de 1881.

Grã-Cruz da I. Ordem da Rosa e Comendador da I. Ordem de Cristo. Grã-Cruz das Ordens de S. Gregório Magno,

da Santa Sé e da de Leopoldo, da Bélgica; Comendador das Ordens de N. S. Jesus Cristo e de N. S. de Vila Viçosa, de Portugal e da de S. Miguel, da Bavieira; Cavaleiro de 5.^a Classe da Ordem de Medjidié, da Turquia.

Após a proclamação da República, o Conde de Villeneuve não mais regressou ao Brasil, falecendo em sua mansão de San Remo, na Itália, a 28 de Dezembro de 1910.



CÂNDIDO MARIA DE AZEREDO COUTINHO.

*(Quadro de R. Frederico, 1837. Rio de Janeiro,
Casa da Moeda, Gabinete do Diretor).*

CONSELHEIRO CÂNDIDO MARIA DE AZEREDO COUTINHO

Cândido Maria de Azeredo Coutinho, era filho de José Vicente de Azeredo Coutinho e de D. Rita de S. Thomé de Azeredo Coutinho. Estudou no Seminário Episcopal de São Paulo, concluindo o curso de Filosofia e defendendo tese em 1820.

Licenciado em Matemática. Lente de Química, jubilado da antiga Escola Militar. Provedor e depois Diretor da Casa da Moeda, nomeado por decreto de 31 de agosto de 1850. Tomou posse no dia 6 de setembro do mesmo ano.

Exerceu o cargo até falecer.

Foi, por várias vezes — em agosto de 1864; março de 1867; março e novembro de 1874; dezembro de 1876 e janeiro de 1878 —, substituído, em seus impedimentos, por Máximo Inocêncio Furtado de Mendonça.

Professor Catedrático da Escola Central.

Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1842, Sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e de outras associações de letras e ciências, nacionais e estrangeiras.

Foi do Conselho de Sua Majestade.

Autor de vários trabalhos sobre medalhística, sistema monetário e moedas brasileiras.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 5 de janeiro de 1878.



CONDE DE TOCANTINS.

(Lithogravura de Boulauger. Coleção do Museu Histórico Nacional).

CONDE DE TOCANTINS (*)

José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, Visconde com grandeza e Conde de Tocantins, nasceu em 7 de outubro de 1809, no Rio de Janeiro.

Era filho do Marechal de Campo, Francisco de Lima e Silva e de D. Mariana Cândida de Oliveira Bello. Era irmão do Duque de Caxias e da Baronesa de Suruhy.

Desde muito jovem ingressou na carreira de seus antepassados, continuando com brilho as tradições familiares.

Como Coronel, tomou parte ativa contra a rebelião mineira de 1842, servindo nas fôrças comandadas por seu insigne irmão, o então Barão de Caxias.

Foi Deputado pela Província de Minas Gerais, na 8.^a legislatura, e, pelo Rio de Janeiro, nas 10.^a, 11.^a, 13.^a e 14.^a legislaturas.

Era grande do Império, Veador de S. M. a Imperatriz.

Cedo retirou-se êle da vida militar, tendo ocupado, entre outros, os cargos de Presidente do Banco do Brasil, da Associação Comercial do Rio de Janeiro, membro da Junta Administrativa da Caixa de Amortização e Diretor da Caixa Econômica e Monte de Socorro.

Visconde com grandeza por decreto de 17 de julho de 1872.

Conde por decreto de 30 de março de 1889.

Casou com D. Emiliana, filha dos Barões de Piraí, e, em segundas núpcias, com D. Maria Balbina da Fonseca Costa, filha do Marquês da Gávea.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 21 de agosto de 1894.

(*) Não foi possível estabelecer o ano da admissão do Visconde de Tocantins na Ordem, em virtude dos Almanagues da Côrte Ducal de Saxe-Coburgo e Gotha, chegados às nossas mãos, bem como os dados existentes no Arquivo de Coburgo, silenciarem seu nome. Todavia, o *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*, Pág. 510 e o *Almanak de Laemert* para 1878, Pág. 57 e Pág. 547, o citam como Comendador de 2.^a Classe. Baseando-nos nestas fontes insuspeitas, incluimos o nome dêste Titular.

CAPITÃO-TENENTE ANTONIO COELHO FRAGOSO JÚNIOR

Nasceu na Bahia, a 20 de junho de 1820, Antonio Coelho Fragoso Júnior, filho legítimo de Antonio Coelho Fragoso e de D. Francisca Maria da Mota.

Dedicou sua vida à carreira naval, tendo assentado praça de Aspirante à Guarda Marinha, a 21 de fevereiro de 1842.

Completando o curso, que incluía também várias viagens, foi promovido a Guarda Marinha, por aviso de 22 de novembro de 1844. Serviu, então, em várias unidades de nossa Armada, como na fragata “Constituição”, no patacho “Argus”, na corveta “Euterpe”. — A 2 de dezembro de 1846 foi promovido a 2.º Tenente, passando para a corveta “D. Francisca” e, posteriormente, para a “União”. — Serviu, ainda, no brigue de transporte “Oriente” e no “Itapagipe”, êste último estacionado na Bahia. Em 1851 foi designado para conduzir para o Rio da Prata e vice-versa, a correspondência oficial, a bordo do paquete inglês “Princess”. — No ano de 1852 serviu no Corpo de Imperiais Marinheiros e, em 1853, foi designado para servir em um dos vapores que se estavam construindo na Inglaterra, sob a direção do então Capitão de Fragata, Joaquim Raymundo de Lamare. — Pelo aviso de 18 de setembro de 1854, foi posto à disposição do Ministro do Brasil em Londres.

A 2 de dezembro de 1854, foi nomeado 1.º Tenente, e dois anos depois regressaria à Pátria.- Após ter exercido mais algumas comissões, foi nomeado Secretário e Ajudante de

Ordens do Comandante da Divisão Naval do Rio da Prata, em 1857.

Arquivista do Quartel Geral da Marinha em 1860. Em 1864 foi requisitado pelo Ministério da Fazenda para averiguar e estimar o total dos prejuízos sofridos pelos interessados nos carregamentos conduzidos pelos navios apreendidos pelos ingleses. Esta missão, mais tarde, chegaria a ser louvada, tendo recebido os agradecimentos do Governo Imperial. Ainda em 1864 esteve às ordens do Ministro da Marinha. Capitão-Tenente a 28 de julho de 1864.

Por aviso de 27 de dezembro de 1864, foi autorizado a servir junto ao Almirante Duque de Saxe, desembarcando no dia seguinte, da fragata "Constituição", para colocar-se à disposição do mesmo. A serviço do Duque de Saxe permaneceu por longos anos, tendo-lhe demonstrado dedicação e amizade inigualáveis. Foi seu procurador em várias ocasiões e desempenhou as funções de Mordomo. Recebia do Tesouro Nacional, os alimentos aos quais os filhos do Duque de Saxe e da Princesa D. Leopoldina — D. Pedro e D. Augusto de Saxe Coburgo e Bragança — tinham direito, na qualidade de Príncipes da Casa Imperial do Brasil.

A 1 de novembro de 1886, teve de deixar os serviços junto ao Duque de Saxe e seus filhos, por motivo de saúde.

Cavaleiro da I. Ordem de Aviz, em 1863.



BARÃO DE PACHECO.

(Fotografia existente na Galeria dos Ex-Directores do Colégio D Pedro II).

BARÃO DE PACHECO

O Dr. Manuel Pacheco da Silva nasceu no Rio de Janeiro, a 6 de agosto de 1812. Filho de Manuel Pacheco da Silva, natural da Bahia, e de D. Francisca de Ponce Pacheco da Silva, natural da Andaluzia.

Formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, em 1839.

Foi nomeado Membro do Conselho Diretor da Instrução Primária e Secundária do Município da Côrte e Inspetor Geral interino em 1835.

Um dos fundadores da Biblioteca Fluminense, criada em 11 de abril de 1847, na qual desempenhou o cargo de bibliotecário.

Membro da Junta Central de Higiene Pública e Reitor do Colégio D. Pedro II. Em 1857 foi nomeado Diretor do Instituto Comercial do Rio de Janeiro.

Foi nomeado, em 1872, Preceptor dos Príncipes D. Pedro Augusto e D. Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança, filhos da Princesa D. Leopoldina e do Duque de Saxe.

Grande do Império, do Conselho de S. Majestade, em 1860.

Barão com grandeza, por decreto de 2 de abril de 1887.

Casou com D. Rosalina Dionísia Pacheco da Silva, que nasceu a 24 de novembro de 1816 e faleceu no Rio de Janeiro a 21 de fevereiro de 1894.

Faleceu no Rio de Janeiro em 8 de abril de 1889.



CONDE DE MOTA MAIA.

(Lithogravura de A. Pinho. Coleção Dr. Clado Ribeiro de Lessa).

CONDE DE MOTA MAIA

Nasceu Cláudio Velho da Mota Maia em Itaguahy, Província do Rio de Janeiro, a 14 de abril de 1843.

Filho de Manoel Domingues da Silva Maia, funcionário do Tesouro, e de D. Maria Isabel Velho da Mota Maia.

Fez os seus estudos secundários no Rio de Janeiro, dedicando-se, depois, à Medicina (Doutor em Medicina e Cirurgia e Lente de Anatomia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro). Paralelamente aos estudos médicos, não descuidou o das letras, tornando-se colaborador da Sociedade de Ensaios Literários. Fundou, com diversos colegas da Escola, a Revista do Ateneu Médico.

A 5 de Agosto de 1865 é nomeado Assistente Pensionista da Santa Casa de Misericórdia. A 27 novembro de 1866 defendeu tese de doutorando, sendo escolhido, pelos colegas de turma, orador oficial na colação de grau.

Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial em julho de 1868, e a 26 de dezembro do mesmo ano, Moço Fidalgo com exercício na Casa Imperial.

Casou a 9 de junho de 1870 com D. Maria Amália Teixeira.

Depois de formado, clinicou por conta própria. Médico do Hospício de N. S. da Saúde, em janeiro de 1870. Opositor da Seção de Ciências Cirúrgicas da Faculdade de Medicina da Côrte, a 25 de Fevereiro de 1871, após brilhante concurso. Irmão Médico da Ordem Penitenciária (1871), Sócio "distinguido de la Sociedad Española de Beneficencia del Rio de Janeiro" (1873). Até setembro de 1873 foi Vereador da Câ-

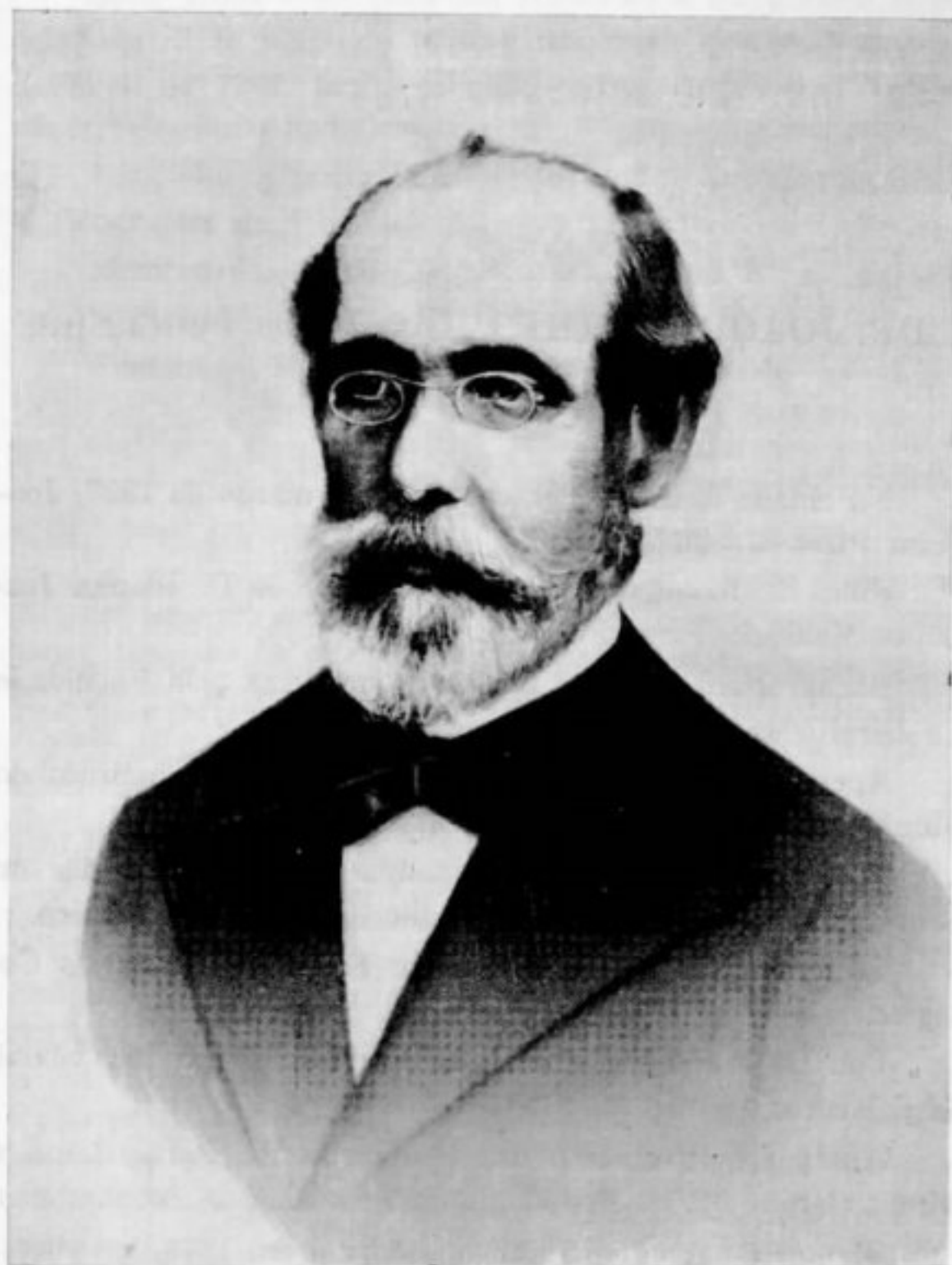
mara Municipal do Rio de Janeiro. Em 1875 fêz uma viagem de aperfeiçoamento à Europa, enviado pela Diretoria da Faculdade Médica. Sócio Correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, e das Sociedades Botânico-Zoológicas de Viena e Paris. Terminado seu curso no “Collège de France”, recebia o Diploma da “Société Anatomique de France”, bem como o de Membro Correspondente da “Société Biologique de France”. Doutor em Medicina e Cirurgia e Lente de Anatomia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Médico da Imperial Câmara em 26 de abril de 1880. Médico particular de D. Pedro II, de quem foi servidor dos mais dedicados e fiéis durante largos anos, acompanhando-o no exílio e compartilhando de suas amarguras.

Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 25 de outubro de 1889, em recompensa à dedicação “salvando na pessoa do ínclito Soberano o indefeso protetor dêste Instituto”.

Grande do Império, Comendador da I. Ordem de Cristo; de Cristo, de Portugal; da Ordem de Leopoldo, da Bélgica; da do Leão de Zähringen, do Grão Ducado de Baden. Barão, Visconde e Conde pelos Decretos de 6 de fevereiro de 1886, 20 de junho de 1887 e 8 de agosto de 1888, respectivamente.

Casou no Rio de Janeiro, Freguesia da Lagôa, com D. Maria Amalia Cruz Vianna, a 9 de Junho de 1870.

Faleceu em Juiz de Fóra, a 7 de novembro de 1897.



DR. JOAQUIM PIRES MACHADO PORTELA.

(Fotografia da coleção do Museu Histórico Nacional).

DR. JOAQUIM PIRES MACHADO PORTELA

Na cidade do Recife nasceu a 12 de março de 1827, Joaquim Pires Machado Portela.

Filho de Joaquim Machado Portela e de D. Joanna Joaquina Machado Pires Ferreira.

Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito de Olinda em 1848.

Apenas formado em Direito, foi nomeado substituto do Juiz Municipal e de Órfãos do Recife.

Posteriormente serviu na qualidade de Oficial-Maior da Secretaria do Govêrno e de Diretor da Instrução Pública.

Lecionou Geografia, História e Filosofia em vários Colégios.

Foi Deputado Provincial e Deputado Geral em várias Legislaturas.

Ainda foi Presidente das Províncias do Pará, Bahia e Minas Gerais, e Vice-Presidente da Província de Pernambuco.

Diretor do Arquivo Público Nacional em 1873, em sucessão ao ilustre Dr. Joaquim Caetano da Silva, aposentando-se, neste cargo, em 1898.

Foi Procurador do Duque de Saxe, por ocasião da entrega do Dote da Princesa D. Leopoldina, em 1887.

Colaborou em vários periódicos políticos e literários, desde o tempo de estudante. Deixou várias obras publicadas.

Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 17 de junho de 1870, e Honorário por proposta de 4 de abril de 1902, tendo ocupado vários cargos na Diretoria dêste venerando Sodalício.

Fundador e Sócio Benemérito do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco.

Membro do antigo Conservatório Dramático de Pernambuco e de outras Sociedades Culturais.

Faleceu no Rio de Janeiro a 13 de agôsto de 1907.

CAVALEIROS DE 1.^a CLASSE

JOSÉ PEDRO WERNECK RIBEIRO DE AGUILAR

José Pedro Werneck Ribeiro de Aguilar, nasceu no Rio de Janeiro.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda, em 1851.

Entrou na Carreira Diplomática, como Adido em Viena, a 10 de agosto de 1857.

Foi nomeado Secretário de Legação em Berlim, a 19 de junho de 1872.

Encarregado de Negócios no Chile em 22 de junho de 1881.

Ministro Residente no Paraguai em 21 de agosto de 1888.

Em 1891, o Ministro do Exterior paraguaio dirigiu-lhe uma nota, denunciando o tratado de amizade e comércio com o Brasil.

Foi exonerado pelo Governo da República, a 2 de março de 1892.

Quando de sua permanência em Viena, na qualidade de Adido, assinou, em conjunto com o Visconde de Lages, e o Ministro Residente Francisco Adolpho de Varnhagen, a 7 de fevereiro de 1871, o auto de falecimento da Princesa D. Leopoldina, Duquesa de Saxe.

Foi Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial.

A data do seu falecimento é controvertida; segundo o Almanaque Brasileiro Garnier, ano de 1905, faleceu em Berlim, a 19 de outubro de 1903. O Dicionário Bio-bibliográfico Brasileiro, de Argeu Guimarães, fixa o dia do seu falecimento para 30 de junho de 1927.

BARÃO DE ITAJUBÁ

O segundo Barão de Itajubá, Marcos Antonio de Araujo e Abreu, nasceu em Hamburgo a 8 de fevereiro de 1842.

Filho de Marcos Antonio de Araujo, então Barão de Itajubá, e Encarregado de Negócios do Brasil nas Cidades Hanseáticas, e de D. Ida von Hildebrandt, nascida a 18 de junho de 1818, em Hamburgo.

Neto, pelo lado paterno, de Sebastião de Araujo e Abreu e de D. Ana Benedita da Costa, e, pelo lado materno, do Real Cônsul Geral da Baviera, Joaquim Frederico von Hildebrandt e de Mariana Ellermann (Registro de Nascimentos St. Michaelis n.º 892, Hamburgo).

Foi batizado a 22 de março de 1842, tendo sido seus Padrinhos, o Marquês Augusto de Tallenay, Ministro da França; Joaquim von Zeller e a Snra. Bertha Abendroth, nascida von Hildebrandt. (Registro da Paróquia Católica de Hamburgo ano 1842, n. 13).

Adido de 2.^a Classe em Berlim em 1865. Adido de 1.^a Classe em S. Petersburgo em 1867, e em 1871 Adido à Legação de Paris.

Em 1884 foi Ministro na Hespanha e em 1885 nos Estados Unidos.

Conselheiro na Legação de Berlim até a proclamação da República. A 2 de agosto de 1890 é nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na mesma Côrte, falecendo no pôsto a 4 de novembro de 1897.

Era Moço Fidalgo com exercício na Casa Imperial, do Conselho de Sua Majestade. Cavaleiro da Ordem de Daneborg, da Dinamarca, em 1865; Cavaleiro de 1.^a Classe da Ordem da Casa e Merito de Oldenburg, em 1867; Cavaleiro, em 1871, da Real Ordem da Águia Vermelha, da Prússia. Barão por Decreto de 10 de novembro de 1883.

Casou com D. Maria Elisa de Sauvan Monteiro de Barros, falecida em Paris a 20 de julho de 1929.



DR. HENRIQUE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

(Fotografia da coleção Dr. Manoel Ignácio Cavalcanti de Albuquerque).

HENRIQUE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Nasceu na Província do Maranhão, em 16 de agosto de 1826. Filho de Manoel Inácio Cavalcanti de Albuquerque, Conselheiro, Senador, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial e Barão com grandeza de Pirapama, e de D. Mariana Vitória da Cunha Cavalcanti de Lacerda e Albuquerque. Neto, pelo lado paterno, de Bento Sebastião Cavalcanti de Lacerda e de D. Francisca Bernarda Albuquerque Maranhão, e, pelo lado materno, do Capitão de Mar e Guerra Manoel Gonçalves Luís da Cunha, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e de D. Maria Teodora da Cunha.

Formado em Direito pela Faculdade de Olinda em 27 de outubro de 1848.

Ingressou na carreira diplomática, tendo sido designado para servir na Embaixada em Londres, como Adido de 1.^a Classe. Secretário na Legação no Perú, em 2 de maio de 1856, de onde foi removido para a Rússia em 1858. Serviu, ainda, no Uruguai em 1863, na Prússia em 1868 e na Bolívia em 1872.

No mesmo ano foi designado para Encarregado de Negócios na Venezuela, tendo permanecido neste cargo até 5 de julho de 1876, ocasião em que foi posto em disponibilidade ativa, tendo sido admitido no serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros, conforme ofício de 7 de julho de 1876, daquêlê Ministério, assinado pelo Barão de Cotegipe.

Moço Fidalgo com exercício na Casa Imperial, por decreto de 27 de setembro de 1859.

Comendador da Ordem da Rosa.

Casou na Inglaterra, com D. Elisabeth Green.

Faleceu no Rio de Janeiro (?), em 1881 (?).



ALFREDO SÉRGIO TEIXEIRA DE MACEDO.

(Fotografia da coleção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

CONSELHEIRO ALFREDO SÉRGIO TEIXEIRA DE MACEDO

Alfredo Sérgio Teixeira de Macedo, ingressou na Carreira Diplomática em 2 de outubro de 1864, na qualidade de Adido de 1.^a Classe em São Petersburgo. No mesmo pôsto serviu, também, como Encarregado de Negócios, de 7 de novembro de 1864 a 18 de maio de 1865. Secretário em Berlim em 1866, e Encarregado de Negócios na mesma cidade, de 7 de junho a 18 de outubro de 1867.

Serviu na Itália, em 5 de abril de 1869.

Secretário na Venezuela, em 28 de junho de 1871, onde foi Encarregado de Negócios, de 5 de abril a 20 agosto de 1872.

Secretário no Paraguai, a 16 de julho de 1872, onde, em 1873, foi também Encarregado de Negócios.

Em 2 de junho de 1873 foi enviado a Buenos Aires, para servir de Encarregado de Negócios, cargo que ocupou até 27 de agosto de 1873.

Em 19 de setembro do mesmo ano, foi removido como Secretário em Lisboa, onde também exerceu o cargo de Encarregado de Negócios, de 23 de maio a 30 de setembro de 1874.

Foi removido para a Bélgica, em 3 de maio de 1876, onde serviu ainda como Encarregado de Negócios, de 17 de agosto a 7 de setembro de 1877 e de 1.^o de outubro de 1880 a 15 de janeiro de 1882.

Ministro Residente na Bolívia, em 23 de outubro de 1884, e removido para a Espanha em 13 de junho de 1885.

Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Rússia, em 28 de novembro de 1885.

Exonerado e posto em disponibilidade, em 2 de agosto de 1890.

Novamente na carreira ativa, a 31 de dezembro do mesmo ano.

Em 16 de maio de 1892, foi removido para Santa Sé, até 29 de julho de 1893. Faleceu a 10 de Janeiro de 1906.



ADOLFO FORTUNATO HASSELMANN.

(Fotografia pertencente ao Prof. Emanuel Adolfo Pinheiro Hasselmann).

ADOLFO FORTUNATO HASSELMANN

Nasceu Adolfo Fortunato Hasselmann em São Salvador da Bahia, a 21 de dezembro de 1845.

Foi solenemente batizado a 22 de março de 1846, na Matriz de S. Pedro, pelo Vigário Lourenço da Silva Marques Cardoso, tendo como Padrinho Juan Janffres e Madrinha Auta Miquelina da Luz (veja-se Livro N.º 13, folha 155 verso, de batizados da Freguesia de S. Pedro, S. Salvador).

Filho de Henrique Hasselmann, de nacionalidade alemã, e de D. Fausta Barbara Hals.

Estudou na Alemanha, regressando ao Brasil por volta de 1866.

Exerceu o cargo de Inspetor da Alfândega da Bahia. Por volta de 1879, veio para o Rio de Janeiro, onde também foi Inspetor e Guarda-Mór da Alfândega. Em 1889, foi o principal encarregado do Baile da Ilha Fiscal.

Em 1873, foi nomeado Cavaleiro da Real Ordem de Cristo, de Portugal e, em 1877, recebeu o fôro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real Portuguesa. Em 1890, recebeu o Oficialato da Legião de Honra pelos "... serviços prestados à Marinha de Guerra e Mercante d'aquella Nação, no exercício do cargo de Guarda-Mór que ocupa ha 24 annos nas Alfandegas da Bahia e Rio de Janeiro".

Casou-se em maio de 1873, com D. Angélica de Lacerda. Faleceu no Rio de Janeiro, a 9 de junho de 1929.

NAPOLEÃO DE SIQUEIRA LAMAIX

Napoleão de Siqueira Lamaix entrou na Carreira Diplomática, como Praticante, em 9 de dezembro de 1869.

Adido de 1.^a Classe, em 31 de janeiro de 1874, na Legação em Lima.

Foi designado para a Áustria, em 3 de junho de 1874, onde também foi Encarregado de Negócios, de 30 de abril a 21 de outubro de 1877 e de 30 de junho a 29 de outubro de 1878.

Secretário em 22 de junho de 1881.

Foi, repetidas vezes, Encarregado de Negócios no Uruguai, em 1881 e 1882.

Designado para os Estados Unidos em 22 de dezembro de 1882. Exonerado em 3 de novembro de 1883.

Em disponibilidade em 23 de outubro de 1884.

Em 27 de janeiro de 1885, serviu, em comissão, em Lisboa, continuando em disponibilidade, no quadro dos Agentes Diplomáticos do Ministério do Estrangeiro, até 1888, desaparecendo definitivamente seu nome dos Relatórios do Ministério, a partir de 1891.

CAVALEIROS DE 2.^a CLASSE

LUIZ DA SILVA CUNHA

Não conseguimos nenhuma notícia sôbre o mesmo, apesar dos mais obstinados esforços.

Consta apenas que comandou o vapor "Santa Maria", que conduziu D. Pedro II e o Duque de Saxe ao Rio Grande do Sul.

Luiz da Silva Cunha não pertenceu aos quadros da Marinha, todavia, o citado vapor foi fretado especialmente pela Armada para êste fim, e no Serviço de Documentação Geral da Marinha não consta o seu nome como Comandante. Supomos, portanto, que tenha sido o Comandante do vapor, enquanto pertencia a particulares, e que tenha apenas acompanhado o mesmo.

Muito lastimamos não encontrar mais elementos a respeito do já citado e agradeceríamos, penhorados, qualquer informação.

Luiz da Silva Cunha dirigiu-se, a 27 de agosto de 1869, ao Imperador, a fim de obter a licença para poder usar a Ordem Ernestina.

DR. CARLOS KRAUSS

Carlos Francisco João Krauss, nasceu em Sto. Egídio, Praga, filho de Aloisius Franz Krauss e de Isabelle Bohm.

Foi Engenheiro e executou várias obras importantes para o Govêrno, particularmente na Província de Alagôas.

Casou-se no Rio de Janeiro a 14 de janeiro de 1865, com Damiana Teixeira Pinto, nascida em Montevideu e filha do Brigadeiro Antônio Pinto da Silva e de D. Justa do Vale.

CÉSAR AUGUSTO VIANA DE LIMA

César Augusto Viana de Lima, nasceu presumivelmente no Rio de Janeiro, filho dos Barões de Jaurú.

Doutor graduado em matemática, na Alemanha.

Muito moço, entrou na Carreira Diplomática. Serviu como Adido de 1.^a Classe em Londres e, em 1865, em Berlim.

Secretário de Legação em Buenos Aires e Encarregado de Negócios no Perú, em 26 de janeiro de 1889.

Promovido a Ministro Residente, serviu em La Paz, de 6 de março de 1890 a 4 de dezembro do mesmo ano, quando foi nomeado Ministro Plenipotenciário no Perú.

Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Lisboa, em 15 de março de 1892.

Quando Adido em Berlim, colaborou na retificação dos Atos Adicionais do Pacto Nupcial da Princesa D. Leopoldina e do Duque de Saxe.

Comendador da Ordem de S. Gregório Magno, em 1889.

Casou com D. Grimaneza Monteiro Viana de Lima, da sociedade Peruana.

Faleceu em Lisboa, a 15 de setembro de 1894, ocupando o cargo de Ministro do Brasil, naquela Capital.



DR. ATALIBA LOPES DE GOMENSORO.

(Semana Ilustrada, N.º 389, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

DR. ATALIBA LOPES DE GOMENSORO

Nasceu o Dr. Ataliba Lopes de Gomensoro a 12 de abril de 1843, na cidade do Recife, terceiro filho do Tenente José Secundino de Gomensoro, nascido a 1 de junho de 1812, e de sua espôsa D. Vitória Clementina Lopes, nascida a 15 de setembro de 1821.

Foi batizado na Sé de São Luiz do Maranhão, na qual casaram seus pais a 1.º de junho de 1837, e a cidade de nascimento de sua mãe e de seus avós maternos, José Joaquim Roiz Lopes e D. Brígida Rosa Lopes.

Foram seus padrinhos, o tio João José Gomensoro, representado pelo avô materno e madrinha D. Tereza de Jesus Balbina Cottes Lopes. (*)

Doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Exerceu, ainda estudante, o lugar interno de Clínica Cirúrgica da mesma Faculdade. Clinicou, por algum tempo, em Campanha da Princesa, no sul de Minas Gerais. Dedicou-se à especialidade de oftalmologia, tendo feito mais de uma viagem à Europa para ampliar seus conhecimentos. Na Sociedade de Medicina de Paris, diante de várias notabilidades médicas, em uma sessão especial, realizou brilhante conferência sobre importantes observações que possuía acêrca do emprêgo da polícarpina na terapêutica ocular. Foi aplaudidíssimo e lhe valeu a nomeação, por parte da Sociedade, de correspondente estrangeiro. Dedicou-se, também, à fundação de núcleos coloniais, através da Companhia Colonizadora Industrial, que celebrou um contrato com o Govêrno, em 20 de setembro de 1890.

Foi, durante muitos anos, Diretor do Conservatório Dramático, do qual, segundo a imprensa da época, era “quasi sósinho, a alma e o corpo da censura fluminense, que era, a bem dizer, o braço do Conservatório Dramático, a sua cabeça, o seu pé, o seu tudo, menos barriga, pois, sendo as funções inteiramente gratuitas, a barriga não tinha papel algum a representar. Foi um desinteressado; foi um consciencioso; foi um homem polido. Figura original, destoante do comum, e que merece ser recordado”.

Membro Titular da Imperial Academia de Medicina. Foi Oficial da Imperial Ordem da Rosa, Cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo; Cavaleiro da Ordem de Isabel a Católica, de Espanha e Oficial da Real Ordem da Torre e Espada, de Portugal.

Deixou vários trabalhos sobre medicina.

Casou com D. Carolina Gonçalves da Silva, nascida a 14 de Outubro de 1843, e viuva do Dr. Eduardo Alexandre Burle, a qual faleceu a 14 de março de 1911.

O. Dr. Ataliba faleceu no Rio de Janeiro, a 14 de janeiro de 1911.

(*) Segundo notas autobiográficas de José Secundino de Gomensoro, gentilmente cedidas por D. Maria Pizarro de Gomensoro.

Os
A g r a c i a d o s
da
DUCAL ORDEM ERNESTINA DA SAXÔNIA
em
P o r t u g a l .

CAVALEIROS DE GRÃ-CRUZ

FAMÍLIA REAL PORTUGUESA:

S. M. o Rei Consorte D. Fernando (1835).

S. M. o Rei D. Luiz (1854).

S. A. R. o Príncipe D. Augusto (1865).

S. M. o Rei D. Carlos (1884).

S. A. R. o Príncipe D. Afonso, Duque do Pôrto (1885).

1) CONDE DE RENDUFE (1844).

Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro, Barão e depois Conde de Rendufe, nasceu em 1795.

Licenciado em Leis pela Universidade de Coimbra. Corregedor do Bairro Alto de Lisboa, em 1821. Tendo aderido à Vilafrancada, foi nomeado Intendente Geral da Polícia da Côrte e do Reino. Foi perseguido por D. Miguel, tendo sido encarcerado na Tôrre de S. Julião da Barra. Agraciado com o Título de Barão de Rendufe, em outubro de 1824.

Serviu como Adido à Embaixada nos Países Baixos. Partidário de D. Maria II, é encarregado de várias missões importantes em diversas côrtes da Europa. Desembarcou no Mindelo, com os Exércitos liberais.

Eleito Deputado, ao regressar, pela Província de Trás os Montes. Par do Reino em 1835. Senador em 1840, pelo círculo de Penafiel. No mesmo ano foi En-

viado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, vindo ocupar a Legação de Portugal em Berlim, em 1841, onde permaneceu até 1846.

Posteriormente, foi nomeado para o mesmo lugar no Rio de Janeiro, não chegando a ocupar o cargo. Recusou a Pasta do Exterior, indo ocupar o cargo de Ministro de Portugal em Paris. Foi colocado na disponibilidade, indo para Bruxelas, onde casou com D. Emerência de Bouday. Conde em 1852. Escreveu uma Memória sôbre a organização do Exército Prussiano.

Faleceu em Paris, em 1856.

2) MARQUÊS DE TOMAR (1845).

Antonio Bernardo da Costa Cabral, Conde e Marquês de Tomar, nasceu em Algodres (Beira Alta), a 9 de maio de 1803.

Filho do Conselheiro Antonio Bernardo da Silva Cabral e de D. Francisca Vitória Rebelo da Costa Côrte-Real.

Tinha sido destinado à carreira militar, mas, sua vivacidade e inteligência tanto impressionaram seus primeiros mestres, que, aos 15 anos, o julgaram apto a entrar na Universidade.

Com grande brilho concluiu o curso de Direito aos 20 anos. Em seguida, abriu banca de advogado em Penela e depois em Celorico da Beira. Na primeira fase da guerra entre liberais e absolutistas, abraçou a causa constitucional, alistando-se nas fôrças do Conde de Samodães. Depois de 1828 conseguiu refugiar-se na Galízia, de onde passou à Inglaterra e à Bélgica, e daí à Ilha Terceira. Nomeado para fazer parte da Junta da Justiça e depois para o Supremo Tribunal de Guerra do Exército Liberal, tendo sido, ainda, Auditor Geral do Exército de D. Pedro.

Desembarcou em Mindelo e, durante o cêrcio do Pôrto, desempenhou funções de procurador régio na Relação

daquela cidade. Em 1836 é eleito Deputado, e, em 1839, é nomeado Ministro da Justiça. Nesta oportunidade promulgou a notável Reforma Judiciária.

Foi o principal obreiro do golpe de estado de 1842, restaurador da Carta Constitucional.

Ministro do Reino em seguida ao mesmo, tendo, então, promulgado várias medidas úteis, como o Novo Código Administrativo.

Conde de Tomar em 1844.

Em 1849 é nomeado Ministro Plenipotenciário na Espanha, tendo sido chamado novamente à presidência do Ministério, em junho do mesmo ano. Nomeado Ministro Plenipotenciário no Brasil, em 1859. Regressando a Portugal, foi residir em sua casa de Tomar, mas, em 1870, quando do incidente com o Vaticano, Saldanha o chamou para assumir a Legação portuguesa, junto à Santa Sé, onde permaneceu até 1879.

Morreu na Foz do Douro, a 1 de setembro de 1889.

3) CONDE DA CARREIRA (1854).

Luís Antonio de Abreu e Lima, Visconde e depois Conde da Carreira, era filho de João Gomes de Abreu e Lima e de D. Maria Josefa Sayoso. Descendente de família de Viana do Castelo, em cujos antepassados se contava o Marquês de Távora.

Seguiu a carreira militar e desempenhou muitas missões importantes. Secretário da Embaixada em Paris, que, em 1814, foi cumprimentar, em nome de D. João VI, o Rei Luís XVIII, pela sua entrada naquela cidade. Encarregado de Negócios em S. Petersburgo, de 1817 a 1820, e efetivado neste posto até 1824. Ministro nos Países Baixos no mesmo ano, posto do qual foi demitido por D. Miguel, em 1828.

Partiu, então, para Paris, colocando-se a serviço do Duque de Palmela.

Em 1833 é nomeado Ministro em Londres, e depois também em París e Madrid. Visconde da Carreira em 1834. Nomeado para a embaixada em Roma, não chegou a tomar posse dêsse cargo. Em 1840 é enviado para Roma, a fim de conseguir do Papa Gregório XVI, o reconhecimento do Govêrno de D. Maria II, tendo sido coroado de êxito. Em missão idêntica, seguiu, ainda, para as Côrtes da Rússia, Austria e Prússia. Regressou a París, onde permaneceu até 1847.

Neste ano é escolhido por D. Maria II, para aio dos Príncipes.

Em 1862 é enviado a Turim, por D. Luís, para pedir a mão da Princesa Maria Pia. Conde em 1862.

Faleceu em Lisboa, em 1871.

4) CONDE DE SARMENTO (1854).

João Ferreira Sarmento, Barão, Visconde e Conde de Sarmento, nasceu em Vinhais, na Província de Trás os Montes, em 1792.

Tomou parte ativa na guerra peninsular. Foi promovido a Capitão em 1820. Prêso por professar idéias liberais, em 1828. Conseguiu evadir-se, emigrando para o exterior. Mais tarde se incorporou ao Exêrcito liberal nos Açores. Desembarcou em Mindelo e assistiu a tôda guerra civil, como Oficial do Estado Maior. Oficial General e Ajudante de campo do Rei D. Fernando. Barão em 1843, Visconde em 1855 e Conde em 1862. Faleceu em Lisboa, em 1865.

5) VISCONDE DE SANTA QUITÉRIA (1859).

José Antônio Soares Real, Barão e Visconde de Santa Quitéria, nasceu na Quinta do Carvalhal, em Espi-candeira — Conselho de Alenquer — a 2 de julho de 1810.

Cadete de Infantaria em 1824, participando, com seu corpo de armas, na rebelião contra D. Miguel. Emigrou para a Inglaterra, seguindo para a Ilha Terceira. Tendo ingressado no Exército Liberal, regressou a Portugal em 1832, tomando parte em tôdas as campanhas liberais.

Ministro Plenipotenciário em Viena, onde, regressando de um baile em Baden Baden, sofreu gravíssimo acidente com a carruagem em que viajava. Em consequência dos ferimentos recebidos, veio a falecer em 1873.

Casou a 21 de setembro de 1852, com Natália Júlia Axelina, Baroneza de Lanchen-Wakenitz, de nacionalidade dinamarquesa.

6) CONDE DA FOZ (1863).

Gil Guedes Correia de Queirós, 1.º Barão, 1.º Visconde e 1.º Conde da Foz, nasceu em Santarem, a 16 de julho de 1795.

Filho natural, legitimado, de Tristão Guedes Correia de Queirós Castelo Branco.

Sentou praça a 10 de outubro de 1812, e, como alferes, tomou parte nas campanhas da guerra peninsular. Participou da expedição de Montevideú. Com os liberais, combateu as fôrças do Conde de Amarante. D. Miguel o demitiu do Exército, ao assumir o poder. Teve que emigrar, e juntou-se ao Exército Liberal, desembarcando com o mesmo no Mindelo. Governador da praça de Elvas e, em seguida, promovido a Brigadeiro.

Ajudante de Campo de El-Rei D. Fernando e, em 1851, é promovido a Marechal de Campo.

Casou em 1847 com D. Mariana Georgina Palha de Faria Lacerda.

Morreu em Lisboa, no Paço das Necessidades, a 27 de fevereiro de 1870.

7) CONDE DAS ALCÁÇOVAS (1872).

D. Caetano de Sales Henriques Pereira de Faria Saldanha Vasconcelos de Lencastre, 2.º Conde das Alcáçovas, nasceu a 24 de agosto de 1819.

Estudou em Coimbra. Foi irmão do 1.º Conde das Alcáçovas, ao qual sucedeu, usando as mesmas Armas, por não ter aquêles descendentes. A 22 de maio de 1840 foi agraciado com o Título já citado.

Par do Reino e Gentil-Homem da Câmara de S. M. El-Rei D. Luís I.

Casou em 1842 com D. Tereza de Sousa Holstein, terceira filha dos 1.ºs Duques de Palmela, e Dama de Honor de D. Maria II.

Faleceu a 14 de fevereiro de 1894.

8) CONDE DE SAN THIAGO (1883).

9) GENERAL ANTONIO FLORENCIO DE SOUSA PINTO (1884).

Antonio Florêncio de Sousa Pinto nasceu a 27 de fevereiro de 1817, em Arrantes. Filho de António Florêncio de Sousa Pinto e de D. Maria Manuela Benedita da Silva Pereira Pinto.

Tomou parte na guerra peninsular. Foi General de Brigada e Ajudante de Campo de El-Rei D. Fernando.

Faleceu em Lisboa, a 18 de fevereiro de 1890.

10) MARQUÊS DE PENAFIEL (1886).

Antônio José da Serra Freire Belfort Gomes, 1.º Marquês de Penafiel e 2.º Conde do mesmo Título. Nasceu no Maranhão, no Brasil, a 30 de agosto de 1819. Filho de Antônio José Gomes, português, e de D. Carlota Joaquina Serra Freire Belfort, brasileira. Par do Reino, Oficial-Mór Honorário da Casa Real. Secretário da Legação do Brasil em Lisboa. Casou a 6 de feve-

reio de 1861, com D. Maria da Mata de Sousa Coutinho, filha única do último Correio-Mór do Reino e Conde de Penafiel de juro e herdade. Naturalizou-se português no mesmo dia em que lhe foi concedido o Título de Conde de Penafiel, a 14 de fevereiro de 1861.

Marquês a 5 de fevereiro de 1869. Ministro de Portugal em Berlim, onde veio a falecer em 30 de dezembro de 1891.

11) MARQUÊS DE FICALHO (1886).

Antônio de Melo Breyner Teles da Silva, 3.^o Conde e 2.^o Marquês de Ficalho, nasceu a 23 de agosto de 1806. Filho de Francisco José de Melo Breyner Teles da Silva, 2.^o Conde de Ficalho e de D. Eugênia de Almeida (Lavrado).

Conselheiro de Estado Efetivo. Gentil-Homem da Câmara de D. Maria II, D. Pedro V, D. Luís I e D. Carlos I. Ajudante de Campo de D. Pedro IV, de D. Augusto de Leuchtenberg e de El-Rei D. Fernando. Par do Reino e Ministro Interino dos Negócios Estrangeiros, em 1831.

Faleceu a 27 de abril de 1893.

12) MARQUÊS DE SABUGOSA (1887).

Antônio Maria José da Silva César e Meneses, 3.^o Marquês de Sabugosa e 10.^o Conde de São Lourenço. Nasceu a 6 de julho de 1827. Par do Reino, Ministro de Estado, Oficial-Mór da Casa Real. Gentil-Homem da Câmara da Rainha D. Maria Pia.

Governador Civil de Lisboa e de Braga. Enfermeiro-Mór do Hospital de S. José.

Morreu a 2 de dezembro de 1897.

COMENDADORES DE 1.^a CLASSE

- 1) JOÃO GOMES DE OLIVEIRA DA SILVA BANDEIRA DE MELO (1845).

Diplomata. Em 9 de Abril de 1844 foi nomeado Adido de Legação.

Encarregado de Negócios em S. Petersburgo em 1845. Ocupou, ainda, importantes cargos no Ministério das Relações Exteriores.

- 2) FILIPE FOLQUE (1854).

Nasceu em Portalegre, a 28 de Setembro de 1800. Fidalgo da Casa Real. General de Divisão da Arma de Engenharia.

Foi Lente de Astronomia da Escola Politécnica e Mestre de Matemática dos filhos de D. Maria II .

Morreu a 27 de Dezembro de 1874.

- 3) BARÃO DE KESSLER (1863).

Frederico Kessler, súdito alemão, foi médico de El-Rei D. Fernando, em cuja comitiva seguiu para Lisboa. Nasceu em Kalbe an der Saale, a 28 de Agosto de 1804. Casou em Lisboa, com D. Carlota Nerlaz. O Título de Barão lhe foi concedido por El-Rei D. Fernando, Regente na minoridade de D. Pedro V, por Decreto de 7 de Fevereiro de 1855.

Faleceu a 23 de Agosto de 1872.

- 4) ALVARO FREDERICO MARTINS (1881).

Possuia o Curso da Aula do Comércio. Foi promovido a primeiro Oficial da Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, por Decreto de 10 de Maio de 1883.

5) DE ALMEIDA (1886).

Coronel do Exército. Ajudante de El-Rei.

6) CARLOS AUGUSTO DE SOUZA FOLQUE POSSOLO
(1889).

Nasceu a 30 de Agosto de 1833. Alcançou o posto de Vice-Almirante, no qual foi reformado. Foi Ajudante de Campo Efetivo de D. Carlos I e de D. Manuel II.

Morreu a 14 de Maio de 1909.

COMENDADORES DE 2.^a CLASSE

1) CHAVES (1868).

Conselheiro. Cônsul na época da concessão da Ordem.

2) D. FERNANDO DE SERPA LEITÃO MASILHAS PIMENTEL (1886).

Nasceu na Quinta da Guarita, termo de São João d'Areias, a 20 de Junho de 1851. Filho de José Freire de Serpa Pimentel, 2.^o Visconde de Gouveia e de D. Júlia Petronilha Leitão de Carvalho. Coursou a Universidade de Coimbra, seguindo, depois, a carreira da marinha. Reformou-se no posto de Contra-Almirante. Foi Ajudante de Campo Efetivo às ordens de El-Rei D. Carlos I e de El-Rei D. Manoel II. Casou em Lisboa com D. Maria Ana Vitória de Sousa Coutinho.

Faleceu em Lisboa a 10 de Junho de 1929.

3) CARLOS MIGUEL AUGUSTO MAY FIGUEIRA (1886).

Nasceu em Lisboa, a 20 de Setembro de 1829. Formou-se em 1855 na Faculdade de Medicina de Coimbra, Doutorando-se em Bruxelas no mesmo ano. Médico e Professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Médico particular de El-Rei D. Fernando.

Faleceu em Lisboa a 28 de Maio de 1913.

CAVALEIROS DE 1.^a CLASSE

1) D. FERNANDO DE SOUZA BOTELHO (1845).

Fidalgo da Casa de Mateus. Secretário da Legação de Portugal em Berlim, em 1845. Em 1846 assumiu a Presidência da Junta Governativa, constituída em Vila Real, quando do movimento da Maria da Fonte.

2) CONDE DE RILVAS (1854).

João Gomes de Oliveira e Silva Bandeira de Meio, foi Secretário de Legação na Côrte do Rio de Janeiro, para onde foi nomeado por decreto de 21 de Julho de 1847. Gentil-Homem da Casa de El-Rei D. Fernando.

3) 2.^o BARÃO DE KESSLER (1883).

Frederico Luís Atanásio Hermano de Kessler, filho do 1.^o Barão do mesmo nome, nasceu a 5 de Julho de 1843. Engenheiro Civil pela Escola de Belas Artes e Manufatura de Paris. Secretário Particular de El-Rei D. Fernando.

Faleceu a 25 de Abril de 1895.

4) SEBASTIÃO CUSTÓDIO DE SOUSA TELES (1883).

Nasceu em Faro, a 27 de Julho de 1847. Oficial do Exército. Dedicou-se ao estudo das instituições militares estrangeiras, publicando em 1878: "A Organização do Estado Maior do Exército", "Fortificações do Estado e Defesa de Portugal" e "Introdução ao Estudo dos Conhecimentos Militares".

O terceiro dêstes trabalhos é dedicado ao Infante D. Augusto, de quem foi Ajudante de Campo e amigo particular.

Ministro da Guerra no Gabinete presidido por José Luciano de Castro. Após o assassinato do Rei D. Carlos, voltou a ocupar a mesma pasta.

5) **BARÃO DE OLIVEIRA (1886).**

Joaquim da Rocha Abreu de Oliveira, cursou o Real Colégio Militar. 2.º Secretário na Côrte de Berlim, por Decreto de 20 de Agôsto de 1885. Em disponibilidade a 18 de Outubro de 1888.

6) **CONDE DE PENAFIEL (1886).**

Manuel Antônio Maria Apolónio Gomes da Mata de Sousa Coutinho, 2.º Marquês e 3.º Conde de Penafiel. Filho do 1.º Marquês e 2.º Conde do mesmo nome e de D. Maria da Mata de Sousa Coutinho.

Nasceu a 9 de Fevereiro de 1862. Foi Secretário de Legação, tendo servido em Berlim.

Bacharel em Letras e licenciado em Direito pela Universidade de Paris.

Faleceu em Cascais, a 18 de Outubro de 1922.

7) **FRANCISCO DE PAULA GOMES DA COSTA (1886).**

Nasceu a 24 de Março de 1846 em Lisboa. Capitão da Arma de Artilharia em 1886.

CAVALEIROS DE 2.^a CLASSE

1) **D. ANTÓNIO MARIA DE LANCASTRE (1883).**

Nasceu em Lisboa a 11 de Agôsto de 1857. Formado pela Escola Médica em Lisboa. Professor da Escola Médica Tropical. Depois da implantação da Re-

pública, pediu exoneração do posto de Capitão-Tenente da Armada. Foi primeiro Médico da Real Câmara e Membro do Conselho Superior de Saúde. Médico particular de El-Rei D. Fernando.

Faleceu em Lisboa, a 31 de Outubro de 1945.

2) AUGUSTO LADISLAU GERSCHEY (1885).

Nasceu em Lisboa, a 27 de Junho de 1853. Filho de Francisco Augusto Gerschey, húngaro que se naturalizou português, depois da sua vinda para Portugal, em 1836, na comitiva de D. Fernando. Foi educado na Suíça e, retornando a Portugal em 1876, foi admitido como funcionário da Administração da Casa de Bragança. Foi violinista e músico distinto, tendo tocado muito no Paço, no tempo de D. Luís.

Faleceu em Lisboa, a 30 de Outubro de 1915.

CRUZES DO MÉRITO

1) BERNARDINO DE SENA (1845).

Emigrou para a Inglaterra em 1828. Foi nomeado Oficial Administrativo da Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros no Pôrto, a 25 de Março de 1833. Chefe da Repartição dos Correios e Portos do Reino, na referida Secretaria de Estado, de 1852 a 1853. Nesta última data transita para o Ministério das Obras Públicas. Cavaleiro de Isabel a Católica e de Carlos III da Espanha.

2) ERNESTO DA SILVA (1885).

Camareiro de S. M. o Rei.

3) ISIDORO DE SOUSA (1885).

Camareiro de S. M. o Rei.

4) MARIANO DA SILVA REYS (1885).

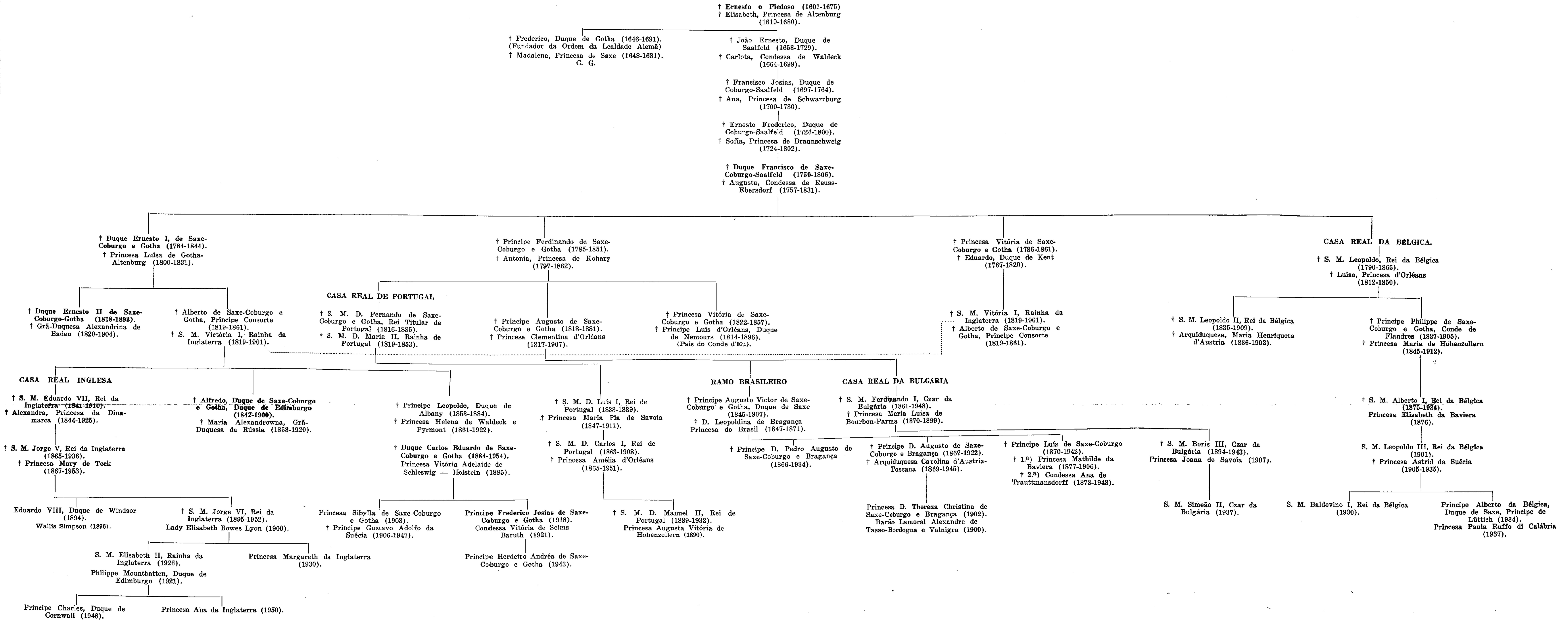
Camareiro de S. A. R. o Príncipe D. Augusto.

5) SANCHES (1886).

Camareiro de S. M. o Rei.

ESQUEMA GENEALÓGICO
DOS PRINCIPAIS RAMOS
DA
CASA
DE
SAXE-COBURGO E GOTHA

ESQUEMA GENEALÓGICO DOS PRINCIPAIS RAMOS DA CASA DE SAXE-COBURGO E GOTHA



BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

Arquivos públicos consultados com êxito:

- Arquivo da Casa Ducal de Saxe, Coburgo, Alemanha.
- Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.
- Arquivo da Cúria Metropolitana de S. Salvador, Bahia.
- Arquivo Histórico do Itamaraty.
- Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- Arquivo do Museu do Banco do Brasil, Rio de Janeiro.
- Arquivo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.
- Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis.
- Arquivo do Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora.
- Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- Arquivo do Serviço de Documentação Geral da Marinha.
- Arquivo do Vaticano, Roma.
- Registro Civil da Cidade de Hamburgo, Alemanha.

Arquivos particulares consultados com êxito:

- Ministro Ayres de Maia Monteiro, Rio de Janeiro.
- Prof. Emanuel Adolpho Pinheiro Hasselman, Rio de Janeiro.
- Dr. Joaquim Miguel Arrojado Lisboa, Belo Horizonte.
- Dr. José Machado Coelho de Castro, Rio de Janeiro.
- Sr. Joseph Frederick Rydgway, São Paulo.
- Dr. Manoel Ignácio Cavalcanti de Albuquerque, Rio de Janeiro.
- D. Maria Gomensoro Pizarro, Rio de Janeiro.
- D. Sylvia de Souza Prates, Rio de Janeiro.

Obras consultadas:

- Aires Neto, J. — Revista de Cirurgia de São Paulo, Vol. VIII, N.º 1 e 2 Julho-Outubro de 1942. "Candido Borges Monteiro."
- Alencar, José de — "Como e porque sou um Romancista" — "In" João Ribeiro — "Autores Contemporâneos", 24ª edição, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1935.
- Almanaque Brasileiro Garnier, 1905.
- Anais da Câmara dos Deputados.

- *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 8 Vol. 1940-1947.
- *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, 15 Vol., 1940-1954.
- *Anuário da Nobreza de Portugal*, Braga, 1950.
- Bevilaqua, Clóvis — *História da Faculdade do Recife*, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1927.
- Blake, Augusto Vitorino Alves Sacramento — *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* -- Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1883.
- Bragança, Dom Pedro Augusto, de Saxe-Coburgo e — “*Trabalhos de Mineralogia e Numismática*”. Aspectos da Vida de um Príncipe Brasileiro, com Esboço Biobibliográfico por Clado Ribeiro de Lessa, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1958.
- Burg, Paul — “*Der Orden der deutschen Redlichkeit 1690*” — erneuert 1833 als Ernestinischer Hausorden — Sonderdruck aus dem 2 bändigen thüringischen Kriegsgedenkbuch “*Thüringen im Weltkrieg*” Verlag Akademische Buchhandlung R. Max Lippold in Leipzig. 1918.
- Campos, Raul Adalberto de — *Relações Diplomáticas do Brasil de 1808 a 1912* — Tip. do “*Jornal do Comércio*”, de Rodrigues & Cia., Rio de Janeiro, 1913.
- *Centenário de Petrópolis* — Trabalho da Comissão — Prefeitura Municipal de Petrópolis.
- *Coleção do Almanak de Eduardo von Laemmert* — Rio de Janeiro.
- *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editorial Enciclopédia Limitada, Lisboa, Rio de Janeiro, 1935, 34 Vol. ,
- Guimarães, Argeu — *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*, de diplomacia, política externa e direito internacional. Edição do autor, Rio de Janeiro, 1938.
- *Hof-und Staats Handbuch für Sachsen-Coburg und Gotha*, 1890 — (Almanaque da Córte e do Estado de Saxe-Coburgo e Gotha, 1890).
- Jackson, W. M. — *Encyclopédia e Diccionário Internacional...*, Rio de Janeiro, 1936, 20 vol. ilustr.
- *Jornal do Comércio* — Edição Comemorativa do 1º Centenário, 1827-1927, Rio de Janeiro, 1928.
- Leão, Embaixador Joaquim de Souza. — *El Primer Representante del Brasil en Caracas* — Tip. Vargas, S. A., Caracas, 1956.
- Leme, Luiz Gonzaga da Silva — *Genealogia paulistana...*, Duprat & Cia., São Paulo, 1903-05, 9 Vol.
- Lemos, Maximiliano — *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada*.
- Lyra, Heitor — *História de Dom PedroII*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938, 3 Vol.
- Macedo, Joaquim Manoel de — *Anno Biographico Brasileiro* — Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artistico, Rio de Janeiro, 1876, 3 Vol.

- Magalhães, Bruno de Almeida — O Visconde de Abaeté — *Brasiliiana*, Vol. 143 — 1939.
- Martin, J. — *Armoiries et Décorations*, R. Richebè, Paris 1901.
- Mayers *Konversations - - Lexikon*, Leipzig e Viena, Bibliographisches Institut, 5ª Edição, 21 Vol.
- Mendonça, Renato -- Um Diplomata na Córte de Inglaterra --- O Barão de Penedo e sua época. Cia. Editora Nacional, Série 5ª. Vol. 219, 1942.
- Motta Maia, Manoel V. Velho da — O Conde de Motta Maia — Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1937.
- Pinheiro, Artidoro Augusto Xavier — Organização das Ordens Honoríficas do Império do Brasil. Typographia a vapor, de Jorge Seckler & Cia., São Paulo, 1884.
- Poliano, Luiz Marques — Ordens Honoríficas do Brasil, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943.
- Rangel, Alberto — Gastão de Orléans (o último Conde d'Eu), Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1935.
- Revista da Casa da Moeda, ano I, Nº 2.
- Revista Genealógica Brasileira.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- Rio Branco, Barão do -- Efemérides Brasileiras, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1946.
- Scheler, M. Auguste — *Histoire de la Maison de Saxe-Cobourg-Gotha*, Bruxelles 1846.
- Schreiber -- *Orden und Ehrenzeichen der Sächsischen Herzogtümer*.
- Silva, Artur Vieira de Rezende e — *Genealogia Mineira* — Belo-Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1937-1939, 4 Vol.
- Sisson, S. A. -- Galeria dos Brasileiros Ilustres, Livraria Martins Editora S. A., São Paulo, 1948.
- Taunay, Afonso de E. — A Câmara dos Deputados sob o Império. Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 1950.
- Taunay, Afonso de E. — O Senado do Império, Edição Ilustrada, Livraria Martins, 1942.
- Vasconcellos, Barão de Vasconcellos e Barão Smith de — *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne, 1918.
- Velho Sobrinho, J. F. -- *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1937.
- Zimmer, Hans — *Herzog Ernst der Fromme*. Langensalza, F. G. L. Gressler, 1913.

ÍNDICES

ÍNDICE DOS RETRATOS

	PÁGS.
— DUQUE ERNESTO, O PIEDOSO, DE SAXE, EM CUJA MEMÓRIA FOI FUNDADA A ORDEM, EM 1690, POR SEU FILHO O DUQUE FREDERICO I. (Gravura de J. Sandrart, Nürenberg, 1677).	2
— DUQUE FREDERICO I DE SAXE. Fundou a Ordem da Lealdade Alemã em 1690, em memória de seu Pai, o Duque Ernesto o Piedoso. (Gravura de autoria de Wolf Kilian; segundo o quadro de C. Richter, C.B.N. de Viena, sob nº NB 506.349-B).	14
— DUQUE DE SAXE-ALTENBURG. (Litogravura da Coleção do Castelo de Ehrenburg, de autor desconhecido).	17
— DUQUE DE SAXE-COBURGO E GOTHA. (Gravura de autoria de H. Mansfeld, da Coleção de Retratos da Biblioteca Nacional de Viena, sob nº NB 506.347-B).	17
— DUQUE DE SAXE-MEININGEN. (Litogravura da Coleção do Castelo de Ehrenburg, de autoria de J. Schoppe).	17
— ERNESTO, O PIEDOSO. (Gravura de autor desconhecido, da coleção do Castelo de Ehrenburg, Coburgo).	20
— ERNESTO, O PIEDOSO. (Gravura de Jacob Sandrart, segundo o quadro de Werenfels, Nürenberg. Coleção de Retratos da Biblioteca Nacional de Viena, sob nº NB 506.345-B).	21
— CASTELO DE FRIEDENSTEIN, NA CIDADE DE GOTHA. Nêste Castelo estava conservado, até 1945, o Arquivo da Ordem Ernestina; sendo, hoje, ocupado pelos Russos, há pouca esperança na sua sobrevivência. (Desenho do inglês Douglas Morison, 1846, da coleção do Castelo de Ehrenburg, em Coburgo).	34
— CASTELO-FORTE DE COBURGO. Aquí residiu, até 1945, o último Duque Reinante de Saxe-Coburgo e Gotha, S.A.R. o Duque Carlos Eduardo.	38
— CASTELO DE EHRENBURG EM COBURGO. Esta era a Residência dos Duques, na cidade de Coburgo, sendo propriedade do Governo Alemão, desde 1918. Nêste Castelo existem valiosas obras de arte, pinacoteca e biblioteca.	38
— VISTA PARCIAL DA CIDADE DE COBURGO, TENDO AO FUNDO O HISTÓRICO CASTELO-FORTE.	39

	PÁGS.
— ERNESTO I, DUQUE DE SAXE-COBURGO E GOTHA, RESTAURADOR E 1º GRÃO-MESTRE DA ORDEM, CONJUNTAMENTE COM OS DUQUES SAXE-ALTENBURG E SAXE-MEININGEN. (Litogravura de autor desconhecido, da coleção do Castelo de Ehrenburg, Coburgo).	47
— DUQUE ERNESTO II DE SAXE-COBURGO E GOTHA, 2º GRÃO-MESTRE DA ORDEM ERNESTINA, DO RAMO DE COBURGO-GOTHA, QUE AGRACIOU TODOS OS BRASILEIROS PERTENCENTES À MESMA. (Quadro de autor desconhecido, da coleção do Castelo de Ehrenburg, Coburgo).	48
— DUQUE ALFREDO DE SAXE-COBURGO E GOTHA, DUQUE DE EDIMBURGO, 2º FILHO DA RAINHA VITÓRIA E DO PRÍNCIPE CONSORTE. FOI O 3º GRÃO MESTRE DA ORDEM ERNESTINA DO RAMO COBURGO-GOTHA. (Fotografia da col. do autor).	53
— CARLOS EDUARDO, DUQUE DE SAXE-COBURGO E GOTHA, FILHO DO DUQUE DE ALBANY (FILHO DA RAINHA VITÓRIA) ÚLTIMO DUQUE REINANTE DE SAXE-COBURGO E GOTHA, 4º GRÃO-MESTRE DA ORDEM ERNESTINA DO MESMO RAMO. (Fotografia da col. do Castelo de Ehrenburg).	54
— S.M. DOM PEDRO II. (Litogravura de Lopes, Biblioteca Nacional).	78
— DUQUE DE SAXE. Enverga a farda de 1º Tenente da Marinha Austríaca e ostenta a Grã-Cruz da I. Ordem do Cruzeiro e a Placa da Grã-Cruz da Ordem Ernestina. (Fotografia colorida, Stahl-Wahnschatte — Rio de Janeiro — 1864. — Col. do autor).	80
— CONDE D'EU. (Fotografia da coleção do Museu Imperial de Petrópolis).	82
— PRÍNCIPE DOM PEDRO AUGUSTO DE SAXE-COBURGO E BRAGANÇA. (Aquarela, de Omar Guedes, segundo fotografia da época).	84
— PRÍNCIPE DOM AUGUSTO DE SAXE-COBURGO E BRAGANÇA. Enverga a farda de Capitão de Corveta da Marinha Austríaca e ostenta, de cima para baixo, as seguintes Grã-Cruzes; 1) Ordem de São José da Toscana, da qual também usa a fita; 2) Ordem Ernestina da Casa de Saxe; 3) Ordem de Sto. André da Bulgária. (Fotografia de Viena, 1903, assinada: D. Augusto Leopoldo de Coburgo Bragança). (Coleção Dr. Guilherme Catramby).	86

	PÁGS.
— BARÃO DE JAPURÁ. (Quadro de autor desconhecido, de propriedade do Dr. Joaquim Miguel Arrojado Lisboa, em Belo Horizonte).	90
-- CONSELHEIRO PAULO BARBOSA DA SILVA. (Fotografia da coleção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).	94
— 3º VISCONDE DE CARAVELAS. (Ilustração Brasileira, coleção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).	97
— CONSELHEIRO JOSÉ LIBERATO BARROSO. Está ostentando a Grã-Cruz da Ordem Ernestina. (Litogravura de A. Sisson, coleção do Museu Histórico Nacional).	99
— MARQUÊS DE SAPUCAHY. (Litogravura de A. Sisson, Rio de Janeiro. Coleção do Museu Histórico Nacional).	101
-- VISCONDE DE ABAETÉ. (Litogravura de A. Sisson, Rio de Janeiro 1867. Coleção do Museu Histórico Nacional).	104
— VISCONDE DE ITAJUBÁ. (Retrato atribuído ao mesmo, da coleção do Museu Imperial de Petrópolis).	107
— VISCONDE DE LAMARE. (Litogravura de L. Musso. Coleção do Museu Histórico Nacional).	110
— VISCONDE DE ITAÚNA. (Da "Vida Fluminense" nº 244, de 31-8-1872. Coleção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).	113
— VISCONDE DO BOM RETIRO. (Litogravura de A. Sisson, Rio de Janeiro 1858. Coleção do Museu Histórico Nacional).	119
— BARÃO DE PENEDO. (Quadro de Ethel Mortlock, pintado quando se encontrava em Londres pela 2ª vez, como Ministro. Sala de Música do Palácio do Itamaraty).	122
— CONSELHEIRO JOSÉ MACHADO COELHO DE CASTRO. Quadro de autor desconhecido, de propriedade do Dr. José Machado Coelho de Castro, no Rio de Janeiro).	127
— CONDE DE NIOAC. (Fotografia de propriedade de D. Sylvia de Sousa Prates).	130
-- CONDE DE CARAPEBÚS. (Fotografia da coleção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).	132
-- BARÃO DA ESTRELA. (Coleção Ministro Ayres de Maya Monteiro).	134
— FRANCISCO PINTO DE MELO. (Na campanha do Sul, 1865. "Semana Ilustrada", nº 259, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).	139
— CONDE DE VILLENEUVE. (Fotografia da coleção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).	142

	PÁGS.
— CÂNDIDO MARIA DE AZEREDO COUTINHO. (Quadro de R. Frederico, 1837. Rio de Janeiro, Casa da Moeda, Gabinete do Diretor).	146
— CONDE DE TOCANTINS. (Litogravura de Boulanger. Coleção do Museu Histórico Nacional).	148
— BARÃO DE PACHECO. (Fotografia existente na Galeria dos Ex-Diretores do Colégio D. Pedro II).	152
— CONDE DE MOTA MAIA. (Litogravura de A. Pinho. Coleção Dr. Clado Ribeiro de Lessa).	154
— DR. JOAQUIM PIRES MACHADO PORTELA. (Fotografia da coleção do Museu Histórico Nacional).	157
— DR. HENRIQUE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE. (Fotografia da coleção Dr. Manoel Ignácio Cavalcanti de Albuquerque).	166
— ALFREDO SÉRGIO TEIXEIRA DE MACEDO. (Fotografia da coleção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).	168
— ADOLFO FORTUNATO HASSELMANN. (Fotografia pertencente ao Prof. Emanuel Adolfo Pinheiro Hasselmann).	170
— DR. ATALIBA LOPES DE GOMENSORO. (Semana Ilustrada, nº 389, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).	173

ÍNDICE DAS INSÍGNIAS

	Págs.
— INSÍGNIAS DA ORDEM ERNESTINA. (Reproduzido de Schreiber, "Orden und Ehrenzeichen der Sächsischen Herzogtümer").	28
— INSÍGNIAS DA ORDEM ERNESTINA. (Reproduzido de Schreiber, "Orden und Ehrenzeichen der Sächsischen Herzogtümer").	29
— PENDENTE DE GRÁ-CRUZ, QUE PERTENCEU AO CONSELHEIRO JOSÉ LIBERATO BARROSO. (Coleção do Museu Histórico Nacional).	70
— INSÍGNIAS DE COMENDADOR DE 1ª CLASSE, QUE PERTENCERAM AO CONSELHEIRO JOSÉ MACHADO COELHO DE CASTRO. (Coleção do Museu Mariano Procópio).	70

ÍNDICE DOS ESCUDOS

	Págs.
— ARMAS DOS DUQUES DE SAXE.	9
— ARMAS DO DUCADO DE SAXE-ALTENBURG.	23
— ARMAS DO DUCADO DE SAXE-MEININGEN.	23
— ARMAS DO DUCADO DE SAXE-COBURGO E GOTHA.	23
— ARMAS DO DUCADO DE SAXE-COBURGO E GOTHA.	45
— ARMAS DOS PRÍNCIPES DE SAXE-COBURGO E BRAGANÇA, QUE CONSTITUEM O 2º RAMO DA CASA IMPERIAL DO BRASIL.	59

ÍNDICE DOS DOCUMENTOS EM "FAC-SIMILE"

	Págs.
-- PRIMEIRA PÁGINA DOS ESTATUTOS DA ORDEM DA LEALDADE ALEMÃ DE 1690, E QUE EM 1833 FOI TRANSFORMADA NA DUCAL ORDEM ERNESTINA DA CASA DE SAXE. (Os estatutos existiam no Arquivo da Casa e do Ducado de Saxe, na cidade de Gotha. Reprodução do trabalho de Paul Burg "A Ordem da Lealdade Alemã, 1690").	13
-- A 1ª PÁGINA DO FOLHETO IMPRESSO COM OS ESTATUTOS DA ORDEM, QUE ERA ENTREGUE A CADA AGRACIADO. (1ª Edição, 1833). (Coleção do autor).	34
-- DIPLOMA DE GRÃ-CRUZ DE MIGUEL MARIA LISBOA, BARÃO DE JAPURÁ. (Coleção Dr. Joaquim Miguel Arrojado Lisboa).	68
-- DIPLOMA DE CAVALEIRO DE 1ª CLASSE DO DR. HENRIQUE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE. (Col. Dr. Manoel Ignácio Cavalcanti de Albuquerque).	69
-- AUTORIZAÇÃO DO GOVERNO IMPERIAL, ASSINADA PELO CONSELHEIRO JOÃO ALFREDO CORRÊA DE OLIVEIRA, CONCEDENDO LICENÇA AO DIPLOMATA HENRIQUE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, PARA ACEITAR E USAR AS INSÍGNIAS DA ORDEM ERNESTINA. (Coleção Dr. Manoel Ignácio Cavalcanti de Albuquerque).	71
-- REQUERIMENTO DIRIGIDO AO IMPERADOR, PELO COMANDANTE LUIZ DA SILVA CUNHA, A-FIM-DE PODER ACEITAR E USAR AS INSÍGNIAS DE CAVALEIRO DE 2ª CLASSE. (Arquivo Nacional).	72
-- REQUERIMENTO DIRIGIDO AO IMPERADOR, POR JOSÉ PEDRO WERNECK RIBEIRO DE AGUILAR, A-FIM-DE PODER ACEITAR E USAR AS INSÍGNIAS DE CAVALEIRO DE 1ª CLASSE. (Arquivo Nacional).	73

- REQUERIMENTO DIRIGIDO AO IMPERADOR, PELO DR. JOAQUIM PIRES MACHADO PORTELLA, A-FIM-DE PODER ACEITAR E USAR AS INSIGNIAS DE COMENDADOR DE 2ª CLASSE. (Arquivo Nacional). 74
- TRADUÇÃO DO DIPLOMA ORIGINAL DE COMENDADOR DE 2ª CLASSE DA ORDEM ERNESTINA, O CONSELHEIRO JOSÉ MACHADO COELHO DE CASTRO. (Arquivo Nacional) 75

ÍNDICE GERAL

	PÁGS.
— DEDICATÓRIA	5
— INTRODUÇÃO	7
— HISTÓRICO DA ORDEM ERNESTINA:	9
Da Fundação e Restauração	11
Duque Ernesto O Piedoso	19
— ESTATUTOS DA ORDEM E ANEXOS AOS MESMOS	23
— OS GRÃO MESTRES DA ORDEM ERNESTINA DO RAMO DE SAXE-COBURGO E GOTHA:	45
Duque Ernesto I	49
Duque Ernesto II	51
Duque Alfredo	55
Duque Carlos Eduardo	57
— A ORDEM NO BRASIL:	59
Relação dos Agraciados e os respectivos anos de admissão na Ordem	63
Os membros da Família Imperial do Brasil, que pertencem à Ordem:	77
D. Pedro II	79
Duque de Saxe	81
Conde d'Eu	83
D. Pedro Augusto	85
D. Augusto	87
Pequenos traços biográficos dos agraciados:	89
Miguel Maria Lisboa, Barão de Japurá	91
Conselheiro Paulo Barbosa da Silva	95
Carlos Carneiro de Campos, Visconde de Caravellas	98
José Liberato Barroso, Ministro do Império	100
Cândido José de Araújo Viana, Marquês de Sapucahy	102
Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté	105
Marcos Antônio de Araujo, Visconde de Itajubá	108
Almirante Joaquim Raymundo de Lamare, Visconde de Lamare	111

Cândido Borges Monteiro, Visconde de Itaúna	114
César Sauvan Viana de Lima, Barão de Jaurú	117
Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro	120
Francisco Ignácio de Carvalho Moreira, Barão de Penedo	123
Conselheiro José Machado Coelho de Castro	128
Antônio Dias Coelho Neto dos Reis, Conde de Carapebús	133
José Joaquim de Maia Monteiro, Barão da Estrêla ...	135
Francisco Pinto de Melo	140
Alexandre Vieira de Carvalho, Conde de Lages	141
Júlio Constâncio de Villeneuve, Conde de Villeneuve ..	143
Cândido Maria de Azeredo Coutinho, Diretor da Casa da Moeda	147
José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, Visconde de Tocantins	149
Capitão-Tenente Antônio Coelho Fragoso Júnior	150
Dr. Manoel Pacheco da Silva, Barão de Pacheco	153
Dr. Cláudio Velho da Mota Maia, Conde de Mota Maia	155
Dr. Joaquim Pires Machado Portela	158
José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar	163
Marcos Antônio d'Araujo e Abreu, 2º Barão de Itajubá	164
Dr. Henrique Cavalcanti de Albuquerque	167
Conselheiro Alfredo Sérgio Teixeira de Macedo	169
Adolfo Fortunato Hasselmann	171
Napoleão de Siqueira Lamaix	172
Luiz da Silva Cunha	175
Carlos Francisco João Krauss	176
César Augusto Viana de Lima	177
Dr. Ataliba Lopes de Gomensoro	179

OS AGRACIADOS DA DUCAL ORDEM ERNESTINA EM PORTUGAL:

D. Fernando, Rei Consorte	183
D. Luís I, Rei de Portugal	183
D. Augusto, Infante de Portugal	183
D. Carlos I, Rei de Portugal	183
D. Afonso, Duque do Pôrto	183

Pequenos traços biográficos dos agraciados:

Conde de Rendulfe	183
Marquês de Tomar	184

Conde da Carreira	185
Conde de Sarmiento	186
Visconde de Santa Quitéria	186
Conde da Foz	187
Conde das Alcáçovas	188
Conde de San Thiago	188
General Antônio Florêncio de Sousa Pinto	188
Marquês de Penafiel	188
Marquês de Ficalho	189
Marquês de Sabugosa	189
João Gomes de Oliveira da Silva Bandeira de Melo ..	190
Filipe Folque	190
Barão de Kessler	190
Alvaro Frederico Martins	190
De Almeida	191
Carlos Augusto de Souza Folque Possolo	191
Chaves	192
D. Fernando de Serpa Leitão Masilhas Pimentel	192
Carlos Miguel Augusto May Figueira	192
D. Fernando de Souza Botelho	193
Conde de Rilvas	193
2º Barão de Kessler	193
Sebastião Custódio de Souza Teles	193
Barão de Oliveira	194
Conde de Penafiel	194
Francisco de Paula Gomes da Costa	194
D. Antônio Maria de Lancastre	194
Augusto Ladislau Gerschey	195
Bernardino de Sena	196
Ernesto da Silva	196
Isidoro de Souza	196
Mariano da Silva Reys	196
Sanches	196
 <i>ESQUEMA GENEALÓGICO DOS PRINCIPAIS RAMOS</i>	
<i>DA CASA DE SAXE-COBURGO E GOTHA.</i>	197
 BIBLIOGRAFIA	199
INDICES	205
Dos retratos	207
Das insígnias	211
Dos escudos	211
Dos documentos em "fac-simile"	213
Geral	215



ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DA EMPRESA GRÁFICA DA
"REVISTA DOS TRIBUNAIS" S. A., À RUA
CONDE DE SARZEDAS, 38, SÃO PAULO.
EM 1960.

